



UFPI - Universidade Federal do Piauí
PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
CCHL - Centro de Ciências Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em História do Brasil

O Sertão Piauiense em Pé de Guerra:

o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira
(1922-1926)

Laécio Barros Dias

Teresina
2012

Laécio Barros Dias

O Sertão Piauiense em Pé de Guerra:

o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira
(1922-1926)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Professor Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho

Teresina
2012

D541s Dias, Laécio Barros.

O sertão piauiense em pé de guerra: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira [manuscrito] / Laécio Barros Dias. – Teresina, 2012.

121 f. : il.

Impresso por computador (*printout*).

Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Letras) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Mestrado em História do Brasil, Teresina, 2012.

“Orientador: Prof. Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho”.

1. Conflitos sociais. 2. Conflito armado – Corrente e Parnaguá. 3. Granja, José Honório. 4. Lustosa Nogueira. I. Título.

CDD 303.6

Laécio Barros Dias

O Sertão Piauiense em Pé de Guerra:

o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira
(1922-1926)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Professor Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho

Aprovada em 20 de agosto de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel Ricardo Arraes Filho (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (Examinador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. João Batista Vale Júnior (Examinador)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Prof. Dr. Denílson Botelho de Deus (Suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

À minha família, por sempre acreditar no meu trabalho e pelo apoio nos momentos de angústia!

Àqueles que perderam suas vidas, pela força das armas e truculência dos homens, nos ermos sertões do extremo sul do Piauí.

AGRADECIMENTOS

Demonstrar gratidão não é tarefa das mais simples, posto existir mil formas possíveis de fazê-lo. Porém, esse processo que agora me pego a fazer, exige um esforço de memória, lembrar o que e quem construiu comigo este trabalho. Portanto, corro o risco da omissão, seletiva que é a memória.

Agradeço antes de tudo à minha família. Meu pai, Raimundo Dias Reis e minha mãe, Maria do Socorro Barros, por me conceberem o dom da vida, e nisto tudo se resume. A eles devo minha formação em homem, devo os contornos e os adereços que me constituíram em ser humano.

À minha irmã, Ana Francisca, e aos meus irmãos Aelson, Raimundo Vitor e Pedro Henrique, pela companhia sempre presente e pelas palavras de coragem e estímulo.

À Lilianny de Oliveira Nascimento, minha companheira, a quem amei durante todos estes anos.

Ao mestre e amigo, Professor Doutor Ricardo Arraes, pelo carinho e cuidado com cada detalhe e sempre compreensivo com os meus deslizes. Sou eternamente grato aos seus conselhos. A ele meu reconhecimento como amigo e orientando.

Aos professores do Programa de Mestrado em História da UFPI, “nos ombros dos quais eu me elevei”. Em especial ao professor Alcides Nascimento, a quem devo boa parte de minha formação humana e profissional, e ao professor Denílson Botelho por participarem de minha qualificação e contribuírem imensamente com suas críticas e sugestões. Aos demais professores minha estima e admiração: Edwar Castelo Branco, Francisco Nascimento, Teresinha Queiróz, Áurea Pinheiro e Paulo Fernando Lopes.

Agradeço à Dona Elite, funcionário do Programa de Pós-Graduação em História da UFPI, pela atenção e carinho com que trata todos nós, e pelo cafezinho é claro!

À Professora Socorro Rangel, por indicar e ceder livros, numa troca fecunda de ideias. Aos professores Fonseca Neto e João Kennedy, aos quais devo a matriz teórico-metodológica de minha formação acadêmica.

Agradeço à Antônia, por traduzir alguns textos em espanhol, principalmente os textos sobre tradições orais e oralidade popular.

Ao escritor Jesualdo Cavalcanti, pelas sugestões, livros e documentos fornecidos. Ao Edílson de Araújo e Cândido Carvalho Guerra, pelo diálogo e cessão de

livros. A Ceres Fonseca Paranaguá, Valdina Nogueira Guerra Louzeiro, Helena Lustosa Araújo, João Nogueira, Maria Aparecida Granja Duarte, José Honório Granja Neto, por ter fornecido informações e documentos sobre seus antepassados.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Piauí “Casa Anísio Britto” e da Casa de Cultura de Corrente, que me auxiliaram na busca de documentos. Às pessoas entrevistadas, por compartilharem as delícias e as dores de suas experiências, em especial a Eunice Gertrudes Nogueira Maciel, Cândido Carvalho Guerra, Benjamin José Nogueira e Justo Carlos Martins.

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a feitura deste trabalho.

É que, havia oito anos, se lançara o Piauí numa contínua luta política, sem ideais e sem outra finalidade que não fosse garantir o apoio incondicional dos chefes locais aos caprichos dos detentores do poder. Para isso, bafejava-se em todos os municípios as aspirações de mando de quantos se julgavam em condições de chefia-los, improvisando-se mesmo chefes onde o prestígio de um só chefe pudesse eventualmente ser obstáculo à segurança daquele plano predominante na orientação política dos responsáveis pela suprema direção do Estado.

Daí as lutas em que se esterilizaram os governos municipais, em competições pessoais geradoras duma fermentação de ódios que teve sua manifestação inicial na tragédia de Parnaíba e Corrente, até então coisa inédita nos anais da nossa história.¹

João de Deus Pires Leal

Governador do Piauí (1928-1930)

¹ PIAUÍ, Governador. 1928-1930. (João de Deus Pires Leal). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí, em 01 de junho de 1929. Teresina, 1929. p. 03.

RESUMO

Entre 1922 e 1926, nos municípios de Corrente e Parnaguá, localizados na região extremo sul do Piauí, ocorreu um conflito armado envolvendo dois grupos rivais. Um grupo era liderado pelo pernambucano José Honório Granja, e o outro grupo era formado por membros da família Lustosa Nogueira que residiam na região. Esta dissertação tem por objetivo principal analisar este conflito armado. Uma série de eventos pode ser apontada como fatores das tensões que, na passagem para o século XX, resultariam no conflito armado entre os grupos rivais supracitados, dentre os quais: o advento do regime republicano, disputas por terra, intolerância religiosa, disputas políticas, etc. Assim, nossa análise, inicialmente, pretende compreender a formação dos grupos armados envolvidos, a intervenção governamental, os discursos construídos em torno do mesmo e suas implicações políticas, econômicas e sociais. Para a feitura do trabalho lançamos mão de um variado conjunto de fontes oficiais, hemerográficas e literárias, além das fontes orais produzidas através da metodologia da História oral com o intuito de perceber as memórias construídas pelas pessoas que estiveram presentes no cenário dos eventos e como elas articularam aquela experiência com as tensões existentes na região.

Palavras- Chaves: Conflitos armados. José Honório Granja. Lustosa Nogueira. Piauí. Corrente. Parnaguá.

ABSTRACT

Between 1922 and 1926, in the municipalities of Corrente and Parnaguá, located in the southern portion of Piauí, there was an armed conflict that involved two rival groups. One group was lead by José Honório Granja and the other one was constituted by the members of Lustosa Nogueira family that lived in the area. This essay means to analyze this armed conflict. A group of events can be appointed as stress factors that created the armed conflict, in the transition to the twentieth century, between the rival groups mentioned above which we can enumerate: the advent of republican regime, land disputes, religious intolerance, political disputes, etc. Thus, our analysis aims to understand the formation of the armed groups involved, government intervention, the discourses built around the conflict and its political, social and economic implications. In order to write this essay, we made use of a lot of official sources, newspapers, periodicals and literature in addition to the oral sources produced by the methodology of oral history in order to see the memories built by people who were in the place where the events happened and how they articulated that experience with the tensions in the region.

Keywords: Armed conflicts. José Honório Granja. Lustosa Nogueira. Piauí. Corrente. Parnaguá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Foto do largo da Matriz. Principal praça da vila de Parnaguá – 1912.....	24
Figura 2: Mapa das rotas das principais vias de acesso ao sul do Piauí nas décadas iniciais do século XX.....	27
Figura3: Foto de uma embarcação conhecida por Gaiola usada na navegação dos rios São Francisco e Parnaíba.....	28
Figura 4: Foto de José Honório Granja.....	37
Figura 5: Mapa da área de abrangência e atuação da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia.....	43
Figura 6: Mapa da área de Abrangência e atuação da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia no estado do Piauí.	44
Figura 7: Foto da família do Coronel O'donnel de Alencar. Parnaguá/PI – 1912.....	50
Figura 8: Mapa da divisão política do Piauí - 2012.....	51
Figura 9: Mapa da área dos municípios onde ocorreu o conflito armada entre José Honório Granja e membros da família Lustosa Nogueira entre 1922 e 1926.....	51
Figura 10: Foto de Raimundo Lustosa Nogueira.....	53
Figura 11: Foto de Cândido Lustosa Pereira de Araújo.....	55
Figura 11: Mapa das principais batalhas do conflito armada entre José Honório Granja e membros da família Lustosa Nogueira entre 1922 e 1926.....	65
Figura 12: Mapa da rota percorrida pela Coluna Prestes no Piauí e Maranhão.....	68

Sumário

INTRODUÇÃO.....	13
1. A República Brasileira e Suas Repercussões Políticas no Piauí.....	22
1.1. A Utopia Republicana e as Contradições do Novo Regime.....	22
1.2. Corrente e Parnaguá no Início do Século XX	23
1.3. Os Maniobais Banhados de Sangue.....	28
1.3.1. O litígio em torno da “Fazenda das Pedrinhas”	33
1.3.2. “Uns o encaravam como herói, e outros como bandido”: José Honório Granja e a parentela Lustosa Nogueira em crise.....	34
1.3.3. A Questão Religiosa.....	41
2. OS “BARULHOS DE ZONORO”: VIOLÊNCIA E SANGUE NOS SERTÕES PIAUIENSES.....	48
2.1. O Clã Lustosa Nogueira em Conflito.....	52
2.2. A Batalha das Pedreiras e Retiro de Baixo.....	60
2.3. A Coluna Prestes e o Conflito no Sul Piauiense.....	66
2.4. O Fim dos Conflitos Armados.....	73
3. OS CONFLITOS PELA MEMÓRIA DOS CONFLITOS: USOS E ABUSOS.....	77
3.1. Ações Governamentais nos Conflitos de Corrente e Parnaguá.....	81
3.2. A Violência Como Regra: autoridades e jagunços com práticas afins.....	91
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
5. FONTES E REFERÊNCIAS.....	101
6. ANEXOS.....	108

INTRODUÇÃO

Estávamos na calçada, era tardinha, quase anoitecendo, Dona Raimunda² e eu observávamos o caminhar monótono dos transeuntes na pacata cidade de Corrente, localizada no extremo sul do Piauí, distante cerca de 900 km da capital do estado e limítrofe com os estados da Bahia e do Tocantins. Era costumeiro fazermos isto. Conversa gostosa, falávamos sobre tudo e eu me deleitava ao ouvir suas histórias de “um tempo em que o Corrente não passava de um cadim de casas véias de palha”.³ Quase não víamos o passar do tempo. De repente, porém, a conversa mudou. Ela retrucou-me com seriedade, mudando o tom da voz e dizendo: “menino... larga isso! Você vai mexer em coisa que está no fio do pano”.⁴

Estas palavras proferidas por Dona Raimunda deram-se quando eu tentava explicá-la o objeto de estudo que ora se concretiza com esta dissertação de mestrado. Dona Raimunda reprovava a minha escolha. Achava que aquilo deveria ficar como estava, relegado ao esquecimento, escondido e sem visibilidade quais os fios que compõe os tecidos. Resultado inverso. Aquela senhora quase centenária, sem querer inflamou-me. Esta metáfora impregnou meu pensamento. “Mexer em coisa que está no fio do pano”. Quanto mais eu olhava os tecidos que se mostravam à minha frente, mais procurava pelo tal “fio do pano”. Quanto mais pensava em meu objeto de estudo, metaforicamente tentava descobrir os fios que compunham o pano da experiência por mim estudada.

Mas, o que fazem os historiadores senão tentar decifrar os fios que tecem os panos dos quais são feitos os tecidos que compõe a longa experiência humana sobre a Terra? O que querem aqueles que se lançam no trabalho de investigar o passado? Descobrir o “fio do pano”, ou seja, compreender a vivência dos nossos outros de tempos passados.

² Raimunda Bonina Rodrigues (Dona Raimunda) nasceu em 25 de maio de 1925, no povoado Gety, município de Parnaguá, atual cidade de Curimatá, localizada a mil quilômetros ao sul de Teresina no Piauí. Hoje, viúva, mora rodeada de netos e bisnetos na cidade de Corrente – PI.

³ Relatos feitos por Raimunda Bonina Rodrigues em conversa com Laécio Barros Dias. Corrente, jan.2012.

⁴ Ibid. Id.

Muito tempo antes daquela conversa com Dona Raimunda, porém, eu lera “O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí”,⁵ livro publicado em 1999 por Cândido Carvalho Guerra. À época, eu cursava o segundo ano do Ensino Médio no Colégio São José, na cidade de Corrente, minha terra natal.

A leitura do livro “O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí” fez-me lançar um novo olhar sobre um tema já conhecido por mim de longa data: “os barulhos de Zonoro”.⁶ Nasci e me criei ouvindo histórias sobre as peripécias de Zonoro, ou seja, de José Honório Granja e suas aventuras nos conflitos armados travados contra os membros da família Lustosa Nogueira residentes na região, em especial contra Raimundo Lustosa Nogueira e Cândido Lustosa Pereira de Araújo, respectivamente, juiz e delegado da Comarca de Parnaguá no início da década de 1920.

Fascinava-me as histórias sobre os jagunços, cangaceiros e coronéis em constantes lutas pelos sertões afora, contadas nas calçadas dos velhos casarões ou ao pé de uma fogueira de nas festividades juninas a deliciar batatas-doces assadas ao calor das brasas. Histórias de cabras-machos que resolviam suas diferenças na ponta da faca ou na bala. A sebaça como prêmio. A honra lavada. O inimigo morto.

Paixão revivida anos depois, quando eu cursava a graduação em História na Universidade Federal do Piauí em Teresina. Em 2004, ainda dando meus primeiros passos na pesquisa histórica no Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito, deparei-me com uma caixa cheia de documentos sobre o município de Corrente datada das primeiras décadas do século XX. Grande foi a minha surpresa quando encontrei uma série de correspondências entre oficiais da Polícia Militar do Piauí noticiando sobre os conflitos ocorridos no extremo do estado. Era o início de uma pesquisa, que resultaria, dois anos depois, na monografia de conclusão do curso de graduação em História.⁷

A referida monografia, que mais se assemelha a um compêndio histórico, cumpriu um papel importante no longo processo de construção deste objeto de pesquisa que agora se apresenta nesta dissertação de mestrado. Ler os “barulhos de Zonoro”

⁵ GUERRA, Cândido Carvalho. *O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí*. Corrente: Ed. e Gráfica Ribeiro, 1999.

⁶ “Barulhos de Zonoro”: Denominação dada pela população dos municípios de Corrente e Parnaguá, localizados no extremo sul do Piauí, aos conflitos armados entre José Honório Granja e membros da família Lustosa Nogueira entre 1922 e 1926.

⁷ DIAS, Laécio Barros. *Mocó versus Guará: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira de Corrente e Parnaguá entre 1922 e 1926*. 2006. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 96 f. 2006.

através dos métodos e técnicas impostos pela academia era meu maior desafio. Como lançar mão de uma leitura sobre este tema que pudesse contemplar a um só tempo, o rigor metodológico e a riqueza de possibilidades que ele permite? Como fazê-lo, permitindo a meu leitor compreender o universo político e social que suscitou aquela experiência histórica e articulá-la com a memória coletiva⁸ da qual sou tributário? O que tal experiência legou aos rincões sulinos deste estado? Como o aparelho estatal reagiu aos conflitos? Quem foi José Honório Granja? Quem eram os Lustosa Nogueira? Por que tanto ódio de parte a parte? Por que e para que se matavam? Era preciso, como nos ensina Carlo Ginzburg,⁹ percorrer os indícios atrás dos sinais que possibilitassem reconstruir, no nosso caso, uma experiência histórica desenrolada no extremo sul piauiense nas primeiras décadas do século XX, quando um novo regime político buscava sua afirmação no país.

Lançando mão da História Oral, entrevistei cinco personagens que vivenciaram diretamente a experiência citada e que foram testemunhas oculares dos fatos. A metodologia da História Oral permitiu-nos compartilhar as memórias daqueles que tiveram sua voz silenciada, daqueles que, alijados do poder, não produziram suas versões da história no contexto em que ela foi escrita. Na ânsia de ouvir os “excluídos da história”, peguei um gravador e sai pelos atuais municípios de Corrente, Parnaaguá, Avelino Lopes, Morro Cabeça no Tempo e Teresina. Fui feliz ao encontrá-los, pois pude “amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades”¹⁰ daquela época. Pessoas que tiveram suas vidas alteradas pela força das armas. As memórias sofridas destes personagens que, ainda crianças, tiveram de aprender a conviver com o medo e a insegurança reinantes naqueles lugares longínquos do Piauí, onde a presença do Estado era quase nula. Pessoas que carregaram por toda a vida a insígnia do medo e do terror. Quando da realização das entrevistas, optamos por entrevistas do tipo temáticas,¹¹ por acreditarmos que este modelo seria mais apropriado

⁸ Para o conceito de memória coletiva, consultar: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

⁹ GUINZBURG, Carlos. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. IN: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989, p. 281.

¹⁰ BOSI, Ecléa. *O Tempo vivo da memória*. Ensaio de Psicologia Social. São Paulo. Ateliê Editorial, 2004.

¹¹ Para Lucília de Almeida Neves, existem três formas de entrevista que a História Oral pode lançar mão: a temática, a história de vida e a trajetória de vida. A opção pelo tipo de entrevista temática foi feita por acreditarmos que esta modalidade, embora menos detalhista que as demais, possibilitaria aos entrevistados um melhor ordenamento de suas narrativas. NEVES, Lucília de Almeida. Os desafios da

na reconstrução dos fragmentos de memória, pois todos os entrevistados eram pessoas que tinham em torno de dez anos de idade na época em que os eventos ocorreram.

Houve a participação de atores sociais de diferentes origens geográficas, sociais, políticas e econômicas no conflito ocorrido em Corrente e Parnaguá. Desde a elite econômica, política e social que dispunha de recursos para mandar seus filhos estudar nos grandes centros urbanos do país, a atores sociais naquele contexto, que sem outra alternativa ou perspectiva de vida, acabaram buscando uma via alternativa de ascensão socioeconômica, através do banditismo.¹² O conceito de banditismo aqui se ampara em Hobsbawm, que o define como uma manifestação “arcaica” característica de sociedades onde o capitalismo encontra-se em uma fase insipiente, não madura.

Dessa forma, poderíamos conceber que essas manifestações sociais ditas “arcaicas”, como o banditismo, por um lado seria uma forma de ação contratada pelos chefes da política local e homens com alto poder aquisitivo, ou ainda por homens que almejavam o poder, mas que por outro lado estaria contribuindo para a sobrevivência dos personagens que efetivamente compunham os bandos armados. Estes saqueavam a seu favor, servindo-se do produto desse “trabalho” em proveito próprio, sem uma ligação direta com a causa do “senhor” (coronel) que se aliava ao bandido para conseguir objetivos bem próprios, seus, nem sempre, ou quase, nunca coincidentes com os interesses daqueles.

Para esses jagunços, ou “bandidos”, pouco, ou quase nada importava se este ou aquele coronel estava ou não no poder. Para eles, por serem, via de regra, mercenários, o que interessava era se havia “trabalho” a ser feito, e se a gratificação por tal “trabalho” compensaria os esforços despendidos na realização da tarefa. Nem por isso essas manifestações, a meu ver, perderiam o status de movimento de protesto social, isso porque suas razões, objetivos e sua funcionalidade, considerando numa visão mais profunda do fenômeno, exemplificam um caráter de reivindicação social por parte desses atores.

Ainda de acordo com Hobsbawm,

história oral – Ensaio Metodológico In: PINHEIRO, Áurea Paz; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (Org.). *Cidade: História e Memória*. Teresina: EDUFPI, 2004. p. 274 e 275.

¹² Para o conceito de banditismo ver: HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos: estudos sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. _____. *Bandidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

O homem violento que não se dispõe a suportar as cargas tradicionais impostas ao homem comum em uma sociedade de classes, a pobreza e a humildade, pode escapar delas unindo-se e servindo os opressores assim como revoltando-se contra os mesmos. Em toda sociedade rural há “bandidos fazendeiros” assim como “bandidos camponeses” para não mencionar os bandidos do Estado, embora apenas os bandidos camponeses mereçam o tributo de baladas e anedotas. Os capatazes, policiais, soldados mercenários são frequentemente recrutados, assim, entre o mesmo material que os bandidos sociais.¹³

Assim, consideraríamos que jagunços, capangas e cangaceiros seriam nada mais que a expressão de uma situação socioeconômica excludente para camponeses, vaqueiros, maniçobeiros,¹⁴ etc., que vivendo em circunstâncias precárias de sobrevivência acabaram tomando o caminho da criminalidade como um meio de reivindicação que, embora fora de uma ordem legal, não deixa de ser social. Essa reivindicação social desses atores marginais fica clara na fala de Cândido Carvalho Guerra,¹⁵ que lembra a forma como o jagunço era gratificado por seu trabalho: o produto do saque por ele praticado.

Este trabalho, ao procurar esclarecer as motivações de um conflito dessa natureza, não pode ficar restrito neste ou naquele fato, pois há que considerar um conjunto de fatores que, aliados e imbricados uns aos outros, expliquem a eclosão dos conflitos ocorridos em Corrente e Parnaíba. Ressalte certo “sentimento de igualdade”,¹⁶ que os sitiantes, pequenos proprietários livres habitantes de “bairros rurais” – característica social que poderia ser atribuída a José Honório Granja –, possuíam em relação aos “coronéis”. Assim é que é possível entender como um migrante, após adquirir certa ascensão econômica, conseguiu penetrar numa família tradicional da região. Nesse caso, embora o valor econômico seja relevante, não deve ser visto como único e determinante. José Honório gozava de outros atributos que lhe permitiu tal projeção.

Em estudo clássico sobre a estrutura coronelística brasileira nas primeiras décadas do século XX, Maria Isaura Pereira de Queiroz, chama a atenção para uma

¹³ HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. p. 25.

¹⁴ Maniçobeiro: trabalhador que vivia da extração do leite da borracha de maniçoba, uma planta típica do cerrado brasileiro, cujo processamento resultava na fabricação de borracha para atender ao emergente mercado automobilismo mundial.

¹⁵ GUERRA, Cândido Carvalho. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

¹⁶ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*. IN: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. Tomo III, 01Vol. 2ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 162.

instabilidade reinante nas regiões onde o coronelismo foi mais evidente. Segundo ela, as disputas entre coronéis era uma prática frequente, dada as nuances e dificuldades de consolidação da República nascente.

Dentro de uma dualidade estrutural (situação x oposição) como esta (das grandes divisas a organização da política brasileira), disputas e violências eram muito mais intensas de uma ‘metade para a outra metade’, do que no interior dos grupos que as formavam, muito embora não estivessem também ausentes no interior destes. Porém, os coronéis se devoravam entre si, muito mais do que devorariam seus apaniguados; ‘situação’ e ‘oposição’ se chocariam em entreveros sangrentos, muito mais do que os chefes de uma e outra com relação aos subordinados. Toda a história da Primeira República é formada por lutas deste tipo, muito mais do que pela opressão dos coronéis a seus inferiores.¹⁷

As experiências das pessoas que vivenciaram os eventos ocorridos em Corrente e Parnaíba e que me foram narradas, permitiram preencher uma lacuna deixada pelos discursos oficial e literário sobre o evento em questão. O governo do estado do Piauí, através do periódico “O Piauí”, que circulava diariamente em Teresina, tratou de construir uma memória, pode-se dizer, ufanista acerca da atuação das forças oficiais que foram enviadas à região com o objetivo de por termo ao conflito. No entanto, as entrevistas mostram outra versão sobre o comportamento e os resultados da ação das forças oficiais, aquilo que Pollack chama de “memórias subterrâneas”.¹⁸ Neste caso, há um embate de versões opostas, enfim, há uma disputa em torno da memória sobre os conflitos ocorridos no extremo sul piauiense, uma legítima “batalhas de memórias”.¹⁹

Procurando compor o *corpus* documental do trabalho, deparei-me, no Arquivo Público do Piauí “Casa Anísio Brito”, com diversos jornais que cobriram os ditos conflitos na “região conflagrada de Corrente e Parnaíba”. Jornais de linhas editoriais opostas, o que nos permitiu enxergar os “dois lados da moeda”. cremos que o jornal, assim como qualquer documento, é uma construção discursiva que carrega em si os interesses e o olhar de quem o produziu. Em última análise, o jornal é um produto fabricado, datado e localizado, que carrega em si as marcas deste processo de

¹⁷ Ibid., p. 164

¹⁸ POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos. Vol. 05. N. 10. Rio de Janeiro, 1992. p. 208.

¹⁹ Ibid., p. 203.

fabricação.²⁰ De posse do material procedi a catalogação, a digitalização e a posterior análise editorial de cada jornal encontrado. Periódicos que circulavam em Teresina (“O Dia”, “O Piauí”), em Floriano (“O Popular”, “Cidade de Floriano”), em Salvador (“O Imparcial”), no Rio de Janeiro (“A Nação”, “Jornal do Comércio”, “O Jornal”, “Diário Carioca”), em São Luís (“Diário de São Luiz do Maranhão”). Assim, pudemos perceber aspectos da repercussão do evento na mídia impressa destes importantes centros urbanos.

À época dos conflitos, o médico correntino Joaquim Nogueira Paranaguá,²¹ que gozava de certa influência na capital federal devido à sua atuação como Senador e Deputado Federal pelo estado do Piauí e tendo familiares e interesses diretamente envolvidos no conflito, começou a publicar reportagens no “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro, cujo objetivo era chamar a atenção do país e de suas autoridades para a situação porque passava o extremo sul do Piauí. Seus adversários, no entanto, respondiam com a mesma moeda. Dentre eles o também piauiense e então Ministro do Exterior Félix Pacheco e o Deputado Pedro Borges da Silva, o que provocou uma disputa política nas páginas de periódicos fluminenses.

Ofícios, circulares, processos civis e criminais, cartas, telegramas, petições, relatórios, despachos, entrevistas, mensagens governamentais, discursos legislativos entre outros documentos, foram analisados para a composição deste trabalho. A maioria dos quais foram elaborados pelos agentes do Estado e que, portanto, constituem uma versão que podemos chamar de “oficial”. Neste caso, os poderes públicos constituídos procuraram construir uma imagem heróica de seus agentes diante dos eventos ocorridos nas regiões conflagradas. O então governador do Piauí João Luiz Ferreira (1920-1924), representado pelo Secretário de Polícia Jacob Manoel Gayoso e Almendra, lançavam mão do periódico “O Phiauy”, que circulava na capital, para divulgar as “nobres” ações do Executivo estadual na região visando extinguir “o cangaceirismo, que tantos e extraordinários males vinha, num já alongado período, causando às populações do sul

²⁰ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: *Fontes Históricas*. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

²¹ Joaquim Nogueira Paranaguá (1855-1926). Médico, proprietário rural, escritor e político. Formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia (1882). Médico da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Deputado provincial (três legislaturas), vice-governador do estado do Piauí. Deputado Federal Constituinte (1891) e Senador da República. Ministro de Estado Tesoureiro da Imprensa Nacional. Membro da Sociedade Brasileira de Geografia e Sócio-Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. Membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Presidente do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (Rio de Janeiro).

do Estado, naquelas ubérrimas paragens de Corrente e Parnaguá”.²² O que foi motivo de críticas por parte de seus adversários políticos, a ponto de a campanha para a sucessão ao Executivo estadual no ano de 1924 ter sido canalizada em torno do dito “combate ao banditismo”.

Os ouvidos da literatura local não passaram imunes aos chamados “barulhos de zonoro”. Romances históricos,²³ inspirados na tradição oral das gentes do sertão também retrataram a valentia e a dor daqueles personagens anônimos da história. “Papo Amarelo: drástica solução” de William Palha Dias,²⁴ talvez seja o romance social mais denso sobre o conflito.

Para compor nossa narrativa sobre o conflito armado exposto, estruturamos o texto em três capítulos. Inicialmente procuramos estabelecer um panorama geral dos municípios de Corrente e Parnaguá na passagem para o século XX, caracterizando o cenário social, econômico e político que condicionou a emergência das tensões que resultariam nos conflitos armados na década de 1920. Vale dizer que nos anos finais do Império, a atuação política de partidários da república, liderado pelo médico Joaquim Nogueira Paranaguá, passou a incomodar àqueles que tinham o poder associado à monarquia, e este fato provocou uma instabilidade política na região. As divergências entre os interesses de monarquistas/escravocratas chocaram com os de republicanos/abolicionistas formando dois grupos adversários na região de Corrente. Este fato, associado a outros foram essenciais para o acirramento das tensões locais: litígio por terra, o advento do protestantismo em meio a uma tradição católica, o incremento da produção da borracha de maniçoba como importante produto econômico diante do domínio da pecuária, etc. Nosso objetivo neste primeiro capítulo é de demonstrar, de maneira breve, como cada um destes fatores concorreu para a insurgência de tensões que culminariam na eclosão de conflitos armados ao longo da década de 1920.

No segundo capítulo, analisamos a experiência mesma do conflito armado entre o grupo liderado por José Honório Granja e o grupo formado por membros da família Lustosa Nogueira de Corrente e Parnaguá transcorrido entre 1922 e 1926. Nosso

²² O PIAUHY, ANO XXXVII, nº. 113, 14 de maio de 1925, p.01

²³ Destacamos algumas obras que tratam sobre os conflitos na região sul do estado do Piauí: GUERRA, Cândido Carvalho. *O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí*. Corrente: Ed. e Gráfica Ribeiro, 1999. _____, *Contos, Crônicas e Causas*. Teresina: Ponto e Traço Gráfica e Editora. [199?]. MACEDO, Nertam, *Abílio wolney: um coronel da Serra Geral*. Goiânia: Legenda Editora, 1975. Entre outros.

²⁴ DIAS, William Palha. *Papo Amarelo: drástica solução*. Teresina: Gráfica Expansão. 2000.

objetivo é analisar o conflito propriamente dito, com suas práticas e ações. Assim, tentamos demonstrar como se deu a formação dos grupos armados, caracterizando sua composição social, o armamento utilizado, as táticas usadas, o meio de atuação de tais grupos, as teias de alianças políticas que financiaram os conflitos, a ação governamental e a sua dispersão final.

No terceiro capítulo, tratamos dos resultados, dos desdobramentos e da repercussão alcançada na região pelo conflito em apreço. Procuramos com isso, analisar os discursos que foram construídos em seu entorno, versando sobre os usos políticos que se fizeram do mesmo e problematizando uma disputa pela memória que se travou durante o seu transcurso. Os jogos de interesses políticos criaram uma legítima disputa pelo estrelato das ações que tentaram, durante cinco anos, por fim aos conflitos armados na região. Nosso objetivo é analisar o embate entre um discurso “oficial”, construído pelos agentes que exerciam o poder estatal, um discurso “popular” construído pelos moradores da região e que aparecem como meros coadjuvantes no cenário dos eventos e os discursos construídos pelos participantes diretos da luta armada que ocorreu na região no período supracitado.

1. A República Brasileira e Suas Repercussões Políticas no Piauí.

1.1. A utopia republicana e as contradições do novo regime

José Murilo de Carvalho nos faz lembrar, em frase de Aristides Lobo, uma síntese do sentimento geral acerca da República brasileira em seus primeiros anos.²⁵ Ao afirmar que “o povo assistiu a tudo bestializado”, Lobo, mais do que caracterizar um movimento, profetizava o regime recém implantado. A desilusão com a República repercutiu até entre os seus defensores mais entusiastas, pois sua instauração no Brasil representou para muitos, a possibilidade de democratização da sociedade por meio da afirmação dos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, já em seu nascedouro, a República brasileira impunha restrições ao exercício da plena cidadania, pois,

o exercício da cidadania tornou-se caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo. Os representantes do povo não representavam ninguém e os representados não existiam e o ato de votar era uma operação de capangagem.²⁶

De acordo Emília Viotti da Costa, citando Silvio Romero, a República brasileira foi incapaz de estabelecer um regime pautado na “democracia livre” e que fosse efetivamente republicano nos moldes francês ou estadunidense. De maneira crítica e jocosa, para ele, a República brasileira não passava de uma caricatura. Dizia que a República, havia criado um modelo governamental que segregava, concedendo a uns poucos “o governo, a direção, o mando, e aos outros a eterna tutela, a minoridade, a incompetência perpétua. É o regime do privilégio na sua mais recente edição, porém sempre o privilégio, querendo dizer o abuso e a incompreensão”.²⁷

No Piauí, um dos principais propagandistas da República, foi exatamente o médico Joaquim Nogueira Paranaguá. Após militar em prol da república, e uma vez ela instaurada, lamentava-se que, com o novo regime, “graves divergências haviam-se manifestado então na família piauiense”, conduzindo os seus filhos a violentos conflitos armados. E em outro ponto, comentando sobre as alianças políticas para as

²⁵ CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 3ª Ed. p. 9.

²⁶ *Ibid.*, p 89/91.

²⁷ ROMERO, Silvio. Apud. COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ed. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999. p. 16.

eleições presidenciais e para o Legislativo Federal de 1918, afirmou que os seus aliados republicanos o haviam “deixado no meio do caminho.”²⁸ Para Paranaguá, os rumos trilhados pela República, estavam construindo uma imagem negativa do Brasil perante o mundo, tornando o país desacreditado, o que afastava os imigrantes.²⁹

De fato, a realidade da política do Piauí, nos anos iniciais da República, já apresentava um panorama dominado por grupos oligarcas articulado em torno dos coronéis. As alianças formadas por estes potentados eram articuladas “através da política clientelista de distribuição de cargos entre os aparentados e amigos das famílias que dirigiram os destinos políticos do Piauí”.³⁰ Estes potentados familiares dominavam o cenário político dos municípios, transformando-os em bases eleitorais fieis aos seus candidatos. E quanto mais longínquos e isolados dos grandes centros urbanos, maior era o poder de atuação dessas lideranças políticas.

Segundo Teresinha Queiroz, no Piauí nas primeiras décadas do século XX, “o poder político estava centrado nas mãos dos coronéis”,³¹ que mantinha seu poder, na maioria dos casos, derivado da propriedade da terra. Assim, uma vez instituído o monopólio da propriedade fundiária, numa sociedade marcadamente rural, como era a piauiense nos anos iniciais do século XX, o latifundiário adquiria poder em quase todas as instâncias da vida em sociedade.

1.2. Corrente e Parnaguá no início do século XX.

Nos anos iniciais do século XX, as cidades de Corrente e Parnaguá não passavam de pequenos núcleos urbanos, com habitações e população dispersas. Abaixo vemos uma fotografia da principal praça da cidade de Parnaguá datada de 1912, onde observamos claramente que a cidade não dispunha de construções de grande porte, nem obras de urbanização, como pavimentação das ruas.

²⁸ PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. Apud. PARANAGUÁ, Correntino. *Terra de Um Paladino*. Brasília: Senado Federal, 1980. p. 105.

²⁹ NOGUEIRA, Raimundo Lustosa. *E Assim Veio o Banditismo no Estado da Piauí*. Salvador: Imprensa Vitória, 1942. p. 118.

³⁰ BONFIM, Washington Luís de Sousa e JÚNIOR, Raimundo Batista dos Santos. *Formação política*. In: FUNDAÇÃO Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Fundação CEPRO). *Piauí: formação, perspectivas, desenvolvimento*. Teresina, 1979, p. 101.

³¹ QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 101.



Figura 2: Largo da Matriz. Principal praça da vila de Parnaguá – 1912.

Fonte: NEIVA, Artur & PENA, Belisário. *Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 235.

Os relatos dos viajantes que percorreram a região no período enfatizam a decadência e a pobreza reinantes no município. De acordo com Artur Neiva e Belisário Pena, em descrição sobre Parnaguá datada de 1912, ele nos revela que:

A vila de Parnaguá, fundada em 1634, nunca progrediu e atualmente está em franca decadência, com grande número de casas em ruínas. Conta pouco mais de 100 casas, algumas caiadas, muitas barreadas apenas, e uma única com janelas envidraçadas (...). Há um mercado paupérrimo, uma escola pública, uma farmácia, uma cadeia e intendente. Para nos abastecermos de comestíveis para prosseguimento da viagem, tivemos que mandar um *positivo* à Sta. Rita [E. da Bahia], porque na vila não havia cereais, nem açúcar, nem sal, nem café, nem farinha. Não encontramos galinhas ou frangos, à venda; em toda a vila conseguimos obter uma dúzia de ovos (...). Não se ver um quintal plantado, nem legumes, nem verduras. Raríssimas as árvores frutíferas (...). Toda a região percorrida é muito atrasada. Não há noção de conforto relativo, nem mesmo de asseio; analfabetismo em mais de 80% da população, pobreza e quase miséria gerais.³²

É possível observar pela passagem acima que em Parnaguá foi descrita uma situação alarmante. Esta condição é confirmada por Francisco de Assis Iglésias. Em sua caracterização da vila de Parnaguá, datada de 1919, afirma o seguinte:

³² NEIVA, Artur & PENA, Belisário. *Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 198.

Deu-me pena ver tamanha porção de terra sem ser aproveitada, e mal habitada por uma população escassa, à míngua de recursos. Tive mesmo a impressão de Parnaguá estava regredindo. E como atesto eloquente desta suposição, lá estava a única igreja da cidade em estado de ruínas, com a fachada completamente ruída, qual enorme boca escancarada a clamar pela falta de espírito religioso de seus paroquianos. No fundo da nave ainda restava um altar com imagens solitárias. Era de causar dó verificar tamanho grau de indiferentismo daquela gente.³³

Embora a exploração da borracha de maniçoba tenha atraído considerável contingente populacional e riqueza para a região na primeira década do século XX, após 1914 a exploração deste produto começou a dar sinais de decadência em consequência de fatores externos, como a redução do mercado consumidor europeu devido à Primeira Guerra Mundial.³⁴ Portanto, no início da década de 1920, a economia da região produtora de borracha de maniçoba, como era o caso de Parnaguá, apresentava-se em franco declínio.

Em relação à dinâmica populacional, percebemos que de 1890 a 1910 a população de Parnaguá aumentou 39,9%, e boa parte deste contingente foi atraída pela exploração da borracha de maniçoba. Já na década seguinte, quando verificamos uma diminuição na produção deste produto, houve uma redução populacional de 8,3%.³⁵ Isso esclarece o cenário de decadência construído pelos relatos de viajantes que passaram na região na década de 1910 a 1920.

Sobre a cidade de Corrente, assim se refere Joaquim Nogueira Paranaguá em descrição de 1905: “A população da Villa é pouco superior a 1.000 habitantes, sendo a população da comarca calculada em 16.000 habitantes. Possui duas linhas de correio, uma para a Bahia e outra para Teresina”.³⁶ Esta informação nos permite concluir que havia um forte predomínio da população rural em relação à população urbana no município de Corrente, pois a comarca englobava este município e o de Parnaguá.

³³ IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e Chapadões: notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro 1912-1919*. Vol. 2. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1951. p. 637

³⁴ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *A Importância da Borracha de Maniçoba na Economia do Piauí (1900 – 1920)*. 2 Ed. Teresina: FUNDAP, 2006. p. 156.

³⁵ *Ibid.*, p. 98.

³⁶ PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí Pelo Interior do País: impressões de viagem*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1984. p. 77.

De maneira geral a sede do município de Corrente é caracterizada como um pequeno arraial, com população diminuta e dispersa. De acordo com Eunice Gertrudes Nogueira Maciel, no início da década de 1920,

a cidade de Corrente era ruim, era acanhadinha, era um bolim assim. A cidade de Corrente naquele tempo não tinha médico, não tinha... era um lugar, como é que se diz? Era um arraialzinho, uma casinha pequena... de palha aqui e acolá. Nesse tempo Corrente era tudo mato, tudo, tudo, tudo era mato. Aqui era roça, esse lugar aqui ainda hoje mina, era roça de plantar arroz, plantar capim, era uma grande roça, dacolá até acolá.³⁷

Ao que tudo indica, a cidade de Corrente também passava por um momento de dificuldades no início da década de 1920 devido à crise na produção da borracha de maniçoba. Pois a descrição acima diverge das informações prestadas pelo intendente municipal no final da década de 1880, ao afirmar que, “a vila contava com 724 almas, 81 casas cobertas de telhas e 88 cobertas de palhas; inclusive 32 em construção”.³⁸ E na Cronologia Histórica do Estado do Piauí, Pereira da Costa em 1885 assim se remete à cidade de Corrente,

na parte ocidental da vila existem umas 30 casas cobertas de telhas e muitas outras de palhas, e está situada a igreja matriz, o cemitério público com uma pequena capela, e na parte ocidental, que é cortada por uma estrada ou rua, com um e meio quilômetro de extensão, está situada a casa da feira (...). Apesar de ser a vila do Corrente, uma das mais novas da Província, tem, contudo, tomado grande desenvolvimento, é de um futuro muito promissor, o seu comércio se tem desenvolvido com muita vantagem e a sua edificação progride intensamente.³⁹

Correntino Paranaguá descreve a cidade de Corrente em 1921, como uma pequena cidade, onde havia apenas “uma praça, da qual partiam quatro ruas. Currais ao lado de algumas casas. A velha igreja matriz começando a desmoronar.” E reclama que a região era “isolada e abandonada de séculos pelos governos do estado, no extremo sul

³⁷ MACIEL, Eunice G. Nogueira. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

³⁸ NOGUEIRA, Benjamin José. Apud BARROS, Jesualdo Cavalcante. *Memória dos Confins: a saga de vaqueiros, heróis e jagunços nos ermos sertões onde começou o Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2005. p. 141.

³⁹ COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Artenova. Rio de Janeiro. 1994. p. 189.

piauiense”, onde “comunicava-se nos aspectos econômico e cultural com a Bahia”⁴⁰ e distante da capital piauiense.

De fato, os municípios do extremo sul piauiense, ficavam isolados do centro administrativo estadual. A principal rota de acesso à região do extremo sul piauiense partindo de Teresina, se dava através da navegação do rio Parnaíba até a cidade de Santa Filomena, e desta, por via terrestre até Santo Antônio de Gilbués, e daí seguia-se até Corrente e Parnaguá, conforme demonstração do mapa a seguir.

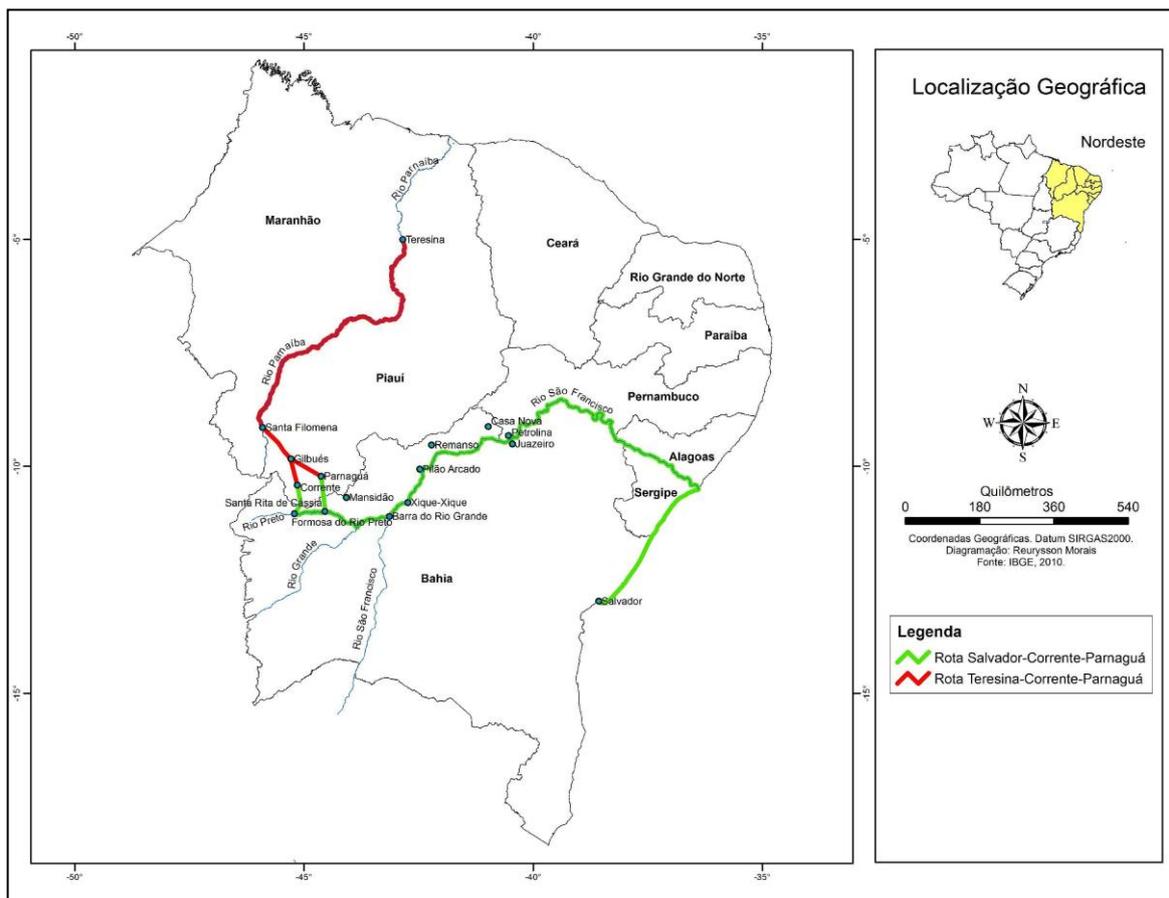


Figura2:Mapa das rotas das principais vias de acesso ao sul do Piauí nas décadas iniciais do séc. XX
Fonte: Acervo particular.

No entanto, as comunicações da região do extremo sul piauiense eram bem mais intensas com a Bahia, de onde provinham praticamente todas as mercadorias comercializadas na região. De fato, a comunicação com as cidades ribeirinhas do médio São Francisco era constante. O mapa acima destaca a rota de acesso aos municípios de Corrente e Parnaguá através da navegação dos rios São Francisco,

⁴⁰ PARANAGUÁ, Correntino. *Terra de Um Paladino*. Brasília: Senado Federal, 1980. p. 48.

Grande e Preto, sendo estes últimos afluentes do primeiro, e que eram navegáveis até as cidades de Santa Rita de Cássia e Formosa do Rio Preto que faziam fronteira com os municípios piauienses citados. Abaixo vemos a imagem de um vapor que era usado na navegação dos rios Parnaíba e São Francisco, e que transportavam pessoas e mercadores para a região do extremo sul piauiense.

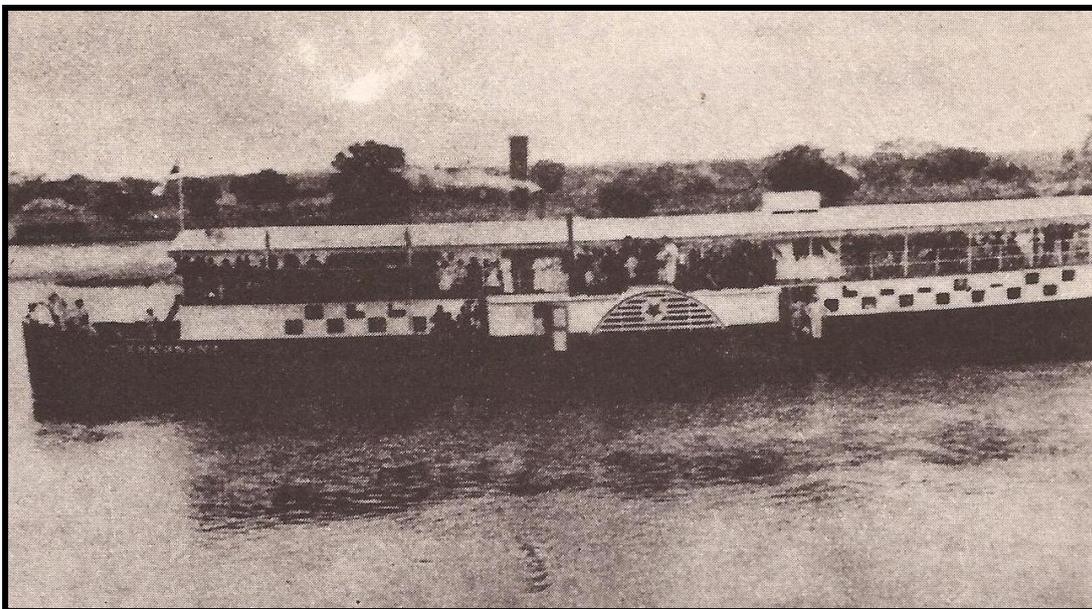


Figura3: Embarcação conhecida por Gaiola usada na navegação dos rios São Francisco e Parnaíba.
Fonte: PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí Pelo Interior do País: impressões de viagem*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1984. p. 111.

1.3. Os maníobais banhados de sangue.

Como costumeiramente fazia, o comerciante Sérgio José de Assumpção dormia tranquilamente em seu estabelecimento comercial situado no povoado Gety, então município de Parnaguá. O ano era 1922. Provavelmente descansava após viagem aos municípios baianos ribeirinhos do médio São Francisco, talvez Xique-Xique, Pilão Arcado, Remanso, Mansidão, Formosa do Rio Preto, ou até mesmo Juazeiro, na divisa entre Bahia e Pernambuco. Antigo comerciante da região, era conhecido como Sérgio Volta - por ser alto e corcunda -, e viajava frequentemente aos municípios do médio São Francisco para negociar mercadorias a fim de revendê-las nos municípios de Corrente e Parnaguá.

Naquela noite, o descanso de Sérgio Volta, duraria pouco. Nunca mais voltaria a negociar com os mascates navegantes que subiam o Velho Chico. Os fatos que se

sucederam naquela noite no tranquilo povoado Gety mudariam a rotina da região por longos cinco anos. É que naquele dia, 13 de abril de 1922,

[...]já tarde da noite, o negociante ambulante, natural de Juazeiro, no estado do Ceará, de nome Francisco Alves da Silva, vulgo Chico Alves, por motivo frívolo, acompanhado de seis homens, entre outros Clarindo José dos Santos, que se entregou a prisão e confessou o crime com todas as circunstâncias e minudências, Raymundo de tal, vulgo Raymundão, José da Velha e outros, assassinaram a tiros de rifle e a punhaladas, no lugar Gety, povoado de Curimatá, deste distrito judiciário, a Sérgio José de Assumpção, por antonomásia, Sérgio Volta, tendo antes incendiado a casa de palha em que este pernoitava.⁴¹

Francisco Alves da Silva havia algum tempo vinha se desentendendo com Sérgio José de Assumpção. Além de concorrentes no Comércio do pequeno povoado, tinham uma querela devido a uma negociação de compra de gado. Mas, os desentendimentos não se limitavam a questões comerciais. Os desafetos apoiavam grupos políticos rivais no município de Parnaguá. Na realidade, o município assistia desde a última década do século XIX a uma cisão entre os membros da família Lustosa Nogueira, que então dominava quase que exclusivamente a cena política do município. Enfim, desde o advento do regime republicano, ocorrera uma cisão entre membros da principal oligarquia que dominava a região. Fato que contribuiu para o rompimento da estabilidade política local, uma vez que a oligarquia Lustosa Nogueira mantinha domínio exclusivo no município. A divisão familiar motivou a formação de dois grupos políticos divergentes. Assim, a família Lustosa Nogueira, com o advento do regime republicano se dividiu em lados opostos e concorrentes, conforme veremos a seguir.

A liderança dos dois grupos era exercida por membros da família Lustosa Nogueira, e caracterizava-se basicamente em torno da questão oriunda entre monarquistas e republicanos. Os simpatizantes de cada causa orientavam-se conforme suas convicções políticas, e na medida em que o regime republicano se afirmava, a distância entre um grupo e outro aumentava. O assassinato de Sérgio Volta constituiu o estopim do conflito armado que envolveu membros da família Lustosa Nogueira de Corrente e Parnaguá, entre 1922 e 1926.

⁴¹ Informação encaminhada pelo Juiz de Direito da Comarca de Corrente, em Parnaguá, ao Secretário de Estado de Polícia em 13 de junho de 1923, apud NOGUEIRA, Raimundo Lustosa. *E Assim Veio o Banditismo no Estado da Piauí*. Salvador: Imprensa Vitória, 1942. p. 91.

Na família Lustosa Nogueira residente na região do extremo sul do Piauí, havia três membros que exerceram influência na política do Império durante o reinado de D. Pedro II. Eram eles os irmãos, José da Cunha Lustosa, o Barão de Paraim, José Lustosa da Cunha, o Marquês de Paranaguá e João da Cunha Lustosa, o Barão de Santa Filomena. Os três descendiam de portugueses que ganharam sesmarias na região extremo sul da capitania do Piauí, e que em meados do século XVIII havia tomando posse das propriedades doadas pela Coroa lusitana.

A riqueza acumulada pelo Barão de Paraim havia garantido a hegemonia política em praticamente toda a região que corresponde ao extremo sul piauiense. De acordo com Correntino Paranaguá, “em fins do século passado [XIX], o Barão de Paraim era possuidor do maior rebanho bovino e da maior extensão de terras no sul do Piauí”.⁴² Soma-se a isso, o fato de o Barão de Paraim ter formado, ao lado do Barão de Santa Filomena, um Batalhão de voluntários “para combater na guerra do Paraguai, pois o Barão de Paraim em 1865 era o comandante superior da Guarda Nacional em Parnaguá”,⁴³ e fora solicitado pelo presidente da Província para que fizesse o alistamento militar naquela região.

Com o auxílio prestado ao Império, o Barão de Paraim tornou-se “chefe político respeitado e inconcusso durante as últimas décadas do Segundo Império”.⁴⁴ Dono de uma riqueza incalculável e ostentando um título nobiliárquico, o Barão de Paraim representava o braço imperial na região, e seu poder político estava assegurado com o apoio da corte de Bragança.

No entanto, nos anos finais do Império, a presença dos republicanos incomodava àqueles que tinham o poder político associado à Monarquia. Nesse contexto, a presença do primo e cunhado do Barão de Paraim, Joaquim Nogueira Paranaguá, que havia regressado ao município de Corrente no início da década de 1880, após ter concluído o curso de Medicina em Salvador na Bahia, representou uma ameaça às pretensões políticas dos monarquistas. Joaquim Nogueira Paranaguá vivenciou em Salvador as discussões acerca das campanhas republicanas e abolicionistas que norteavam as preocupações dos intelectuais nos grandes centros do país.

⁴² PARANAGUÁ, Op. Cit., 1980. p. 63.

⁴³ Ibid., Id.

⁴⁴ Ibid., Id.

Paranaguá era um grande proprietário de terras e havia herdado considerável quantidade de escravos. Ao lado do irmão gêmeo Benjamim José Nogueira, passou a exercer importante força política nos municípios de Corrente e na vizinha Parnaguá. Em Salvador, Paranaguá sofreu influência dos ideais republicanos e abolicionistas, e quando regressou ao Piauí ajudou a fundar o Partido Republicano Piauiense na capital do estado. Em Corrente criou um Clube Republicano, de onde passou a coordenar a causa na região. Na medida em que o republicanismo ganhava espaço em nível nacional, Paranaguá foi conseguindo, paulatinamente, projeção política. Com o movimento de 15 de novembro foi nomeado para o cargo de vice-governador do Estado do Piauí, tendo o Marechal Gregório Taumaturgo de Azevedo na chefia do Executivo estadual.

As divergências entre os interesses do Barão de Paraim, que era monarquista e escravocrata, e os republicanos e abolicionistas representados por Joaquim Nogueira Paranaguá, começaram a canalizar de tal forma a disputa pelo poder político local, que acabou formando dois grupos adversários. De um lado o Barão do Paraim representava os interesses monarquistas da elite Lustosa, anti-republicano e escravocrata residente principalmente em Parnaguá, e do outro lado, Joaquim Nogueira Paranaguá, representante dos republicanos e abolicionistas tinham maior representatividade no município de Corrente.

Quando, em 1889, os republicanos puseram por terra a Monarquia, esse fato repercutiu, em nível local, na quebra da hegemonia política dos Lustosa Nogueira ligados ao Barão do Paraim. Assim, os republicanos de Corrente e Paranaguá ascenderam à liderança da política local, em detrimento do grupo que se sustentava amparado no Regime Imperial. Com isso, em 1893, Benjamim José Nogueira, irmão de Joaquim Nogueira Paranaguá, foi nomeado Intendente Municipal de Corrente, e em 1896 o município de Parnaguá foi extinto e anexado à Corrente, sendo restituído em 1897. Esse fato selou a vitória dos partidários da causa republicana na política local e segregou definitivamente os dois grupos opositores.

No entanto, a reconfiguração de forças políticas oriunda da proclamação da República não representou mudanças significativas na estrutura política local. Na realidade, houve um remanejamento de lideranças que compunham o mesmo núcleo oligárquico. A base representativa não sofreu alteração, e o comando político simplesmente revezou entre membros da família Lustosa Nogueira.

A base de sustentação do poder político local se estruturava a partir de um conjunto de relações políticas, econômicas e sociais que se caracterizava pela liderança de um chefe político sobre determinada região, cujo poder estava assegurado pelo controle “sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados”.⁴⁵ Este sistema é comumente conhecido pela Sociologia Política como *coronelismo*. Nele, o poder do coronel também se sustentava em uma base econômica, e no mais das vezes, o coronel era um grande proprietário, embora a posse da terra por si só, segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, não garantia o domínio político local, pois, “não raro, no Brasil, o poder decorrente de outros bens de fortuna superou o poder trazido exclusivamente pela posse da terra”.⁴⁶

Na realidade, de acordo com Vítor Nunes Leal, outra referência sobre o tema, o coronelismo “é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras”.⁴⁷ Nesse sentido, o coronelismo é uma manifestação política característica de regiões onde o poder dos grandes proprietários rurais - que se assentava numa relação de direta dominação, como a escravidão, por exemplo -, estava se enfraquecendo.⁴⁸ O coronelismo seria então, o sintoma da decadência premente dos grandes latifundiários, que segundo Leal, a evidência de tal decadência estaria no “sacrifício da autonomia municipal que ele [o coronelismo] se tem alimentado para sobreviver”.⁴⁹

A organização política dos municípios brasileiros nas primeiras décadas do século XX foi marcada por uma administração pouco eficiente, onde o aparelho estatal dos diversos níveis era dominado por elementos diretamente ligados aos líderes da política local. Essa prática de dominação sobre um núcleo municipal constitui em expressivo elemento de sustentação do poder coronelístico.

No caso da região de Corrente e Parnaguá, o poder dos coronéis da família Lustosa Nogueira estava assentado principalmente na concentração fundiária e na

⁴⁵ JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 07.

⁴⁶ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*. IN: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. Tomo III, 01Vol. 2ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 172.

⁴⁷ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975. p.20

⁴⁸ *Ibid.*, p. 56.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 57.

pecuária, com a criação bovina. Das 468 propriedades rurais existentes nos dois municípios em 1920, 136 eram propriedades de membros da família, ou seja, 37,20% das propriedades rurais pertenciam a um mesmo clã familiar. Alguns proprietários, como Joaquim Nogueira Paranaçu possuía nove propriedades rurais, e o Major Virgílio Lustosa era dono de sete propriedades só no município de Paranaçu.⁵⁰ O grande latifúndio somado à criação bovina e a linhagem familiar conferia a esses coronéis muito poder, que não se limitava à esfera local, posto, o próprio Nogueira Paranaçu ter exercido o cargo de deputado federal, senador e vice-governador.

O monopólio dos cargos públicos também constituía prática comum para a manutenção da estrutura coronelística. No caso de Paranaçu, os cargos de delegado e juiz de direitos eram exercidos por membros da família Lustosa Nogueira. Neste caso, o domínio sobre a burocracia administrativa e o aparelho estatal, sobretudo associado às forças responsáveis pela manutenção da ordem pública, eram condições essenciais para a afirmação do compromisso coronelista.

Durante as primeiras décadas do século XX, o tema da autonomia municipal foi recorrente. Para Vitor Nunes Leal, no período, houve um paradoxo em relação à autonomia dos municípios, uma vez que, “operava-se, pois, uma curiosa inversão no exercício da autonomia local”, onde, por um lado, havia uma garantia jurídica desta condição aos municípios, mas por outro, a dinâmica do poder político praticado não permitia o exercício desta condição.⁵¹

1.3.1. O litígio em torno da “Fazenda das Pedrinhas”.

Outro fator que concorreu para acirrar ainda mais as rivalidades entre os dois grupos políticos que se formaram com a proclamação da República foi um litígio acerca da *Fazenda das Pedrinhas*.⁵² Com a morte do Barão de Paraim em 1889, a situação se complicou ainda mais devido às questões relacionadas à partilha da herança por ele deixada. Era de se esperar que, diante da morte do principal representante do império na região, a situação se consolidasse nas mãos dos republicanos, principalmente após 1889.

⁵⁰ BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil Realizado em 01 de Setembro de 1920: relação dos proprietários rurais recenseados no estado do Piauí. [S. I., s. n.].

⁵¹ LEAL, Op. Cit., 1975. p. 158.

⁵² A “Fazenda das Pedrinhas” era uma propriedade rural situada no município de Paranaçu e pertencente ao Barão de Paraim. Com sua morte a fazenda foi herdada por José Mariano Lustosa do Amaral que era seu genro.

A *Fazenda Jacaré*, que pertencia ao Barão do Paraim, foi herdada por seu filho Afonso Lustosa, engenheiro civil residente em Recife. Este vendeu a fazenda ao primo Joaquim Nogueira Paranaguá. Esse fato provocou descontentamento ao então Juiz de Direito de Parnaguá, José Mariano Lustosa do Amaral, que era genro do Barão do Paraim e herdou a *Fazenda das Pedrinhas* vizinha à *Fazenda Jacaré*.

A demarcação dos limites entre as duas fazendas provocou mais desentendimentos. Sobre esta querela, Francisco de Assis Iglésias, engenheiro agrônomo, que em missão oficial excursionava pela região, foi procurado para fazer a demarcação, “afim de estabelecer, de acordo com a respectiva sesmaria, a linha divisória da ‘Fazenda das Pedrinhas’ sita naquela cidade do sul do Estado”.⁵³ Iglésias concluiu, ao ser impedido de medir as propriedades, que o litígio acerca da *Fazenda das Pedrinhas* contribuiria para agravar ainda mais as desavenças entre os dois grupos políticos, uma vez que o dono desta fazenda era do grupo que havia perdido a hegemonia política com a República e não concordou com a perda da propriedade para o rival republicano.

A situação ia se tornando explosiva, e segundo nos relata Iglésias, ao sair de Parnaguá em 22 de agosto de 1919, o litígio em torno da Fazenda das Pedrinhas “seria a causa de conflitos sangrentos”.⁵⁴ O clima se tornava cada vez mais hostil, e a situação de descontentamento ganhava proporção que, a partir de 1922, resultaria no conflito armado que envolveu boa parte da região.

1.3.2. “Uns o encaravam como herói, e outros como bandido”: José Honório Granja e a parentela Lustosa Nogueira em crise.

A região do extremo sul piauiense tinha como principal atividade econômica a pecuária de gado vacum. Entretanto, no início do século XX, com a exploração da maniçoba, a região passou por relativo progresso,⁵⁵ pois a cultura da planta nativa atraiu um grande contingente populacional vindo de outros municípios. Segundo Teresinha Queiroz, “[...] à exploração da maniçoba estão ligados a ocupação e o incremento populacional em vastas áreas do Estado”⁵⁶ e que “os municípios que compunham a área

⁵³ IGLÉSIAS, Op. Cit., 1951.p. 619.

⁵⁴ Ibid., p. 627.

⁵⁵ QUEIROZ, Op. Cit., 1994. p.83.

⁵⁶ Ibid., Id.

de extração mais intensiva da maniçoba haviam passado por período de adensamento populacional”.⁵⁷ A região de Parnaguá se inseriu entre as principais áreas de exploração de maniçoba no Estado. Segundo Artur Neiva e Belisário Pena, “no município de Parnaguá [havia] vários barracões de maniçobeiros”,⁵⁸ o que repercutiu diretamente em diversos aspectos da organização da região.

No início do século XX, época áurea da valorização da borracha, houve a corrida para se extrair o látex da euforbiácea nativa, ou cultivada, a maniçoba. No sul do Piauí, penetraram, quase sempre vindos da Bahia, nas mesmas rotas dos antigos colonizadores dos séculos XVII e XVIII, os conhecidos maniçobeiros. Adentraram as vastas caatingas dos municípios ao sul do rio Canindé. Instalaram-se muitas vezes predatoriamente em terras alheias.

Na área então ocupada pelos municípios de Paulistana, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Caracol, Parnaguá, Bom Jesus do Gurguéia e outros, dedicaram-se ao trabalho fugaz da extração do leite da maniçobeira. A matéria-prima, que produziram e exportaram, trouxe ao Piauí uma riqueza efêmera e em contrapartida deixou mais abertos e conhecidos dos predadores os caminhos para o ingresso do cangaço, que viria vinte anos depois arrasar as comunidades do extremo sul do estado.⁵⁹

Migraram para região de Parnaguá trabalhadores e atravessadores que eram conhecidos genericamente por *maniçobeiros*. Esse afluxo populacional refletiu diretamente na dinâmica social de Parnaguá. Nas primeiras décadas do século XX, Parnaguá não passava de um pequeno vilarejo e o surto econômico da maniçoba pouco alterou as condições estruturais do município.

A chegada de imigrantes, nem sempre era bem vista por uma sociedade fechada e conservadora, formada por um pequeno núcleo urbano, como era a cidade de Parnaguá no início do século XX. O pequeno vilarejo era composto, em sua maioria, por membros de uma mesma família e que mantinha seu poder por meio de relações de compadrio e parentesco.

Os imigrantes que chegavam para fixar residência na região e suprir a carência de mão-de-obra na extração da alforbiácea eram chamados pejorativamente de *maniçobeiros alienígenas*, e a eles eram atribuídos “a origem dos conflitos sociais”⁶⁰ que se verificaram em vários municípios da região sul e sudeste do Piauí. “Esses grupos

⁵⁷ Ibid., p. 87.

⁵⁸ NEIVA, Artur & PENA, Belisário. Op. Cit., 1999. p. 199.

⁵⁹ PARANAGUÁ, Op. Cit., 1980. p. 14.

⁶⁰ QUEIROZ, Teresinha. Op. Cit. p. 87.

de extratores, em função de sua origem, eram tratados como maniçobeiros pernambucanos, cearenses, baianos e adjetivados como turbulentos e malfeitores. À sua afluência era atribuída a situação de desordem e insegurança reinantes nas áreas produtoras”.⁶¹ De acordo com William Palha Dias,

com a alta da borracha de maniçoba, que tem como principal habitat a zona da caatinga, o município foi invadido por seguidos grupos de forasteiros de toda condição social, sobretudo cangaceiros e malfeitores. Tais indivíduos foragidos da lei e da justiça, impostas nos Estados de origem, aproveitando as vantagens que oferecia a exploração da rendosa euforbiácea, aqui vieram aportar. Com a deficiência policial, o ambiente tornou-se propício à prática de toda espécie de tropelia e, em consequência, permaneceram. Foi em decorrência de tais condições que, com avantajado número de cangaceiros, disfarçados em maniçobeiros, comboiados de Pernambuco, via Rio-de-Baixo, aqui aportou o Coronel Ângelo Gomes Lima, portando significativa auréola de pacifista e que, no fundo, era mesmo um embuçado beligerante.⁶²

Portanto, a presença de *maniçobeiros alienígenas* tornou-se motivo de discórdia e uma ameaça à ordem social vigente, além do que, o núcleo social fixado no lugar recebia com desconfiança a presença de migrantes, que, no mais das vezes, eram tachados de gananciosos e ávidos de poder.

A dinâmica da extração da maniçoba estava organizada de forma hierárquica. Havia os *barraquistas*, espécie de agenciadores, que contratavam a mão-de-obra dos *maniçobeiros*. Geralmente estes *barraquistas* eram pessoas de posses, ou mesmo um fazendeiro que explorava a força de trabalho dos *maniçobeiros*. Segundo Pena e Neiva, nos barracões de Parnaguá, os “operários [viviam] em sua maioria escravizados aos barraquistas”.⁶³ Para Queiroz, a relação de trabalho na exploração da maniçoba era semelhante à praticada na economia escrava.⁶⁴ Neiva e Pena relatam que durante sua

permanência em Parnaguá [11/06/1912 a 02/07/1912], fugiram dum maniçobal para a vila, quatro *maniçobeiros* pedindo proteção da autoridade local contra as atrocidades de que eram vítimas. Ao encalce deles, vieram emissários do *barraquista* e a esses foram entregues pela autoridade local os quatros infelizes.⁶⁵

⁶¹ Ibid., Id.

⁶² DIAS, William Palha: *Papo amarelo: drástica solução*. Teresina: Gráfica Expansão, 2000. p. 29.

⁶³ NEIVA & PENA, op. cit. p. 199.

⁶⁴ QUEIROZ, op. cit. p. 91.

⁶⁵ NEIVA & PENA, op. cit. p. 199.

A exploração da mão-de-obra nos maníobais era feita compulsoriamente, e os *barraquistas* agenciadores eram protegidos pela elite local. “Esses generosos (*barraquistas*, fazendeiros, tropeiros, etc) são sempre amigos de todos os governos, de sorte que nada lhes acontece, e as autoridades pactuam sempre com essas traficâncias”.⁶⁶ Havia uma associação entre as autoridades locais e os *barraquistas*, relação de compadrio, típica da política na *República Velha*.

Nesse contexto migratório impulsionado pela exploração da maniçoba chegaram em Parnaguá, por volta de 1908, os irmãos José Honório Granja e Deolindo de Castro Granja, procedentes da região do Médio São Francisco, na Bahia. Os irmãos Granja se destacaram rapidamente na sociedade parnaguaense. Provavelmente os dois irmãos exerciam a função de *barraquistas*, e aliciavam mão-de-obra de *maniçobeiros* para revender o produto nos municípios da ribeira do rio São Francisco. Como o negócio era lucrativo, não tardou muito e os baianos se afirmaram no município, adquirindo significativa projeção social. Numa sociedade marcada pelo signo da miséria para maioria da população, a aquisição de bens materiais significava prestígio social.

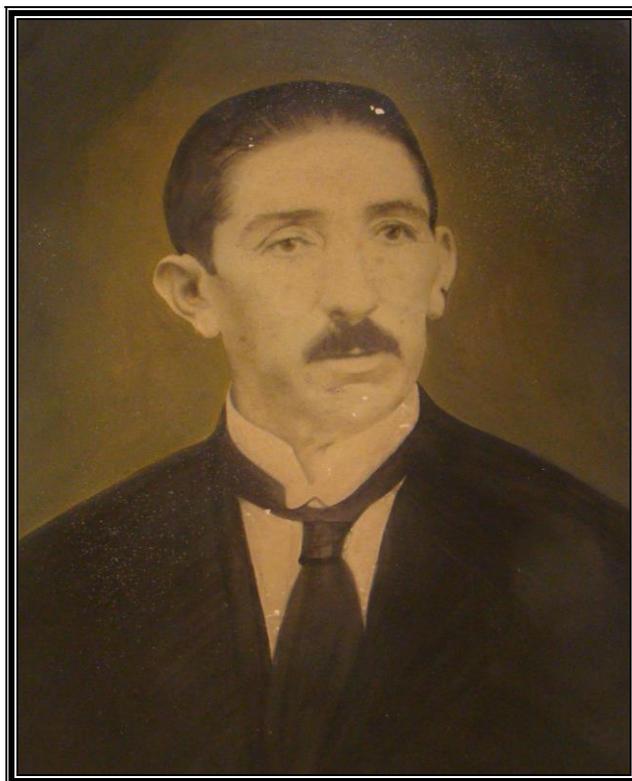


Figura 4: José Honório Granja

Fonte: Acervo particular de Maria Aparecida Granja Duarte

⁶⁶ Ibid., Id.

Com o dinheiro oriundo da maniçoba e aquisição da patente de coronel da Guarda Nacional em 1911,⁶⁷ José Honório Granja conseguiu ingressar na tradicional família Lustosa Nogueira de Parnaguá, ao se casar com Helena Lustosa, neta do Barão do Paraim e parente próximo do influente Coronel O'donell de Alencar. Também seu irmão, Deolindo Granja casou com Maria do Livramento Lustosa, neta de uma irmã do Barão do Paraim. Como se percebe, os dois irmãos acabaram casando com mulheres pertencentes à principal família da elite social e política parnaguense.

Com o casamento, somado ao dinheiro que havia acumulado com a maniçoba, José Honório Granja passou a ser visto como pessoa influente na região, provocando reações contrárias à sua presença no seio da família, pois, alguns parentes de sua esposa não aceitavam a entrada de “forasteiros e aventureiros” na família. Mas por outro lado, o ingresso na família rendeu-lhe prestígio e influência política. Na realidade, José Honório também herdara parte da herança que sua esposa ganhara do Barão de Paraim. Assim, a orientação política dos Granja se voltou para o apoio aos que haviam sido aliados do comando da política local após a República. Com isso, José Honório Granja, passou a exercer militância política contra os dirigentes municipais situacionistas, de orientação republicana, que já nessa época, início da década de 1920, tinham na pessoa do juiz de Direito da Comarca de Corrente, com sede em Parnaguá, Raimundo Lustosa Nogueira seu principal representante.

Por outro lado, Raimundo Lustosa Nogueira era descendente direto dos Barões Paraim, Barão de Santa Filomena e do Marquês de Paranaguá. Com a cisão de 1889 acabou se ligando aos republicanos, sob a liderança de Joaquim Nogueira Paranaguá. Além de exercer o cargo de magistrado no município, Raimundo Lustosa Nogueira tinha adquirido influência política, e os ocupantes de cargos administrativos eram, em sua maioria, por ele indicados. Segundo Cândido Carvalho Guerra, “quem mandava no Parnaguá era o juiz de direito Raimundo Lustosa Nogueira e o seu sobrinho, Cândido Araújo, que era delegado de polícia e procurador do município junto ao Estado”.⁶⁸

Cada um, a seu tempo, José Honório Granja e Raimundo Lustosa Nogueira acabaram constituindo os polos de convergência das disputas políticas entre as dois grupos familiares e políticos que havia se formado na região após a proclamação da República. Os dois canalizaram as aspirações da elite parnaguense em torno da política

⁶⁷ Diário Oficial da União. Rio de Janeiro 13 de agosto de 1911.p. 87.

⁶⁸ GUERRA, Cândido Carvalho. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

local. De acordo com Guerra, as disputas políticas, que a partir de 1922 passaram da querela familiar ao conflito armado, a discórdia entre parentes provocou um movimento desencadeado pelos desentendimentos oriundos no seio da família mais tradicional do município de Parnaguá.

A presença de José Honório no seio da família Lustosa Nogueira, foi um agravante que concorreu para fomentar o desequilíbrio entre os membros da família. A presença de José Honório, era reprovada por alguns membros da família, além do que sua atuação poderia significar definitivamente um rompimento da hegemonia política nas mãos dos Lustosa Nogueira. Intrafamília havia manifestações favoráveis e contrárias à presença de José Honório, de modo que este concentrou em torno de si o foco dos desentendimentos existentes no clã.

A parte da família Lustosa Nogueira que simpatizava José Honório percebeu que a militância dele poderia reverter o quadro político implantado com a República e, como vimos, havia afastado os monarquistas do cenário político local. Granja se converteu no principal nome da oposição para derrubar os familiares que haviam ascendido à direção política local em 1889 e sua presença foi decisiva para que os desentendimentos políticos evoluíssem para a luta armada que se verificou entre 1922 e 1926. Para Guerra, “o ocasionador da luta foi a vinda de Zé Honório pra’í [Parnaguá], que chegou e não queria se submeter ao mando do Dr. Raimundo que era o chefe supremo dali”.⁶⁹

A forma como Cândido Carvalho Guerra associa à presença de José Honório Granja à eclosão do conflito é um tanto simplista, uma vez que, como vimos argumentando, o cenário político de Parnaguá após a proclamação da República mostrava-se explosivo diante da quebra da hegemonia política dos partidários monarquistas aliados do Barão do Paraim, e por outro lado a crescente representatividade dos republicanos.

Não resta dúvida que a presença de um personagem de fora do clã, simbolizado por José Honório Granja concorreu para o acirramento das rivalidades, até porque, ele era tido para alguns como um homem “dinâmico e que sabia fazer negócios”, para usarmos a definição de Guerra.

Nos anos iniciais da República, a organização política dos pequenos municípios se baseava na formação de áreas de dominação, ou áreas de influência, onde cada grupo

⁶⁹ Ibid., Id.

político exercia seu domínio.⁷⁰ Para “gerenciar” essas áreas de influência, os líderes políticos locais usavam os chamados cabos eleitorais, que ficavam responsáveis pela representação num local reduzido e bem delimitado. Em Gety, então principal povoado de Parnaguá e hoje município de Curimatá, Raimundo Lustosa Nogueira mantinha como cabo eleitoral o comerciante Sérgio José de Assumpção (Sérgio Volta), responsável pela defesa, naquele povoado, dos interesses políticos de Raimundo Lustosa Nogueira. De outro lado, alinhado a José Honório Granja estava Francisco Alves da Silva (Chico Alves), que desempenhava função semelhante à de Sérgio Volta em relação aos irmãos Granja.

Dessa rivalidade resultou o assassinato de Sérgio Volta por Chico Alves narrado anteriormente. As suspeitas de que Sérgio Volta estaria armando um atentado contra José Honório Granja, foi o pretexto para o homicídio. Os boatos do possível atentado a Granja ganharam relevo quando Chico Alves afirmou ter encontrado no bolso de Sérgio Volta um bilhete de autoria de Raimundo Lustosa Nogueira, em que recomendava ao seu aliado político que tomasse providências com a “passagem” do rival pelo povoado.

Meu caro e prezadíssimo Sérgio. Segue hoje para Gety (Curimatá) o célebre José Honório. Saiba dar o pulo que o bicho é grande. Veja se consegue fazer numa hora o que dificilmente conseguiremos em um ano. Converse com o portador, que lhe explicará melhor. Para um bom entendedor meia palavra basta. Abraça o amigo e criado, Raimundo Lustosa Nogueira.⁷¹

O assassinato de Sérgio Volta, em 13 de abril de 1922, desencadeou uma reação por parte dos partidários de Raimundo Lustosa Nogueira que, tendo à frente seu sobrinho e delegado de polícia de Parnaguá, Cândido Lustosa de Araújo, começou uma perseguição aos acusados. Os acontecimentos foram se precipitando, até que o conflito adquiriu grande proporção liderado por membros da família Lustosa Nogueira, e que ao longo de cinco anos envolveria praticamente toda a região do extremo sul piauiense, com repercussões sociais, políticas e econômicas.

⁷⁰ LEAL, op. cit. 1975. p.20.

⁷¹ Documento transcrito de: BARROS, Jesualdo Cavalcante. *Memória dos Confinis: a saga de vaqueiros, heróis e jagunços nos ermos sertões onde começou o Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2005. p. 372. E GUERRA, Cândido Carvalho. *O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí*. Corrente: Ed. e Gráfica Ribeiro, 1999. p. 12.

1.3.3. A questão religiosa

Do ponto de vista religioso, ao longo do século XIX, a família Lustosa Nogueira era católica, e como em todo o Brasil Colonial e Imperial o catolicismo exercia influência quase que absoluta, uma vez que compunha a religião oficial do Estado brasileiro desde a emancipação política de 1822. A elite colonial e imperial da região sul do Piauí seguia a fé católica, e suas manifestações iam desde a construção de templos à realização de festejos comemorativos a santos.

De acordo com Edy Guerra Nogueira, “[...] a família Nogueira era tradicionalmente católica e de profundo sentimento religioso, tanto assim que, em 1890, a primeira Igreja Católica construída em Corrente foi com recursos doados pela Baronesa do Paraim”.⁷²

A hegemonia da religião católica, porém, foi quebrada a partir de 1904 quando missionários estadunidenses, apoiados por uma parte da família Nogueira, fundaram a Igreja Batista de Corrente, então primeira congregação protestante do Piauí.

As rivalidades religiosas entre católicos e batistas, embora não tivessem representado o foco principal das disputas entre os membros da família Lustosa Nogueira, contribuíram de modo significativo para acirrar as divergências existentes no campo político. Ao conjunto das rivalidades religiosas entre católicos e batistas de Corrente e Parnaguá, estamos denominando de *questão religiosa*, assim como as implicações daí decorrentes.

Na realidade, a religião batista fora introduzida na região por intermédio do então senador Joaquim Nogueira Paranaguá e do seu irmão Benjamim José Nogueira, que exercera a função de intendente municipal de Corrente entre 1893 e 1896. Ambos também concentravam a liderança da ala política que havia sido favorecido com o advento do regime republicano. A introdução de uma religião protestante no seio de uma sociedade antes dominada pelo catolicismo, cujas relações sociais estavam vinculadas à religiosidade típica do Brasil, provocou o surgimento de contendas religiosas agravando ainda mais a dissensão política já existente.

A discordância religiosa gerou atos de intolerância entre católicos e batistas. Prova disso, foi acusação, por membros das lideranças católicas do município de

⁷² NOGUEIRA, Edy Guerra. *Maravillosa e Abençoada História: Igreja Batista de Corrente, 100 anos a serviço do senhor da seara*. Teresina: Halley, 2003. p. 19-20.

Corrente de que o templo batista ter sido construído exatamente no mesmo local onde se encontrava o primeiro templo católico construído na cidade de Corrente. O fato provocou uma reação na comunidade católica da cidade, que interpretou a atitude dos batistas como uma ofensa à religião católica.

A construção do templo batista foi elaborada e executada sob os cuidados de Joaquim Nogueira Paranaguá e financiada pela intendência do município, que a época era administrada por seu filho Augusto Nogueira Paranaguá. Nesse período (1924-1926) na cidade de Corrente não havia nenhuma representação legal da Igreja Católica, pois o Pe. Ramón Alfonso Bolados Cáster havia se retirado para o município de Gilbués, sob alegação de falta de segurança. Para o Padre Fernando Cascón Raposo, a retirada do pároco de Corrente para Gilbués, teria se dado “devido às dificuldades de convivência com os crentes batistas”.⁷³

Em meados da década de 1920 as relações entre batistas eram tensas. Na realidade, a Igreja Católica vinha desenvolvendo na região uma política que objetivava conter o avanço do protestantismo. Ainda em 1897, “sabedores da aceitação do evangelho em nosso meio [parte da família Lustosa Nogueira de Corrente e Parnaguá], apareceram em Corrente os Frades Henrique e João, chamando as nossas bíblias de falsificadas e exigindo a entrega das mesmas por aqueles que as possuíam”.⁷⁴ Nesse sentido, de acordo com Edy Guerra Nogueira, quando em 1901 um missionário batista estadunidense pregava os princípios da religião protestante na região, “foi surpreendido quando recebeu uma intimação para se retirar de Corrente ou ser posto fora a pauladas.”⁷⁵

A criação da Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia em 1920 fez parte de um conjunto de ações da Igreja Católica no sul do Piauí que objetivava conter a propagação da religião protestante batista. Para Jesualdo Cavalcante Barros, “foi em decorrência desse avanço dos batistas no sul do estado, inicialmente em Corrente, e logo depois irradiando-se pela região, que o Papa Bento XV, em 07 de junho de 1920, pela bula ‘ecclesiae universae’, criou a prelazia de Bom Jesus do Gurguéia, ocorrendo sua instalação em 29 de junho de 1922.”⁷⁶

⁷³ RAPOSO, Fernando Cascón. *História Eclesiástica da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia*. Teresina: ADUFPI, 1997.p. 113.

⁷⁴ NOGUEIRA, op. cit. 2003. p. 60.

⁷⁵ Ibid., Id.

⁷⁶ BARROS, op. cit. 2005. p. 188.

Mapa que indica a localização e área de abrangência da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia.

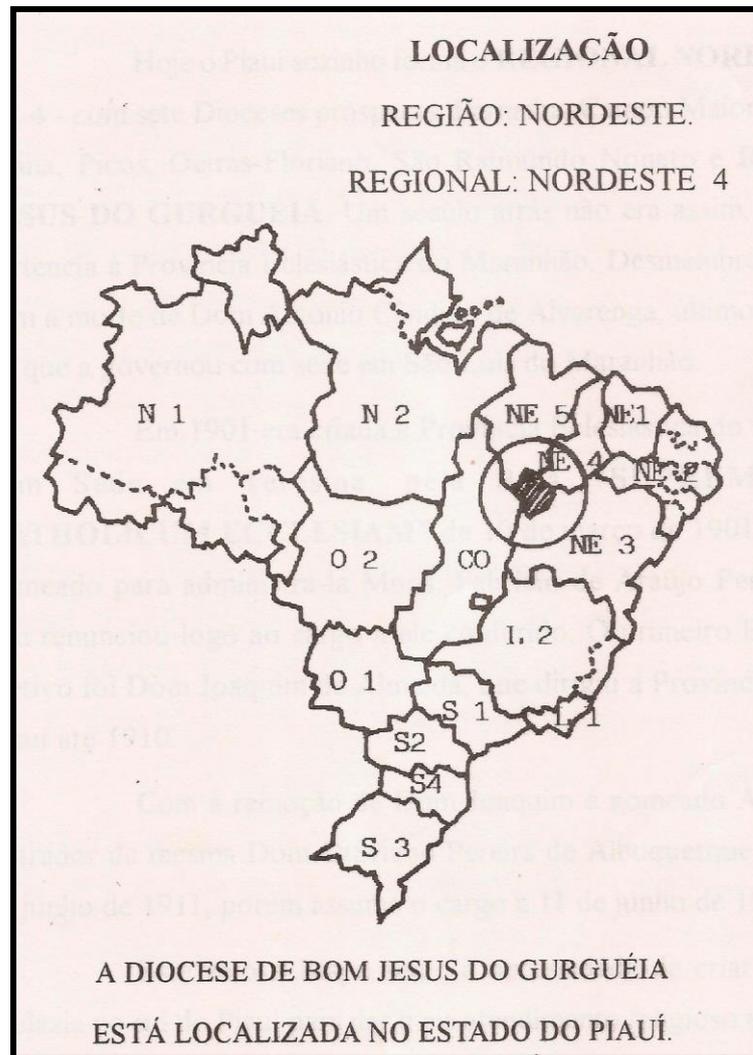


Figura 5 Área de Abrangência e atuação da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia.

Fonte: RAPOSO, Fernando Cascón. História Eclesiástica da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia. Teresina: ADUFPI, 1997.p. 25.

Como observa-se no mapa acima, a prelazia de Bom Jesus do Gurguéia abrangia uma vasta área do extremo sul piauiense, e que coincidia com as regiões aonde a religião batista vinha adquirindo projeção desde o início do século XX.

O Padre Raposo afirmou que entre 1924 e 1926, “época de ausência de padre em Corrente que o banditismo dos batistas, na pessoa do Dr. Paranaguá, e de um prefeito inescrupuloso [Augusto Nogueira Paranaguá] (sic) derrubaram e roubaram a matriz Católica erguendo um seu lugar o Templo Batista.”⁷⁷ As palavras do padre dão um testemunho da rivalidade religiosa na região. Para Edy N. Guerra, em 1922 “o

⁷⁷ RAPOSO, op. cit. 1997. p. 113.

cangaceirismo chega ao nosso calmo sertão, prejudicando a marcha do Evangelho em nossa região”, e quando da criação da Prelazia do Bom Jesus do Gurguéia, esta, teria declarado “à imprensa secular pôr termo ao avanço do protestantismo no sul do estado do Piauí”.⁷⁸

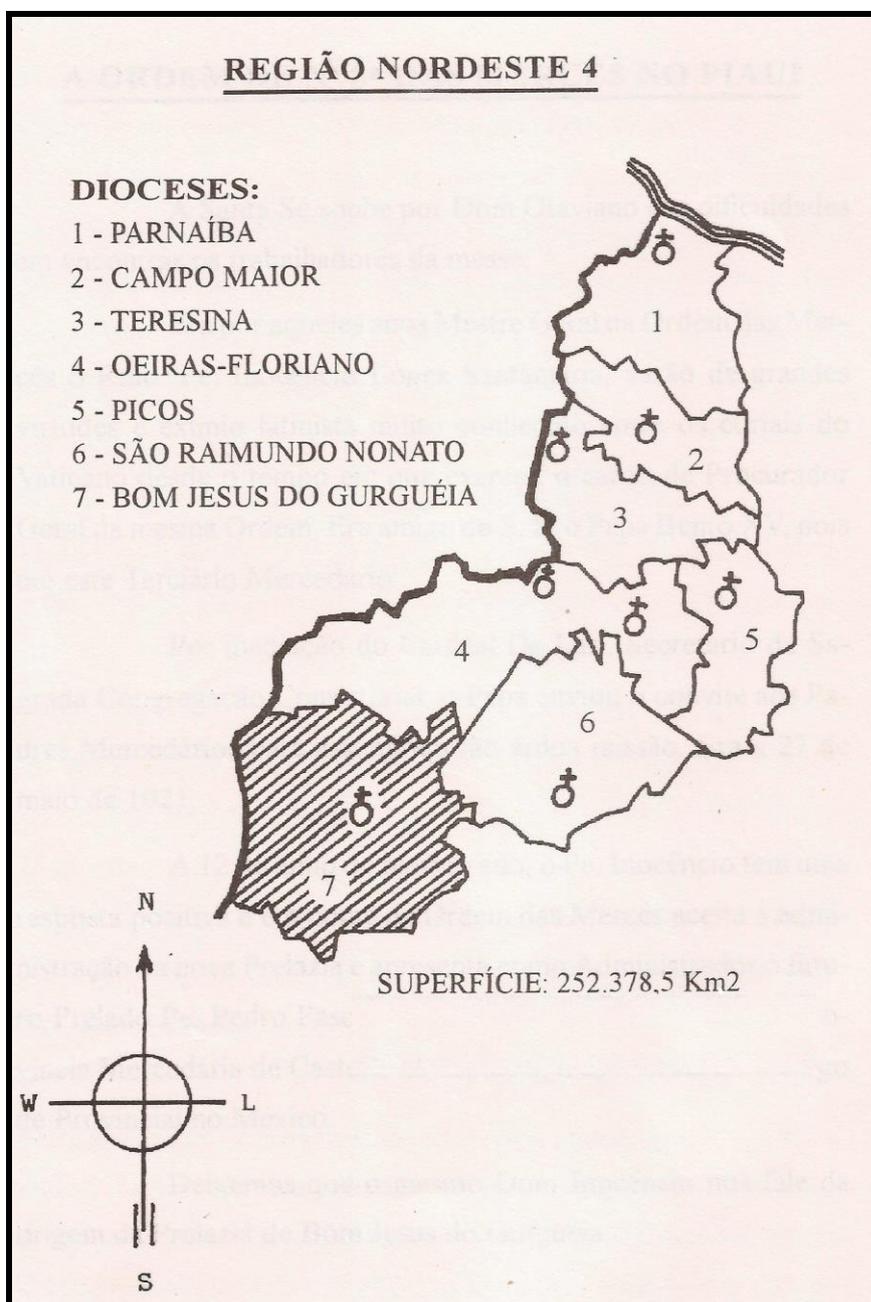


Figura 6: Área de Abrangência e atuação da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia no estado do Piauí.
Fonte: RAPOSO, Fernando Cascón. História Eclesiástica da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia. Teresina: ADUFPI, 1997.p. 29.

⁷⁸ NOGUEIRA, op. cit. 2003. p. 62.

As ofensas e os atos de intolerância praticados por ambos os lados revelam quão problemática e tensa era a situação entre batistas e católicos. Em meio a essa rivalidade religiosa estavam os dois potentados políticos locais da família Lustosa Nogueira. Assim como havia ocorrido na política, houve uma cisão religiosa entre seus membros a partir da conversão de católicos à religião Batista. O grupo liderado por Joaquim Nogueira Paranaguá se converteu ao protestantismo levando junto os partidários republicanos e os simpatizantes de sua causa. De outro lado, os monarquistas tenderam à preservar a religião católica.

Segundo Higino Cunha, com base em informações do Monsenhor Antônio Bezerra de Menezes, o protestantismo no Piauí na década de 1920, existia “somente nas paróquias do Corrente e Parnaguá”, onde “existe um pequeno núcleo de sectários batistas, constantes quase todos de membros da família Nogueira Paranaguá, os quais, mais por motivos políticos do que por convicção adotam a tal seita”.⁷⁹

Em entrevista concedida ao “Jornal do Comércio” do Rio de Janeiro em maio de 1924, Pedro da Silva Borges, deputado federal pelo Piauí, afirmou que as discordâncias religiosas entre os dois líderes constituíram em um dos principais motivos que levaram ao conflito armado. Segundo Borges, o conflito entre os membros da família Lustosa Nogueira “não se trata, como pode parecer, a primeira vista, de uma simples questão política, de chefe, de ambições e de mando ao lado das competições partidárias.”⁸⁰ Para ele:

a profunda dissensão religiosa que de certo tempo a está parte divide a numerosa família Nogueira [Lustosa] em dois grupos hostis – o dos protestantes batistas chefiados pelo Dr. Nogueira Paranaguá e dos católicos fiéis à crença tradicional da família e que tem como figuras principais os coronéis Virgílio Lustosa e José Honório Granja – [...] tem exercido influência sobre a luta acirrando ódios.⁸¹

O deputado concluiu que a criação da Prelazia de Bom Jesus do Gurguéia pela Igreja Católica teria por objetivo “dar combate ao fanatismo batista”, pois para ele os protestantes estariam “declarando guerra de morte” aos católicos. Assim, de acordo com o deputado a “prelazia foi criada e lá está uma missão de frades franciscanos entregues a

⁷⁹ CUNHA, Higino. *História das Religiões no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924. p. 175.

⁸⁰ BORGES, Pedro. apud NOGUEIRA, 1942. op. cit. p. 56,

⁸¹ *Ibid.*, Id.

boa tarefa de conduzir ao aprisco da Igreja Romana as ovelhas tresmalhadas pela propaganda dos vendedores de bíblias falsas”.⁸²

Pedro Borges foi deputado federal pelo Piauí entre 1920 e 1924, e vice-governador entre 1920 e 1924, quando do governo de João Luis Ferreira. Filho do coronel Raimundo Borges, “herdou” a oposição à Joaquim Nogueira Paranaguá, além do que, era parente de José Messias Cavalcante, juiz de direito de Floriano e adversário dos Nogueira em Corrente. Portanto, as declarações de Pedro Borges correspondiam a uma fala de oposição aos batista. Não é de estranhar, pois, sua crítica ao protestantismo, uma vez que sua orientação estava voltada para os partidários de causa oposicionista a Joaquim Nogueira Paranaguá.

Nogueira Paranaguá, em uma “Carta Aberta aos Poderes Públicos” datada de 1925, rebate as acusações com o argumento republicano de que “a Constituição brasileira, declara que a Republica é leiga”, e que “todas as crenças religiosas, são iguais perante a lei”.⁸³ A orientação religiosa de Joaquim Nogueira Paranaguá, ao se converter ao protestantismo e procurar a promoção da religião Batista no sul do Piauí, pode ser interpretada como uma radicalização republicana, visto que o catolicismo, sob o regime do padroado, ser a religião oficial do Império. Embora, na sua defesa contra as acusações do deputado Pedro Borges tenha negado ser “chefe evangélico”, Paranaguá havia exercido importante papel na fundação da primeira igreja protestante no estado do Piauí. A introdução de uma religião protestante numa sociedade marcada pelo sentimento religioso de orientação católica, e ele mesmo (Paranaguá) ter estudado no seminário de São Luís, não deve ser analisado simplesmente como um ato de crença religiosa. A oposição à Monarquia, e posteriormente, a desilusão diante dos rumos que a Republica estava tomando, influenciou em sua nova orientação religiosa. Numa clara demonstração de descontentamento em relação aos rumos que a República havia tomado em relação às questões de orientação religiosa, Paranaguá lamentava “que os atos oficiais que estão prestigiando a Igreja Católica Romana, são manifestamente contrários ao regime republicano adotado pelo Brasil”.⁸⁴

A *questão religiosa* suscitada por Pedro Borges tem também uma implicação política. A população piauiense sempre fora de maioria católica, em que pese a falta de números precisos sobre a orientação religiosa da população naquela época, não é difícil

⁸² Ibid., Id.

⁸³ PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. apud NOGUEIRA, op. cit. 1942. p. 149.

⁸⁴ Ibid., Id.

inferir que quanto mais se recuar no século XX maior será proporcionalmente o número de católicos, uma vez que a primeira religião protestante a ter se instalado no estado foi somente em 1904, e soma-se a isto a instituição do regime do padroado que concedia à Igreja Católica poder absoluto no campo religioso.

Dessa forma Pedro Borges procurou criar uma associação entre a *questão religiosa* surgida em Corrente e Parnaguá a partir do advento do protestantismo, com o conflito armado que então ocorria. O cálculo político de Borges era de que, sendo a maioria católica e marcada por forte religiosidade, a população tenderia a votar num candidato que fosse fiel a ela também no âmbito espiritual. Talvez isso explique a contra resposta dada por Joaquim Nogueira Paranaguá, ao seu adversário político Pedro Borges. Para Paranaguá, “a revelação que fez [Pedro Borges] de serem os Srs. Virgílio Lustosa e Honório Granja, chefes do catolicismo no sul do Piauí, é uma pura invenção da sua imaginação, segundo me parece, e quanto ao atributo que me dá de chefe evangélico, é uma afirmativa positivamente falsa”.⁸⁵ No mesmo sentido, Raimundo Lustosa Nogueira afirma que “jamais houve questão religiosa em Corrente”.⁸⁶ e que “a entrevista do deputado Borges é puramente espetaculosa. Termina derivando o caso para o lado religioso, sem razão”.⁸⁷

Em que pese as disputas de cunho político, a dita *questão religiosa* em Corrente concorreu para o acirramento das tensões entre o clã. Para Benjamim José Nogueira, “a divergência começou quase por essa razão, divergência religiosa.”⁸⁸ De fato, como esclarece Cândido Carvalho Guerra, “[...] os católicos apoiavam mais José Honório. Agora, todos os batistas apoiavam os Nogueira. Não conheço história de um [Batista] que tivesse ficado do lado de Zé Honório.”⁸⁹ Como se percebe, a convergência para os lados beligerantes também seguia a orientação religiosa. A comunidade de trabalhadores da região, que exercia algum tipo de trabalho para um ou outro grupo também acabava por adotar a religião do referido grupo. “[...] Eles [trabalhadores e agregados] tinham que seguir os seus patrões, eram empregados por eles, eram vaqueiros deles [...] e muitos acabavam sendo batistas também, outros conservaram a religião católica, mas ali na dele”.⁹⁰

⁸⁵ Ibid., Id.

⁸⁶ NOGUEIRA, op. cit.1942. p.85.

⁸⁷ Ibid., p.57.

⁸⁸ NOGUEIRA, Benjamim José. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

⁸⁹ GUERRA, op. cit. 2006.

⁹⁰ Ibid., Id.

2. Os “barulhos de Zonoro”: violência e sangue nos sertões piauienses.

*Por volta de quatro horas da tarde eles entram aqui na cidade de Corrente. Quatrocentos e tantos home duma parte de Zé Honoro. Eles (os Lustosa Nogueira) já tava com a turma também de quatrocentos e tantos home. E deram tiro aqui e tomaram o Corrente.*⁹¹

Justo Carlos Martins.

Em 1913, o engenheiro agrônomo, Francisco de Assis Iglésias, residente no Rio de Janeiro e então diretor do setor Serum-terápico do Instituto Butantã de São Paulo, recebeu um convite para participar de uma comissão do “Plano de Proteção à Cultura da Borracha de Maniçoba”.⁹² Tratava de um plano elaborado pelo Governo Federal através do Ministério da Agricultura que tinha por objetivo principal elaborar projetos para uma exploração sustentável da borracha de maniçoba⁹³ no norte do estado da Bahia e Goiás, sul do Piauí e leste de Pernambuco. O convite foi feito pelo professor de Botânica Émile Charropim da Escola Agrícola de Piracicaba “Luis de Queiroz”. Charropim foi o botânico designado para chefiar a comissão sediada em Juazeiro da Bahia, pois, “a distribuição geográfica da estação sede das comissões abrangia toda a zona norte do país, da Bahia para cima.”⁹⁴ Após consultar Vital Brasil, então diretor do Instituto Butantã e a quem era subordinado, Iglésias aceitou o convite, e partiu da Guanabara em 20 de maio de 1913, no “velho vapor do Loite” com destino ao norte do país.

Durante suas andanças pelo sertão nordestino, Iglésias registrou aspectos dos mais diversos, tanto da natureza quanto do *modus vivendi* das gentes do sertão. As anotações feitas durante os trabalhos da comissão, que se estenderam até 1919, foi publicada em forma de artigos na “Revista do Brasil” de propriedade de Monteiro Lobato ainda em 1919, com o título “Cinco Anos ao Norte do Brasil”. Fruto das anotações no diário de viagem e de alguns artigos escritos posteriormente, a Companhia Editora Nacional publicou em 1951, o livro “Caatingas e Chapadões”. O texto constitui uma espécie de etnografia do sertão nordestino. Nessa versão, o autor

⁹¹ MARTINS, Justo. Entrevista Concedida a Laécio Barros Dias. Corrente, jan. 2006.

⁹² IGLÉSIAS, op. cit.1951.

⁹³ A economia da borracha de maniçoba no Piauí diz respeito à extração e à comercialização do látex retirado da maniçoba, planta nativa de várias regiões do semi-árido nordestino, como também do sul e sudeste do Estado do Piauí, e que teve seu auge nas duas primeiras décadas do século XX nesta região.

⁹⁴ IGLÉSIAS, op. cit.1951. p. 03-04.

relata com minúcias aspectos geográficos, folclóricos, linguísticos e econômicos, além de “descobertas e estudos científicos realizados nos Estados do Piauí e Maranhão”.⁹⁵

Iglésias registrou informações narradas no melhor estilo literário dos relatos de viajantes. Segundo o autor, “não perdi a oportunidade de colher informações sobre o modo de viver do homem nas regiões por mim percorridas”.⁹⁶

Uma dessas regiões percorridas e descritas por Iglésias foi o extremo sul do Piauí. Em 19 de agosto de 1919, nas proximidades da cidade de Parnaguá, relata o autor que:

Às 5:30 horas, nascia o sol, pronunciando dia de intensa canícula. Saída do pouso às 6:00 horas. Mais ou menos, ali pelas 10:00 horas, encontrei um cavaleiro que vinha das bandas de Parnaguá. Trocou algumas palavras com meu companheiro de viagem, Sr. Basílio Mello, e em seguida pergunto-me:
Vamicê é que é o dotô engenheiro?
Sou. Por quê?
Vamicê vai sempre (mesmo) prá Parnaguá?
Pretendo almoçar lá, se Deus quiser.
Antonces, eu previno vamicê, seu Coroné mandô comprá uns cunhetes de balas de rifle na Baía, móde o negócio da ‘Fazenda das Pedrinhas’. Êle disse que não deixa medí a fazenda.
Muito obrigado pela informação. Vamos ver se consigo dar um jeito nisso. E o caboclo partiu, deitando-me um olhar de misericórdia, como que a dizer: se for a Parnaguá é homem morto.⁹⁷

A citação retirada do diário de Iglésias traz a exata ideia de quão tensa era a situação no município de Parnaguá no final da década de 1910.

O coronel a que a citação faz referência era O’donnell de Alencar, um grande proprietário do município de Parnaguá que vinha há tempo tendo uma disputa judicial em torno de uma Fazenda denominada “Pedrinhas” localizada às margens da lagoa de Parnaguá.

Abaixo vemos uma fotografia da família do Coronel O’donnell de Alencar, onde é possível notar a rusticidade da construção da casa e das roupas usadas pelos membros da família. Na foto estão, além do Coronel O’Donnell de Alencar e sua esposa Cleófas Lustosa Alencar, seus filhos, Condorcet Lustosa Alencar, Mário Lustosa Alencar, Cristino Lustosa Alencar, Jesy Lustosa Alencar, Luiz Lustosa Alencar

⁹⁵ Ibid., p. 20.

⁹⁶ Ibid. p.19.

⁹⁷ Ibid., p. 618-619.

e Lauro Lustosa Alencar. Que teriam participação direta nos conflitos da década de 1920 ao lado do grupo liderado por José Honório Granja.



Figura 7: Família do Coronel O'donnel de Alencar. Parnaguá/PI – 1912.

Fonte: NEIVA, Artur & PENA, Belisário. *Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

Ao longo do conflito e devido ao posicionamento das tropas de ambos os lados durante a batalha das Pedreiras, o grupo formado pelos Lustosa Nogueira, do município de Corrente, e liderado por Raimundo Lustosa Nogueira recebeu o apelido de Mocó, “por viverem dentro das tocas”⁹⁸. Ou seja, em virtude deste grupo ter permanecido em posição de defesa, entrincheirados em meio aos paredões de rocha comuns da geografia do lugar, revelava uma característica típica dos mocós. Os partidários de José Honório Granja, por sua vez receberam o apelido de Guará, “por não descerem ladeira”,⁹⁹ numa referência à posição das suas tropas que permaneceram numa parte superior da topografia do lugar em relação às tropas inimigas.¹⁰⁰

⁹⁸ GUERRA, Op. cit. 2006. p. 22.

⁹⁹ Ibid., Id.

¹⁰⁰ Sobre a denominação de mocó e guará, ver: GUERRA, Cândido Carvalho. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006. GUERRA, Cândido Carvalho. *O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí*. Corrente: Ed. e Gráfica Ribeiro, 1999, p. 22. MACIEL, Eunice G. Nogueira. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006. MARTINS, Justo. *Depoimento Concedido a*

Os mapas abaixo trazem a localização geográfica dos municípios onde ocorreu o conflito armado entre José H. Granja e membros da família Lustosa Nogueira.

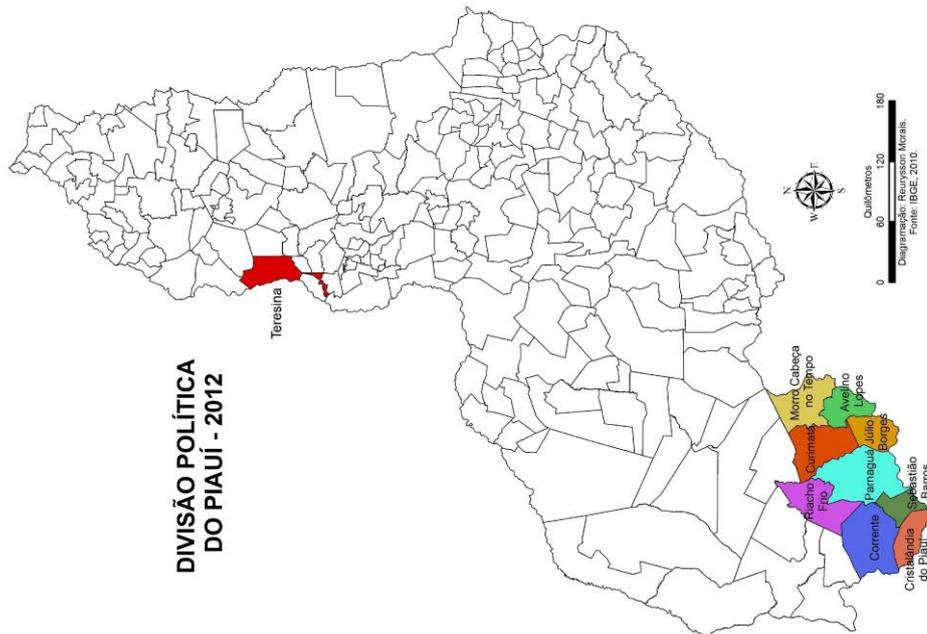


Figura 8: Divisão política do Piauí - 2012. Fonte: Acervo particular.

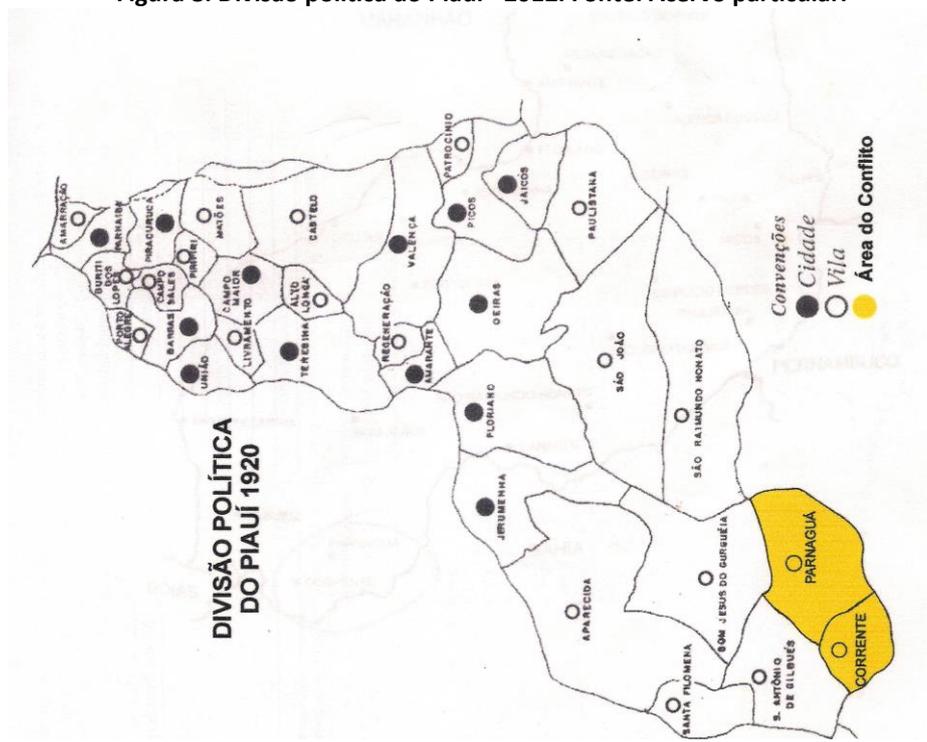


Figura 9: Localização dos municípios onde ocorreu o conflito. Fonte: Acervo particular

Laécio Barros Dias. Corrente, jan. 2006. “Mocó: roedor caviédio (*kerodon rupetris*), semelhante à cobaia.”

“Guará: mamífero carnívoro, canídeo (*chysocyon brachyurus*) de hábitos noturnos, que é um cachorro selvagem.” IN: FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Aurélio do Século XXI: dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Nova Fronteira, 1999. p. 1350 e 1015.

2.1. O clã Lustosa Nogueira em Conflito.

No começo da década de 1920, os dois grupos que disputavam o poder político em Parnaguá já se apresentavam definidos. Um grupo era liderado por Raimundo Lustosa Nogueira que havia se estabelecido na liderança política do município de Parnaguá havia algum tempo, e embora tivesse forte influência no cenário político neste município, tinha em Corrente sua principal base de apoio. No outro lado, a oposição compunha-se dos membros familiares que haviam sido aliados do comando político em 1889, e que tinha em José Honório Granja, residente em Parnaguá e recém-ingresso na família, uma forte representação. Granja havia casado com Helena Lustosa, neta do Barão do Paraim¹⁰¹ e principal expoente político da região sul do Piauí durante o reinado de D. Pedro II, fato que contribuiu para um cisma na família.

De acordo com a literatura local e muitos moradores da região, Raimundo Lustosa Nogueira era caracterizado como “homem muito distinto e muito polido”¹⁰², um “fidalgo em certas coisas” e que “não se misturava com qualquer pessoa”¹⁰³. Em livro de sua autoria, intitulado, “*E assim veio o Banditismo no Estado do Piauí*”, publicado em 1942, na cidade de Salvador, o magistrado faz um balanço do conflito, ao tempo em que responsabiliza os adversários políticos por todas as motivações e desdobramentos do conflito. O livro constitui numa série de textos, que vão desde reportagens publicadas em periódicos que circulavam à época em Salvador e em Teresina, passando por cartas e petições oficiais, até depoimentos de pessoas envolvidas no conflito. Trata-se de uma autodefesa que visa sobretudo, como o próprio autor esclarece, que não o julguem sem tê-lo lido.¹⁰⁴ O texto é um compêndio de acusações e defesas entre os envolvidos direta ou indiretamente no conflito. Para o autor, “a obra virá, sobretudo, satisfazer a uma indeclinável necessidade, - qual a de conhecer o banditismo, suas causas determinantes e o desenrolar daqueles acontecimentos que, injustamente, deram mau nome a lugares e pessoas”.¹⁰⁵ O livro

¹⁰¹ José da Cunha Lustosa, primeiro e único Barão de Paraim, nasceu em Parnaguá em 1813 e faleceu no mesmo município em 1888, foi grande proprietário rural e político. Era irmão do Barão de Santa Filomena, José Lustosa da Cunha e do segundo Marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá.

¹⁰² NOGUEIRA, Benjamim José. Op. cit. 2006.

¹⁰³ MACIEL, Eunice G. Nogueira. Op. cit. 2006.

¹⁰⁴ NOGUEIRA, Op. cit. 1942. p. 05.

¹⁰⁵ Ibid., Id.

resume os argumentos do grupo de vertente republicana e batista que se formou sob a liderança do próprio juiz.

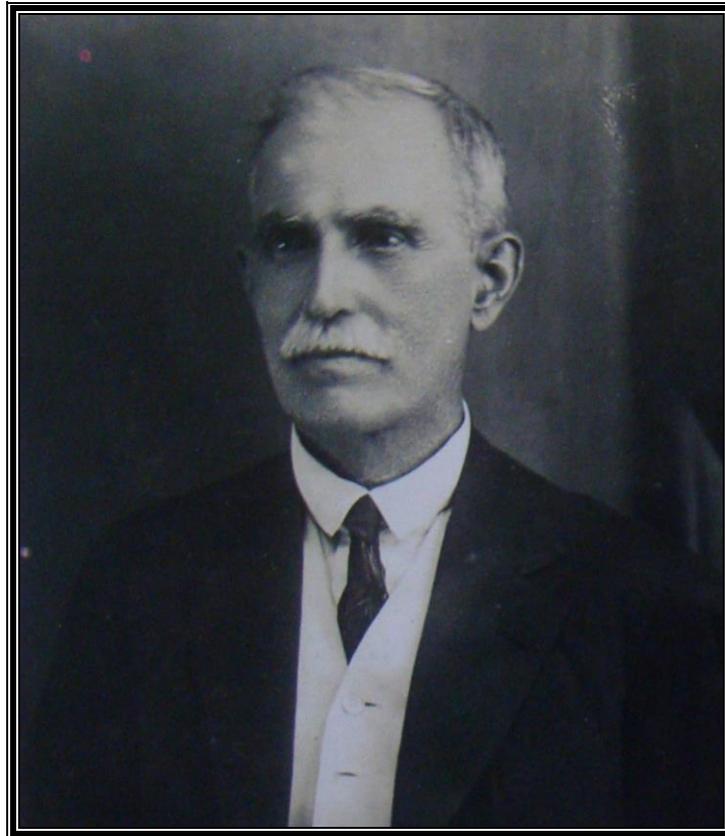


Figura 10: Raimundo Lustosa Nogueira.

Fonte: Acervo particular de Valdina Nogueira Guerra Louzeiro

No outro extremo, estava o Coronel José Honório Granja, que havia migrado para a região atraído pela exploração da borracha de maniçoba. Com a riqueza acumulada e o prestígio que o casamento com a neta do Barão de Paraim e do apoio do influente coronel O'donnell Alencar lhe proporcionaram, despontaria como importante político local. Numa tentativa de inseri-lo nos quadros do que a Sociologia Política denominou de Coronelismo, José Honório Granja apresentava os três itens elencados por Maria Isaura Pereira de Queiroz como meios possíveis ascensão ao posto de Coronel: heranças, casamentos e acumulação de riquezas. O casamento lhe proporcionou herdar algumas propriedades que pertenciam ao Barão de Paraim, além do que passou a membro de uma família tradicional da região. Segundo Queiroz, “[...], era o casamento importante meio de integração e de ascensão social para os ambiciosos

que, não pertencendo à parentela importante, ou sendo um forasteiro, pretendesse conquistar uma posição de destaque”.¹⁰⁶

Num intervalo de aproximadamente quatorze anos (1908-1922), o pernambucano José Honório Granja conseguiu acumular prestígio, riqueza e ingressar na prestigiada família Lustosa Nogueira. Granja era caracterizado por alguns de seus contemporâneos como “homem dinâmico, inteligente e de muito valor”.¹⁰⁷ Entretanto, também era tido como “malfeitor, cangaceiro e inescrupuloso”.¹⁰⁸ Enfim, segundo a tradição oral, “uns o encaravam como herói e outros como bandido”.¹⁰⁹ O fato é que acabou se firmando na região e adquiriu a simpatia “daqueles sujeitos que eram maltratados de muito tempo pelos Nogueira [o núcleo ligado a Raimundo Lustosa Nogueira], por essa questão de terra e de bens”.¹¹⁰ De acordo com Guerra, José Honório Granja tinha alimentado “uma raiva dos Nogueira por causa do mandonismo e da grandeza”,¹¹¹ que uma parte da família exercia na região. As hostilidades entre José Honório Granja e Raimundo Lustosa Nogueira se acirravam cada vez mais. Num episódio narrado por William Palha Dias no livro “Papo Amarelo: drástica solução”, Raimundo Lustosa Nogueira teria insultado o adversário, ao tempo que mostrava uma caneta como sinal de distinção por esse último não ter instrução acadêmica, ao cabo que foi respondido com ameaça de morte por José Honório, que lhe apontou uma arma.¹¹²

A literatura sobre o tema dá conta de que conflitos dessa natureza eram comuns nas regiões periféricas do Nordeste brasileiro durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Segundo Hamilton Mattos, “a relação de famílias em luta nesta segunda metade do século XIX é longa e quase sempre trágica”,¹¹³ e tal situação pouco alterou até 1930.

¹⁰⁶ QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*. IN: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. Tomo III, 01Vol. 2ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 173.

¹⁰⁷ Ver: GUERRA, Cândido Carvalho. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006. MACIEL, Eunice G. Nogueira. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006. MARTINS, Justo. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006. BARROS, Jesualdo Cavalcante. *Memória dos Confins: a saga de vaqueiros, heróis e jagunços nos ermos sertões onde começou o Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2005. p. 355-357

¹⁰⁸ NOGUEIRA, Benjamim José. Op. cit. 2006.

¹⁰⁹ GUERRA, Cândido Carvalho. Op. cit. 2006.

¹¹⁰ Ibid. Id.

¹¹¹ Ibid. Id.

¹¹² DIAS, Op. cit. 2000, p. 133-134.

¹¹³ MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Lutas de Classes: o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*. Brasília: Horizonte, 1980. p. 103-104.

Diante da situação de instabilidade que então predominava na região, qualquer ato que desagradasse a um dos potentados locais era pretexto para que se pegasse em armas. Durante uma viagem de Corrente em direção a Parnaguá, o delegado Cândido Araújo foi baleado em uma emboscada às margens da Lagoa que banha a cidade. O incidente serviu como pretexto para que José Nogueira, residente em Corrente, e que havia sido requisitado por Cândido Araújo, “a frente de alguns homens [fosse] à Parnaguá e [atacasse] várias casas de suspeitos pela tocaia em que o seu parente saiu baleado [...]”, quebrando móveis e saqueando propriedades.¹¹⁴ Entre as casas depredadas estava a residência de Cleófas Lustosa Alencar, tida como “a casa mais luxuosa e bem mobiliada de Parnaguá”.¹¹⁵ Este fato fez com que os filhos de Cleófas Alencar (Condoret, Mário, Cristiano e Jesy), com o desenrolar do conflito, também acabassem se envolvendo diretamente nos combates.

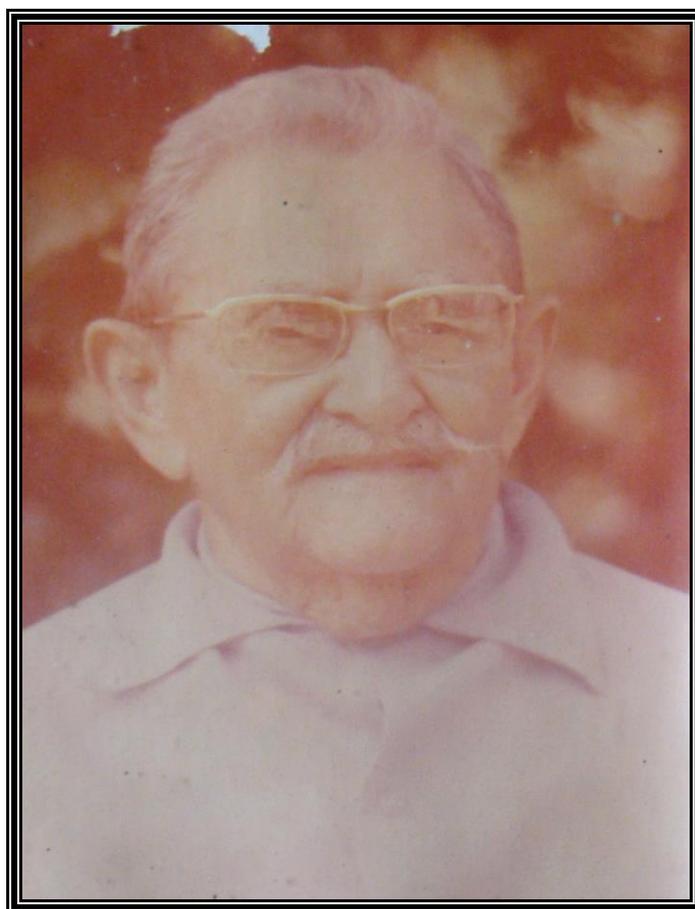


Figura 11: Cândido Lustosa Pereira de Araújo. Delegado de Polícia de Parnaguá em 1922 e um dos principais aliados dos Lustosa Nogueira.

Fonte: Acervo particular de Helena Lustosa de Araújo.

¹¹⁴ GUERRA, Op. Cit. 1999. p. 18.

¹¹⁵ Ibid., p. 17.

A esse respeito Cândido Carvalho Guerra afirma que:

logo depois desta investida, um grupo composto por Cantidiano Pompílio Lustosa (Cantu), Antônio Augusto Nogueira (Gute), Deocleciano de Castro e outros, faz o primeiro ataque à fazenda de José Honório [...]. Mais tarde um segundo ataque foi levado a efeito à mesma fazenda com os elementos João Taruga, José Osório e João Batista [...].¹¹⁶

Já nas primeiras décadas do século XX o sul piauiense e norte baiano mantinham intensa comunicação, pois era através do Rio São Francisco que os produtos industrializados chegavam à região. Soma-se a isso, o próprio mercado interno de gado que à época constituía o principal produto da economia do sul do Piauí. A esse respeito, Guerra nos informa que,

os criadores de bovinos do sul do Piauí vendiam suas boiadas até a década de 1940, em Jacobina, Morro do Chapeú, Mundo Novo e Bonfim na Bahia, quando se tratava de boiadas de mais de cem bois. As de menos de cem eram vendidas em Barra, Icatu e Remanso. Outros fazendeiros que habitavam o oeste do extremo sul do estado preferiam Floriano, Teresina, Caxias, Campo Maior, e às vezes atravessavam a Serra da Ibiapaba e as vendiam no Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.¹¹⁷

Nesse contexto, as cidades baianas de Pilão Arcado, Barra do rio Grande, Santa Rita de Cássia, Formosa e outras, se destacaram como importantes vias de fornecimento de mercadorias e armas para a região sul do estado do Piauí, ao mesmo tempo em que consumia os produtos derivados da criação bovina piauiense. Embora não haja dados oficiais sobre o intercâmbio econômico entre as cidades baianas, localizadas às margens do médio São Francisco e as cidades piauienses situadas no extremo sul do estado, a documentação analisada aponta para uma dinâmica comercial constante entre estas cidades.

Segundo Correntino Paranaguá, na década de 1920, havia

acesso por navegação fluvial a Santa Rita, Formosa e São Marcelo, que tornavam as comunicações e transportes com Salvador mais próximos do sul do Piauí. Corrente, Parnaguá e Gilbués atravessariam muitos decênios para que realizassem

¹¹⁶ Ibid., p. 18-19.

¹¹⁷ GUERRA, Cândido Carvalho. *Boiadas*. Corrente: COMEPI, 1997. p. 09.

trocas comerciais e exportações de produtos da terra, como peles, couros, borracha de maniçoba e os pequenos excedentes da lavoura de subsistência, usando o rio Preto, por cujo intermédio recebiam também o sal, o querosene para iluminação, os tecidos para o vestuário e a louça e os talheres que por lá se chamavam de mobília, da forma que ouvimos.¹¹⁸

Franklin Lins de Albuquerque, grande proprietário rural do município de Pilão Arcado na Bahia, era aliado de José Honório Granja e a partir daquele município passou a planejar os ataques que seguiriam sob liderança de Granja contra os adversários Lustosa Nogueira, tanto de Parnaguá como em Corrente.

Segundo Guerra, a Bahia era a grande fornecedora de armamento para o conflito, uma parte fornecida por Franklin e outra vinha de Xique-Xique, Barra, Pilão Arcado. Enfim, todo o material bélico “vinha das caatingas de Irecê, das caatingas da Bahia. Atravessava o São Francisco e traziam de monte de lá”.¹¹⁹ A arma mais usada pelos homens que vivenciaram aqueles conflitos dos sertões foi o rifle Winchester calibre 44, de fabricação norte americana, e que ficou conhecido nos sertões por “papo amarelo”. De acordo com Oton Lustosa, o Winchester 44 era trazido ao sertão nordestino por via fluvial.

Dos navios passavam os carregamentos aos trens e aos vapores do São Francisco, que distribuíam a carga ao longo da sinuosa hidrovia. O público consumidor era um só: os coronéis. Adquiriam para uso próprio, para a revenda e para o empréstimo. Servir aos amigos nas horas necessitadas. Vinham em grandes quantidades, que o consumo do produto se estendia a um mercado imenso: do Recôncavo ao Maranhão, indo a Minas, Mato Grosso e Goiás, alastrando-se por todos os estados do Nordeste brasileiro. Junto, a munição farta e os acessórios em lona ou couro.¹²⁰

Assim, em agosto de 1922, após acordo firmado com Franklin Lins Albuquerque, José Honório Granja partiu de Pilão Arcado em direção a Parnaguá com o objetivo de vingar o ataque sofrido e compensar os prejuízos da depredação e do desfalque em gado. Deve-se dizer que umas das características dos vários ataques verificados em Corrente e Parnaguá no período foi a pilhagem de gado e outros bens de valor.

¹¹⁸ PARANAGUÁ. Op. Cit. 1980. p. 112.

¹¹⁹ GUERRA, Cândido Op. Cit. 2006.

¹²⁰ LUSTOSA, Oton. apud. DIAS, William Palha. Op. cit. 2000. p. 10.

Em janeiro de 1923, José Honório Granja,

volta de Pilão Arcado no supremo comando de mais de duzentos jagunços e, com eles, caiu como um tufão sobre os redutos dos inimigos [redutos de Raimundo L. Nogueira], inclusive invadindo Parnaguá, onde deixou em ruínas, forçando a fuga dos seus opositores que procuraram homiziar-se em Corrente.¹²¹

A esse respeito, o pastor local da Igreja Batista de Corrente, Jonas Barreira de Macedo, quando da primeira invasão de José Honório Granja no segundo semestre de 1922 relata que:

Após combate das tropas em luta, a pequena distância de Corrente, a força do chefe local [Raimundo L. Nogueira] recolheu-se à cidade despovoada, e a força inimiga invasora [José Honório Granja], entrincheirou-se nos prédios do Instituto Batista Industrial, distante apenas um quilômetro. O evangelista [Pr. Jonas Barreira de Macedo] com sua esposa e filhos, foragido como toda a população do Instituto e da cidade, refugiara-se a uns dois quilômetros apenas, no mato.¹²²

Diante da iminente ação armada de José Honório Granja sobre as propriedades dos aliados de Raimundo Lustosa Nogueira, a família Nogueira Paranaguá, no dia 07 de janeiro de 1923, propôs um acordo aos invasores. Os partidários de Raimundo Lustosa Nogueira e Joaquim Nogueira Paranaguá negociaram com José Honório Granja as condições do acordo. A princípio, José Honório Granja pediu “3.000 (três mil) cabeças de gado como indenização de guerra”,¹²³ porém, o acordo foi assinado com os Lustosa Nogueira se comprometendo a pagarem apenas 1.500 (mil e quinhentas) cabeças de gado, pois esta parentela temia possíveis novos ataques de Granja. Após receber o pagamento, José Honório Granja abandonou o plano de invadir Corrente e voltou com sua tropa para Parnaguá.

Abaixo segue alguns termos do acordo:

Aos sete dias do mez de janeiro de mil novecentos e vinte e treis, no INSTITUTO BAPTISTA INDUSTRIAL, no município de Corrente do Estado do Piauhy, nós abaixo assignados, primeiros e segundo signatários, contractamos o seguinte: que os primeiros signatários não darão força armada para permanencia do Dr. Raymundo Lustoza

¹²¹ DIAS, Op. cit. 2000. p. 120-121.

¹²² MACEDO, Jonas Barreira de. apud BARROS, Op. cit. 2005. p. 363.

¹²³ Ibid., p. 364.

Nogueira, na Villa de Parnaguá, de forma alguma; darão ao segundo signatário, Coronel José Honório Granja, para indenização de seus prejuízos e restabelecimento da paz, mil e quinhentas cabeças de gado vacum, da era de mil novecentos e vinte e um para traz, nesta comarca, entregando em lotes, a medida que for fazendo, do dia sete de fevereiro próximo, em diante entregando até maio vindouro, mil cabeças; e quinhentas em janeiro de mil novecentos e vinte e quatro; que estará terminada desde já, a lucta armada entre as partes litigandes e seu pessoal. Que o pessoal do segundo signatário, volte do lugar onde se acha, sem penetrar na villa. Que o pessoal dos primeiros signatários, seja tambem dispensado logo que o do segundo se retire. Combinamos mutuamente não continuarmos com a lucta armada, bem como não lançarmos mão de objeto algum, a não ser entregues pelos donos ou encarregados, desta data em diante; e se o fizermos levados pela necessidade, indenizamos aos donos. Se este contracto rescindir de algum defeito, que este fique sanado. Combinamos mais que, caso seja este contracto violado por qualquer das partes, ficará o violador obrigado a cumpri-lo dentro do regimem das leis do nosso paiz. E porque assim combinamos, sem coasão alguma mandamos passar o presente em duplicata que ficará um em poder de cada uma das partes interessadas, no qual assignamos com as testemunhas prezenciaes.

Assignado - Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, Cantidiano Lustosa Nogueira, José Honório Granja, José F. Nogueira Paranaguá, Antonio Augusto Lustoza Nogueira. Como testemunhas - Manoel Cavalcante Pacheco, Eutímio Messias Cavalcante, José Cavalcante Pacheco, Francisco das Chagas Manca, Manoel da Cunha Ribeiro, Manoel Pacheco da Rocha, João Pacheco Cavalcante, José Ayres Cavalcante, Modesto Nogueira Cavalcante, Martinho Lisboa de Freitas, João Lourenço de Souza, Miguel Umbuzeiro de Sousa.¹²⁴

Embora longo, o documento acima esclarece algumas características das relações que marcaram o conflito. O primeiro deles diz respeito à uma tentativa de por fim aos combates armados, uma vez que prever o desarmamento e dispersão das tropas. Outro aspecto que pode ser destacado é o uso do gado como moeda, então principal riqueza da região. Por fim, observa-se uma tentativa de inserção no ordenamento jurídico vigente.

Por outro lado, o próprio Raimundo Lustosa Nogueira comenta o episódio do acordo com acusações a José Honório Granja. Para ele, “José Honório Granja, conhecendo e sabendo que estávamos sem garantia de espécie alguma, [...] recebeu o Dr. Joaquim N. Paranaguá, como representante lídimo da família, e dele exigiu mil e quinhentas (1.500) cabeças de gado vacum, no intuito de ressarcir seus amigos”.¹²⁵

¹²⁴ Arquivo particular de Ceres Fonseca Paranaguá.

¹²⁵ NOGUEIRA, op. cit. 1942. p.12

Em Parnaguá, José Honório Granja foi informado de que os Lustosa Nogueira de Corrente não estavam dispostos a cumprir o acordo. Com isso, dirigiu-se novamente a Pilão Arcado para solicitar apoio à Franklin Lins de Albuquerque, de onde, segundo Raimundo L. Nogueira, teria voltado ao Piauí com cerca de trezentos homens, “entre tangedores de gado e jagunços propriamente ditos, acompanhados de soldados da polícia baiana, para sua melhor garantia até a extrema daquele estado com este, e isto em direção à Parnaguá e Corrente, a pretexto de receber o gado”.¹²⁶

Fixado em Parnaguá, José Honório Granja começou a usar uma tática diferente. Passou a atacar as propriedades dos adversários esporadicamente. “Fazia incursões em várias direções. Atacava, se defendia, arrebanhava gado em várias fazendas dos inimigos, sofria também assaltos, tocaias, seus amigos eram desfalcados em seus bens, seus simpatizantes eram mortos [...]”¹²⁷ Esse período do conflito, que se estendeu de 1923 a 1925, ficou restrito a saques localizados e a ataques isolados, onde se praticava, no dizer do sertanejo, a sebaça.¹²⁸

Com os lados beligerantes estruturados e municidados, estava formado o cenário para a batalha que viria a ser a mais sangrenta de todo o conflito. Embora não dispondo de dados precisos, as informações apontam que cada grupo era formado por algo entre trezentos e quatrocentos homens.¹²⁹

A marcha do grupo de José Honório Granja de Parnaguá com destino a Corrente foi caracterizada por uma série de conflitos entre os lados beligerantes. Emboscadas esporádicas, tocaias e assaltos às propriedades inimigas marcaram essa etapa do conflito.

2.2 As Batalhas das Pedreiras e Retiro de Baixo

Os Lustosa Nogueira, residentes em Corrente, fizeram uma trincheira na principal via de acesso ao município no sentido leste, na estrada de Parnaguá. O lugar escolhido pela parentela para conter a marcha de José Honório Granja, sobre a cidade

¹²⁶ Ibid., p. 13.

¹²⁷ GUERRA, op. cit. 1999. p. 21

¹²⁸ Sebaça era a prática do saque, do “roubo privilegiado, roubo em tempo de guerra (regionalismo)” IN: DIAS, William Palha. Op. cit. p.185

¹²⁹ Para o número de participantes ver: GUERRA, Cândido Carvalho. *O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí*. Corrente: Ed. e Gráfica Ribeiro, 1999. p. 21. DIAS, William Palha. *Papo Amarelo: drástica solução*. Teresina: Gráfica Expansão. 2000, p. 114. NOGUEIRA, Raimundo Lustosa. *E Assim Veio o Banditismo no Estado da Piauí*. Salvador: Imprensa Vitória, 1942. p. 13.

foi uma localidade chamada de *Pedreiras*. O local era estratégico, pois, além de ser a principal via de acesso à cidade, era formada por paredões e formações rochosas salientes, propícios para a montagem de trincheiras. Isso se confirma com a descrição geográfica de Dias, para quem a escolha dos Lustosa Nogueira foi motivada porque no local havia “inúmeras reentrâncias,[...] onde os Lustosa Nogueira entenderam dispor seus “cabras”, de modo a que facilitasse o abastecimento d’água e víveres necessários ao desempenho de seus propósitos”.¹³⁰

Diante do avanço de José Honório Granja e sua tropa de jagunços, os Lustosa Nogueira, entrincheirados nas *Pedreiras*, impuseram forte resistência. Ali “se verificou a batalha mais sangrenta e duradoura do conflito”.¹³¹ A batalha das *Pedreiras* durou cerca de quatro semanas, porém, com conflitos esporádicos. Para Raimundo Lustosa Nogueira teria ocorrido apenas dois confrontos diretos envolvendo todo o contingente das dois grupos.¹³² Porém, a tática adotada por José Honório Granja não era de atacar com todo o contingente. “José Honório Granja atacava e recuava, recuava e tornava a investir [...]. Apenas mantinha o grosso das forças dos Nogueira ali, enquanto ele fazia outros ataques por fora, tirava gado sem perigo de contra-ataque”.¹³³

Os combates das *Pereiras* caracterizaram-se por ataques esporádicos de ambos os lados. José Honório Granja agia no sentido de saquear as propriedades dos Lustosa Nogueira nas intermediações do núcleo urbano de Corrente, já estes por sua vez adotaram uma tática defensiva, tentando expulsar o grupo liderado pelo pernambucano. Segundo depoimento de Guerra, “os Nogueira criaram um sistema de luta composto de pouca gente volante, quatro ou cinco homens pra atacar aqui, ali e acolá [...]. Botavam tocaia em todo lado. Tipo guerrilha”.¹³⁴

Os combates nas *Pedreiras* foram paulatinamente minando o poderio de ataque de José Honório Granja. O local e a estratégia de defesa montada pelos Lustosa Nogueira de Corrente garantiram a este grupo conter o avanço da marcha do pernambucano.

Nas *Pedreiras*, os Nogueira estavam em casa. Com os meios da época ninguém os desalojaria. Tinham tudo a seu favor. Local favorável, conhecimento do terreno, via de abastecimento, água. Para José Honório Granja tudo era mais difícil. Meio hostil, pouco

¹³⁰ DIAS, Op. cit. 2000. p.126.

¹³¹ GUERRA, op. cit. 1999, p. 22.

¹³² NOGUEIRA, Op. cit. 1942. p. 15.

¹³³ GUERRA, Op. cit. 1999. p. 22.

¹³⁴ GUERRA, Op. cit. 2006.

conhecimento da topografia. Diante de tanta adversidade ele só mantinha a luta em tais circunstâncias porque, pelo menos, prendia mais a atenção dos principais chefes adversários no local enquanto outras patrulhas suas arrebanhavam gado e outros bens de valor do inimigo para custear a luta.¹³⁵

Diante da resistência imposta pelos Nogueira, e com alguma quantidade de gado oriunda dos saques realizados concomitantemente ao cerco, José Honório Granja acompanhado de seus homens, recuou e se retirou com destino a Parnaguá, então seu principal reduto. Nesta retirada ainda cercaram a Fazenda *Retiro de Baixo*, que ficava localizada em outro ponto estratégico, uma vez que formava o entroncamento entre a principal via de acesso do norte baiano e o centro-norte piauiense, como também da estrada que ligava Corrente a Parnaguá. Nesse combate teriam morrido quatorze homens do grupo liderado por Granja e apenas um dos homens dos Lustosa Nogueira¹³⁶, sendo outros tantos feridos à bala, inclusive o líder da resistência, Cândido Araújo.

Sobre o conflito na localidade Retiro de Baixo, Eunice Gertrudes Nogueira Maciel, que à época residia no local, narra com tom de dramaticidade a fuga que sua família foi obrigada a fazer devido ao conflito. Perguntada se lembrava daquela noite de 1923, ela respondeu que:

Eu lembro dessas correrias que a gente saía meia noite com chuva, saindo de todo jeito, vivendo com cobra, com bicho, com onça, com tudo, escutando onça zurrar aqui. Tinha dia... quem é que não lembra? Dormindo com cobra, com onça, com tudo... como é que não se lembra dessas horas? Meu Deus como é que nós não morremos nesse tempo, de bala, de tudo? Quem é que não se lembra? Nesse tempo que nós corremos com chuva, com tudo, morta de sede sem achar água, de pé, caminhando uma légua ou duas de pé, meio dia no sol quente, como teve dia que fizemos isso. Sem achar água, morrendo de sede, com crianças pequenas. Nesse tempo, o mais novo do que eu, ainda era menor, era mais difícil pra ele.¹³⁷

Do depoimento acima se percebe a dificuldade da fuga em meio aos conflitos armados. Em 1923, Dona Eunice Maciel tinha pouco mais de dez anos de idade, mas as marcas deixadas por aqueles acontecimentos permanecem vivas em sua memória. Outro aspecto que merece destaque diz respeito à situação que os moradores

¹³⁵ GUERRA, Op. cit. 1999, p. 23-24.

¹³⁶ Ibid., p. 25.

¹³⁷ MACIEL, Op. cit. 2006.

encontravam ao deixar suas residências. Sobre a fuga da localidade Retiro de Baixo, Maciel lembra que,

Nós atravessamos o rio Paraim cheio, montadas nas costas de homens, sem ponte, sem nada (...). Chegamos numa casa que só tinha pulga, bicho de parede (...). Onde tinha bicho de parede você não encostava, pois chega fervia de pulga. Chegamos um dia, quem era que dormia? Numa casa mais sebosa, mais sebosa, mais sebosa que não podia nada. Moço quem foi que dormiu? No outro dia pra limpar essa casa, tivemos que ferver água pra jogar nas paredes. Bicho de parede tava friviando. Meu Deus do céu, tava que num encostava, foi o local que deu mais barbeiro no mundo foi nesta casa. Menino ninguém encostava nas paredes, ninguém... todo lugar que você ia tava friviando, aí nós fomos botar água quente, pelejar, varrer, arrumar e passar negócio naqueles buracos. Meus Deus como é que eu não lembraria?! Eu tenho sofrido neste mundo, eu tenho passado muita coisa (...). Foi muito perigoso, muito perigoso.¹³⁸

Percebe-se que as condições materiais dos retirantes eram precárias, uma vez não havia tempo para preparar a retirada. O que ficava pra traz era saqueado pelos invasores. Nesse sentido, Benjamin José Nogueira, esclarece que durante uma invasão de José Honório Granja à cidade de Corrente, ele e família, ao fugirem para a cidade de Gilbués, teria deixado diversos produtos de valor, certo que não os teriam de volta.¹³⁹

Ainda sobre o sangrento combate na Fazenda Retiro de Baixo, Eunice Gertrudes Nogueira Maciel, ao comentar o modo o evento destaca que,

Quando ele (José Honório granja) chegou lá na fazenda Retiro de Baixo, tinha um velho que era dos Nogueira, que era conhecido nosso, aí eles tomaram conta da casa e fizeram aí... quando acharam este velho, e esse velho eles mataram porque ele dizia: “morro, mas sou de Nogueira, sou amigo de Nogueira, e só não mato o senhor porque não posso mais.” Eles mataram este velho e enterraram abaixo do terreiro assim. Enterraram não, botaram ele com a mão pra fora. E mataram outro por nome de Numa, que era até parente dum rapaz que minha mãe criou. E nós passamos pra lá, pra baixo do quintal e ficava lá num canto duma mangueira que tava (estivera) José (Honório Granja), e eu batia na cabeça dele foi muito, brincando que era de briga. Mataram esse moço, e aí nós tivemos um ano lá nesse, lá no Pé de Serra (Atual município de Sebastião Barros), e num podia voltar, num pude voltar pra minha casa no Retiro.¹⁴⁰

¹³⁸ Ibid., Id.

¹³⁹ NOGUEIRA, Op. cit. 2006.

¹⁴⁰ MACIEL, Op. cit. 2006.

O depoimento acima destaca alguns aspectos relevantes acerca dos conflitos armados que ora analisamos. A prática da violência enquanto marca do processo de formação da sociedade piauiense já foi objeto de discussão em alguns clássicos de nossa historiografia.¹⁴¹ Seja relacionada diretamente ao processo de expansão das fazendas de gado e o conseqüente extermínio da população nativa, seja oriundo da intensa disputa por terras entre sesmeiros e posseiros, seja devido ao isolamento da população e a aversão ao diferente causado por essa condição demográfica, seja em parte pela recusa à lei instituída e a preferência pela imposição de regras particulares. Assim boa parte desses estudos viram a violência enquanto prática cotidiana e por isso mesmo ambientada nas relações sociais durante a formação de nossa sociedade.

Outro aspecto interessante no depoimento acima diz respeito às rivalidades e ódios de parte a parte. “Morro, mas sou de Nogueira, sou amigo de Nogueira, e só não mato o senhor porque não posso mais.” Esta fala é emblemática, pois explicita um *locus*, uma identidade do sujeito que a proferiu com aquela causa e seu senhor, construindo um discurso afirmativo e instituindo uma oposição daquele sujeito diante de uma situação limite. Morrer combatendo, morrer reafirmando seu posicionamento em nome de uma causa.

Em virtude do longo período de lutas e da reação pesada dos Nogueira depois do combate ocorrido na Fazenda *Retiro de Baixo*, localizada na zona rural do município de Corrente, estava “esgotada a munição e grandemente desfalcado o seu pessoal por mortes, fugas e retirada [...], viajou José Honório Granja para Santa Rita, no estado da Bahia”.¹⁴² Após os combates do *Retiro de Baixo*, a correlação de forças se modificou. Agora eram os Lustosa Nogueira passaram à ofensiva, organizando ataques à propriedades de José Honório Granja e seus correligionários. A contra ofensiva dos Lustosa Nogueira constituiu de saques e arrebanhamentos de gado do inimigo para suas propriedades em Corrente

José Honório Granja abandonou o campo de luta e uma vez refugiado na Bahia, acabou preso em 1925 pela polícia local acatando um pedido da Secretaria de Polícia do estado do Piauí, porém, após ser conduzido à Salvador conseguiu um *habeas-corpus*

¹⁴¹ Sobre a discussão a respeito da violência cotidiana pela frequência de sua prática na história do sertão do Piauí e nordestino, será feita logo na segunda parte da dissertação uma análise dessa discussão, privilegiando principalmente alguns autores da historiografia piauiense, como Luiz Mott, Claudete Miranda, Odilon Nunes, Tânia Brandão, e buscando relacioná-los com outros autores como Frederico Pernambucano de Melo, Célia Nonata da Silva entre outros.

¹⁴² NOGUEIRA, Op. cit. 1942. p. 16.

e foi posto em liberdade. De volta à Pilão Arcado, Granja “organizou novo contingente de jagunços novamente com o auxílio de Franklin Lins de Albuquerque e voltou a luta”.¹⁴³ Nessa terceira investida, José Honório Granja se limitou a alguns ataques isolados a propriedades dos Lustosa Nogueira situadas no Gety e em Parnaguá, conduzindo o fruto da jornada até Pilão Arcado que, segundo Raimundo Lustosa Nogueira, se limitou a “apenas o insignificante número de mil e seiscentas (1.600) cabeças de gado vacum, que havia recantado no lugar Ibiara, nas intermediações de Parnaguá”.¹⁴⁴ Esse dado nos proporciona uma ideia da quantidade de gado que estava em jogo nos combates e também do quanto se produzia naquela região. O autor, procura desqualificar a ação do adversário, ao atribuir que Granja teria saqueado “apenas” pouco mais de mil e quinhentas cabeças de gado.

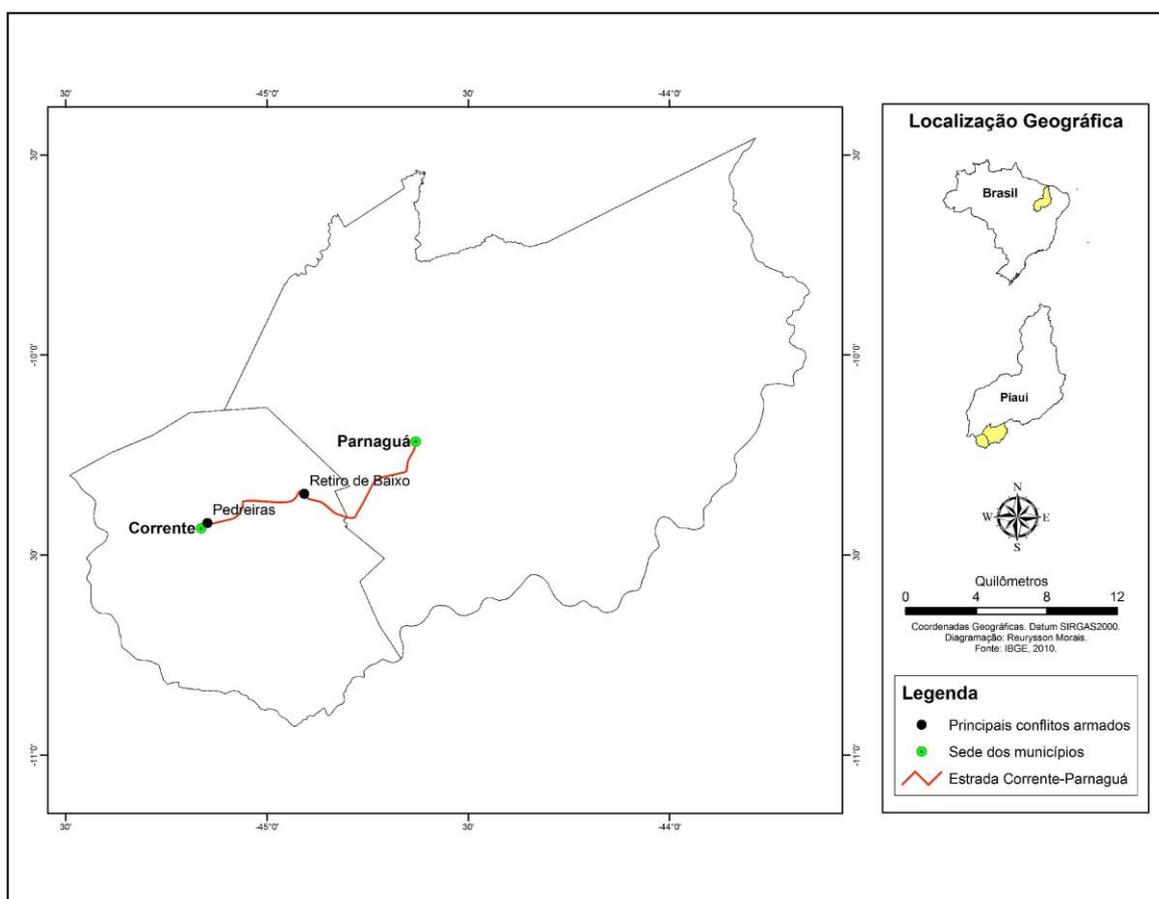


Figura 11: Mapa das principais batalhas do conflito.
Fonte: Acervo particular.

¹⁴³ GUERRA, Op. cit. 1999, p. 27.

¹⁴⁴ NOGUEIRA, Op. cit. 1942, p. 16.

Ainda em 1925 pela quarta vez José Honório Granja e seu contingente estavam preparados para marcharem com destino a Parnaguá e Corrente. Ao passarem por Parnaguá não se verificou combates entre as forças locais. Marcharam em direção a Corrente, montando acampamento nas proximidades da cidade. Esta quarta investida de José Honório Granja, a terceira e última sobre Corrente, foi a única vez que o seu grupo invadiu o núcleo urbano da cidade, que à época se concentrava em torno do templo da recém inaugurada Igreja Batista. José Honório Granja, porém, ficou pouco tempo na cidade, pois, foi avisado que se aproximava do município uma comissão da polícia estadual chefiada pelo então Secretário de Polícia do Estado, o Tenente Jacob Manoel Gayoso e Almendra. Esses eventos aconteceram entre março e abril de 1925, entretanto, desde 1922 o governo estadual vinha tomando algumas medidas no sentido de pacificar a região.¹⁴⁵

A primeira atitude oficial do Tenente Jacob Manuel Gayoso e Almendra na região foi intimar os líderes dos dois grupos beligerantes. Por sua ordem, Raimundo Lustosa Nogueira e José Honório Granja se apresentaram na cadeia municipal de Corrente diante do Chefe de Polícia. Gayoso e Almendra portava um documento assinado pelo então governador do estado, Mathias Olympio de Mello, que dava plenos poderes ao Tenente para agir da maneira que melhor entendesse para resolver o conflito. Com isso, Gayoso e Almendra deu ordem de prisão aos dois líderes e começou um plano de desarmamento.

José Honório Granja passou apenas alguns dias preso. Pois fugiu da prisão e conseguiu refugiar-se na Bahia, onde novamente buscou auxílio à Franklin Lins de Albuquerque em Pilão Arcado. Com isso, Raimundo Lustosa Nogueira, que nesse ano encontrava-se licenciado do cargo de Juiz de Direito da comarca local, também foi posto em liberdade.

2.3. A Coluna Prestes e o Conflito do Sul Piauiense

Concomitantemente ao clima de tensão que se passava no Piauí, outro evento político de caráter nacional influenciou os rumos da luta local. Em meados do ano de

¹⁴⁵ Sobre a ação oficial diante do conflito e de como se deu a repressão, ver capítulo 03.

1925 a Coluna Prestes¹⁴⁶ se aproximou do Piauí. Entretanto, seu destino era a cidade de Uruçuí, também na região sul do estado, a aproximadamente trezentos quilômetros de Corrente. Para combater a Coluna Prestes o governo do Piauí concentrou o aparato policial na defesa da capital.

Entre maio e dezembro de 1925, não houve combates em Paranaguá e Corrente. E na capital, as atenções do governo estadual estavam voltadas para o combate a Coluna Prestes. Segundo a tradição oral, a passagem da Coluna Prestes por Corrente foi marcada por pânico generalizado entre a população.¹⁴⁷ Denominados genericamente de “revoltosos”, os correligionários de Luiz Carlos Prestes provocaram a dispersão da população da região e realizavam a pilhagem de algumas propriedades, segundo testemunho de Arlindo Januário de oliveira.¹⁴⁸

Sobre as mudanças verificadas na região por ocasião da passagem da Coluna Prestes, o então Ministro da Justiça, Afonso Penna, acatando um pedido do embaixador americano no Brasil, enviou um telegrama ao governador do Piauí, Mathias Olympio de Mello, solicitando uma intervenção mais enérgica por parte do governo do estado na “conflagração de Corrente e Parnaguá”. O chefe do Executivo estadual, por sua vez, respondeu afirmando que,

José Honório Granja, chefiando um bando de cangaceiros, e aproveitando haver sido desguarnecida a fronteira piauiense, arrasou a Villa de Parnaguá e ameaça a de Corrente, onde existe o ‘Instituto Americano Baptista Industrial’. Na impossibilidade de deslocar forças para aquella zona, por se acharem todas empenhadas no combate aos rebeldes, apello para o Governo Federal, na dificuldade desta emergência.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Movimento ocorrido entre os anos de 1925 e 1927, encabeçado por líderes tenentistas que empreenderam grandes jornadas para o interior do país, procurando fazer insurgir o povo contra o regime oligárquico vigente durante a presidência de Artur Bernardes, ainda no período da República Velha. A Coluna Prestes ainda pregava ao povo a necessidade da destituição do presidente e a imediata reformulação econômica e social do país, pregando a nacionalização das empresas estrangeiras fixadas no Brasil e o aumento de salários de trabalhadores em todos os setores rurais e industriais. Em suas jornadas, que se estenderam em uma distância de por volta de 25.000 quilômetros, a Coluna Prestes foi perseguida pelas forças orientadas pelo governo, formada tanto por militares e policiais estaduais quanto por jagunços contratados, estes últimos incentivados pelas promessas de anistia aos seus crimes cometidos. A Coluna Prestes percorreu vinte e cinco mil quilômetros pelo interior do Brasil durante dois anos e meio. Apesar dos esforços, a Coluna Prestes não conseguiu a adesão da população. A longa marcha foi concluída em fevereiro de 1927, na Bolívia, perto de nossa fronteira, sem cumprir seu objetivo, disseminar a revolução no Brasil.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Arlindo Januário de. *Depoimento Concedido a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

¹⁴⁸ *Ibid.*, Id.

¹⁴⁹ PIAUÍ, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1926. Teresina, 1926. p. 28.

ordens, José de Araujo Magalhães e Durval de Magalhães França além do Major cirurgião, Francisco Antonio de Araújo.¹⁵⁰

Na condição de Comandante de Brigada da Guarda Nacional, no início de 1926, José Honório Granja foi convocado pelo exército para formar e liderar um “Batalhão Patriótico”, para combater a Coluna Prestes.¹⁵¹ Como se vê, José Honório Granja flutuou entre os dois lados extremos na relação que manteve com o Estado. Na condição de Capitão de Brigada de Infantaria da Guarda Nacional, foi convocado para manter a ordem instituída e zelar pela preservação da autoridade estatal ao combater os “revoltosos” comandados por Luís Carlos Prestes. Assim, assumiu o papel de agente do Estado com autoridade de agir em seu nome e aplicar a lei conforme ordenamento jurídico instituído. Investido agora na condição de Coronel, impunha sua lei construída a partir das práticas repressoras típicas da prática coronelística, agia na defesa de seus interesses privados à revelia do ordenamento jurídico instituído. Estas duas faces experimentadas por Granja no período em tela expressam as contradições de um regime que procurava se consolidar. Este exemplo é significativo da fragilidade institucional da República Brasileira no início do século XX.

Em análise clássica sobre as relações políticas entre o poder central e os coronéis, Eul-Soo Pang afirma que “o relacionamento dos presidentes da República com os coronéis da Bahia foi ainda mais reforçado pela participação dos últimos na defesa da legalidade e na campanha contra a Coluna Prestes de 1925 a 1927.”¹⁵² Como José Honório Granja mantinha estreitas relações com os coronéis do Vale do Médio São Francisco, como Franklin Lins de Albuquerque, residente em Pilão Arcado, Abílio Wolney, residente em Barreiras, mas com origens na Vila de São José do Duro no norte de Goiás e Francisco Leóbas de Franca Antunes de Remanso, Granja se aliou aos demais formando um “batalhão patriótico” com homens da região do extremo sul piauiense.

Em estudo clássico sobre o tema, Anita Leocádia Prestes afirma que quando a marcha liderada por Luís Carlos Prestes passou pela região nordeste, foram formados diversos “batalhões patrióticos” comandados por

¹⁵⁰ Diário Oficial da União. Rio de Janeiro 13 de agosto de 1911.p. 87.

¹⁵¹ MACEDO, Nertam. *Abílio Wolney: um coronel da Serra Geral*. Goiânia: Legenda Editora, 1975. p. 90.

¹⁵² PANG, Eul-soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p 186.

Horácio de Mattos, como por outros, formados por cangaceiros chefiados por diversos ‘coronéis’ – Franklin Lins de Albuquerque, Abílio Wolney, José Honório Granja, Deocleciano Teixeira e, em especial, Geraldo Rocha, amigo particular do presidente da República Arthur Bernardes e dono do jornal carioca *A Noite* regiam pagos pelo Governo Federal e armados pelo Ministério da Guerra, empenhar-se-iam em mover, a partir dos sertões baianos, uma perseguição atroz e permanente aos rebeldes¹⁵³

Esta rede de solidariedade política também fazia parte da relação entre o potentado local e o jagunço e que a mesma só pode ser entendida,

a partir das relações de poderes estruturadas no sertão, [a qual] erguia-se como costume e direito entre as relações de poder e mando, estreitando os vínculos de solidariedade vertical entre o potentado e o jagunço. Vínculos pessoais e estreitos conformados nos acordos e nas formas do trabalho de proteção aos bens e as terras que cercavam o poder do fazendeiro. [...] Notoriamente eram esses ‘cabras’ ou jagunços que faziam o trabalho das vinganças e outros tipos de favores, cujas formas eram na proteção ao dono e a sua propriedade. Uma permanência de tradição rural que era considerada costume desde os tempos da descoberta e dos primeiros morgados que se constituíram. Resíduo de uma prática de proteção ao território conquistado.¹⁵⁴

Correspondências endereçadas a José Honório Granja foram interceptadas por membros da Coluna Prestes. Trata-se de telegramas e cartas, em sua maioria assinadas por Abílio Wolney, também capitão da Guarda Nacional e Comandante de um Batalhão Patriótico no município de São José do Duro localizado no extremo norte do estado de Goiás, próximo à fronteira com o Piauí.¹⁵⁵ As correspondências informaram que Granja esteve perambulando por Bahia, sul do Piauí e norte de Goiás (Atual Tocantins). Inclusive, segundo Anita Prestes, durante a passagem da Coluna na região teria ocorrido um único conflito armado entre os rebeldes e um “batalhão patriótico”. Segundo relato da historiadora, o combate teria ocorrido no dia 27 de agosto de 1926, onde “com uma força inimiga de uns 60homens” liderados pelo Coronel José Honório Granja, teria ferido gravemente o General Miguel Costa, um dos principais líderes da Coluna Prestes. Esta informação é confirmada por Lourenço Moreira Lima, segundo o qual teria ocorrido um confronto entre os rebeldes nas imediações de Corrente, ocasião

¹⁵³ PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 263.

¹⁵⁴ SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando – banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 111.

¹⁵⁵ Atualmente São José do Duro chama-se Dianópolis e está situada no estado de Tocantins.

em que “teriam sido enviados da vila de Corrente, (por assalto dos rebeldes), cem animais..., quarenta Winchester e alguma munição.”¹⁵⁶

No entanto, segundo Anital Preste, após este confronto “os jagunços a soldo do governo foram inteiramente batidos e desbaratados pelos rebeldes, após um violento e rápido entrevero”, fato que teria convencido “José Honório Granja desistir da perseguição à Coluna Prestes”.¹⁵⁷

Numa destas correspondências, datada de 11 de abril de 1926, Abílio Wolney remete notícias a Granja nos seguintes termos:

Paramirim, 11 de abril de 1926

Meu caro major José Honório

Abraços

De D. Sebastião para cá tivemos notícias frescas dos rebeldes que hoje à noite ou amanhã poderão estar em Caetité.

Tirei 110 homens para marchar na frente e dar ao menos uns tiros antes dessa gente saia da Bahia. O Cap. Durval retardou com os seus de sorte que levo apenas 80.

Continuo a olhar para trás na fé de que V. nos alcance.

Abraços aos companheiros, o camarada e amigo.

TTE. CEL. WOLNEY.

Esta correspondência mostra a rede de relações que José Honório Granja estabelecia com outros coronéis de estados vizinhos ao Piauí. Da mesma forma que havia uma aliança para combater a Coluna Prestes, os acordos entre os diversos coronéis do sertão eram frequentes e se davam sempre que a ocasião exigia.

Em outra carta de Abílio Wolney a José Honório Granja, sem datação, há indicações da luta travada entre os oponentes.

Major José Honório:

Rebeldes estão lutando em Campestre. Pessoal Horácio os tem derrotado em 3 ou 4 combates. Venha voando para não ficarmos tão longe. Deixe os doentes.

Camarada e amigo.

¹⁵⁶ Lourenço Moreira Lima Apud, CASTRO, Chico. *A Coluna Prestes no Piauí: a República do vintém*. Brasília: Senado Federal, 2008. p. 316.

¹⁵⁷ PRESTES, Op. cit., 1997. p. 275.

Tte. Cel. Abílio Wolney.

Nestas duas correspondências que tivemos acesso recolhidas no Arquivo Público do Piauí, fica clara a articulação entre os diversos coronéis do sertão brasileiro que serviram ao estado no combate aos membros da grande marcha liderada por Luís Carlos Prestes. Estas correspondências foram apreendidas pelos líderes da Coluna Prestes e datam de abril a maio de 1926.

Com a repressão à Coluna, o conflito armado no sul piauiense deixou de ser o foco principal das atenções, tanto do governo do estado, quanto dos próprios personagens envolvidos diretamente. Exemplo disso foi a participação de José Honório Granja ao lado das forças oficiais e o esforço dispensado pelo governo do Piauí no combate à Coluna liderada por Luís Carlos Prestes.

A morte de José Honório Granja, logo após a passagem da Coluna Prestes pelo Piauí, em novembro de 1926 na cidade de Juazeiro na Bahia, teria abreviado os conflitos armados e colocado um ponto final na luta. De acordo com Jesualdo Cavalcanti Barros,

o conflito efetivamente só terminou com a morte súbita de José Honório Granja em Juazeiro, na Bahia, em novembro de 1926. À época, comissionado na patente federal de major, integrava um batalhão patriótico destinado a combater a Coluna Prestes, ao lado de outros famosos coronéis do sertão, como Franklin Lins de Albuquerque, Horácio de Matos e Abílio Cavalcante Wolney.¹⁵⁸

Esta informação é confirmada por Cândido Carvalho Guerra, para quem José Honório Granja “morreu subitamente em Juazeiro da Bahia, terminando assim a luta”.¹⁵⁹ No que pese nosso esforço, não obtivemos informações precisas sobre a morte de José Honório Granja. Estivemos nos municípios de Teresina, Parnaíba, Curimatá, Avelino Lopes e Morro Cabeça no Tempo conversando com familiares do mesmo à procura de informações que pudessem esclarecer o fato, porém, não obtivemos êxito. Não foi possível também, construir uma síntese biográfica, pois os familiares procurados não dispõem de informações precisas sobre José Honório Granja.

¹⁵⁸ BARROS, Op. cit. 2005. p.378

¹⁵⁹ GUERRA, Op. cit., 1999, p. 28.

2.4. O Fim dos Conflitos Armados

Formados basicamente por jagunços mercenários, os “exércitos” particulares que digladiaram de 1922 a 1926, acabaram se dispersando com a morte de José Honório Granja na cidade baiana de Juazeiro, mas também em virtude da ação cada vez efetiva da polícia militar na região.

Os grupos armados particulares que combateram em Corrente e Parnaguá eram formados por pessoas marginalizadas socialmente, em sua maioria, trabalhadores e agregados dos grandes latifundiários: vaqueiros, *maniçobeiros*, pequenos agricultores e *moradores*, ou jagunços de outras regiões que eram “contratados” temporariamente. Havia também grandes grupos de jagunços cedidos por um coronel amigo, como o fez frequentemente Franklin Lins de Albuquerque de Pilão Arcado a José Honório Granja. De acordo com o escritor Cândido Carvalho Guerra nos preparativos para atacar o adversário “José Honório Granja viajava para Pilão Arcado, na Bahia e pedia auxílio ao Cel. Franklin Lins de Albuquerque. A ajuda foi concedida imediatamente em homens e armas, tendo o mesmo retornado a Parnaguá para dar o troco dos ataques sofridos em sua fazenda.”¹⁶⁰

Em face das condições socioeconômicas precárias, da estrutura latifundiária concentrada e excludente e das poucas possibilidades de mudança em suas vidas, os camponeses se tornavam alvos preferenciais de recrutamento. Enfim, essas milícias eram formadas basicamente por homens com poucas perspectivas de vida e encontravam na *sebaça*¹⁶¹ um meio de vida. Em muitos casos, o único meio possível, homens que haviam sido excluídos da propriedade fundiária, muitos inclusive descendente de escravos. Para Rui Facó, a formação de grupos de jagunços era resultado da concentração fundiária rural.

O despotismo dos potentados rurais havia, durante séculos, relegado os pobres do campo a condição de objeto. [...] Mesmo com a Abolição, uma vez que não se processaram mudanças fundamentais no campo e o latifúndio foi mantido com todas as suas prerrogativas e privilégios, o trabalhador rural continuava a ser considerado um semi-escravo.¹⁶²

¹⁶⁰ Ibid., p. 19

¹⁶¹ Sebaça: sf Reg (Bahia) assalto à mão armada; invasão de propriedade, seguida de roubo. Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 1.0.5.

¹⁶² FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. p. 36.

Nos municípios de Corrente e Parnaíba predominava uma estrutura fundiária concentradora. Das 212 propriedades rurais existentes em 1920, 76 pertenciam a membros diretos da família Lustosa Nogueira, ou seja 36 %. Em Parnaíba, dos 258 propriedades, 60 pertenciam a membros diretos do mesmo núcleo familiar, o que corresponde a 24%.¹⁶³ Soma-se a isso, os parentes de linhagens masculina ingressos na família e que preservavam seus sobrenomes originais, o que eleva essa concentração para um número ainda mais expressivo. Não é sem causa que Cândido Carvalho Guerra afirma que “a família Lustosa (Nogueira) era a dona do sul do estado, principalmente de Parnaíba.”¹⁶⁴ Alguns proprietários chegavam a possuir nove fazendas, como foi o caso do ex-senador Joaquim Nogueira Parnaíba.

Sobre a concentração fundiária e a consequente exclusão social decorrente desta estrutura agrária, Teresinha Queiroz afirma que, se de um lado da sociedade encontrava-se os grandes latifundiários detentores das grandes extensões de terra, no extremo oposto, “estava todo o restante da população”. Esta imensa maioria dos habitantes achava-se “constituída de pequenos proprietários e posseiros”, principalmente daqueles “não detentores de terras que habitavam as fazendas como vaqueiros, agregados e arrendatários” .¹⁶⁵ Daí podermos sugerir que o poder dos potentados locais fosse maior quanto mais excludente fosse o meio, e quanto mais latente fosse a miséria da população. Nesse mundo de caboclos miseráveis e potentados locais, assistimos então a subordinação imposta por esses sobre aqueles. Uma combinação de exclusão, autoritarismo e miséria modelavam as relações sociais e concentravam os poderes nas mãos de uma elite latifundiária.

Seja pela detenção da riqueza que geralmente emanava da posse da terra, seja por outros fatores, como a personificação do Estado, o certo é que em grande medida vinha justamente daí a força que teve aqueles potentados locais na região do extremo sul do Piauí entre os anos finais do Império e as três primeiras décadas do século XX. Os botânicos, Artur Neiva e Belisário Pena, ao passarem pela região à época, perceberam a presença enfática dessa força e influência que detinha esses coronéis. Segundo Neiva e Pena, ali “o fazendeiro mais abastado e com um pouco mais de cultura” tinha o poder de

¹⁶³ BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil Realizado em 01 de Setembro de 1920: relação dos proprietários rurais recenseados no estado do Piauí. [S. I., s. n.].

¹⁶⁴ GUERRA, Op. cit., 2006.

¹⁶⁵ QUEIROZ, op. cit., 2006, p. 101.

exercer “grande influência entre os moradores”. Esses autores ainda acrescentaram que, durante suas passagens pelo sul do Piauí, havia ficado bastante nítido que a força exercida por um dado coronel “somente cessa, ao entrar em contato com a esfera de influência de outro proprietário pelo menos tão abastado”. Segundo Neiva e Pena, essa lógica perversa poderia ser mais presente tanto quanto mais se dirigisse para “longe dos núcleos de população”.¹⁶⁶

Havia ainda um agravante no quadro de exclusão social no sul Piauí. Em fins da década de 1910, a exploração da borracha da maniçoba¹⁶⁷, que havia atraído significativo contingente populacional para a região, entrou em decadência provocando o aumento do desemprego, e por consequência fome e miséria.¹⁶⁸ A mão-de-obra ociosa dos maniçobais acabava sendo aliciada pelos coronéis o que tornava possível a formação de grupos armados. “Os cangaceiros exploravam os maniçobeiros pra fazer deles jagunços”.¹⁶⁹ Pois, “na luta o camarada [maniçobeiro] arranjava dois, três gados, ou roubava alguma coisa de valor. Era muito melhor do que furar maniçoba ali nessas caatingas pra tá morrendo de fome, brigando com onça”.¹⁷⁰

Além das mudanças econômicas, outras modificações não menos significativas também foram sentidas. Segundo Teresinha de Mesquita Queiroz, “as modificações não foram apenas econômicas, mas igualmente sociais e demográficas”. No entanto, se em termos financeiros a produção da maniçoba repercutiu na economia do Estado como um todo, em termos sociais e demográficos e estas mudanças foram sentidas também na região de Corrente e Parnaguá que eram importantes produtoras da borracha. Nesse sentido, Queiros afirma também que, entre outras consequências, a economia da borracha de maniçoba havia provocado principalmente nas localidades situadas na região do Estado em que essa atividade foi mais promissora, o afloramento das insatisfações e dos conflitos sociais mais latentes. Para a autora, “a manifestação mais

¹⁶⁶ NEIVA & PENA, op. cit., 1999, p.180.

¹⁶⁷ A economia da borracha de maniçoba no Piauí diz respeito à extração e à comercialização do látex retirado da maniçoba, planta nativa de várias regiões do semiárido nordestino, como também do sul e sudeste do Estado do Piauí, e que teve seu auge nas duas primeiras décadas do século XX nesta região.

¹⁶⁸ Sobre a situação de pauperização que se encontrava a região ver: NEIVA, Artur & PENA, Belisário. *Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 198-202.

¹⁶⁹ GUERRA, op. cit., 2006.

¹⁷⁰ Ibid., Id.

concreta dessas dificuldades foi o aguçamento das tensões sociais e do banditismo”¹⁷¹ já presentes em certa medida naquela zona.

Nesse aspecto, os *maniçobeiros* contribuíram com significativo contingente humano para a formação dos grupos armados. José Honório Granja, por ter sido um *barraquista*, a quem os *maniçobeiros* estavam subordinados, “arranjou logo muita gente, desses *maniçobeiros*”.¹⁷² O grupo dos Lustosa Nogueira também lançou mão da mesma fonte social para recrutar seu grupo armado. Para Guerra, “a base da luta toda foi feita com *maniçobeiros* que se transformaram em ladrões de gado.[...] O salário era conforme o serviço de cada um, era o que ele fizesse, o que ele furtasse”.¹⁷³

Em linhas gerais, essa era a composição social básica dos grupos beligerantes. Os coronéis, proprietários de grandes latifúndios, aliciavam pessoas dos segmentos socioeconômicos marginalizados para, de armas nas mãos, proteger seus interesses políticos e econômicos. Os poderes públicos, por seu turno, constituídos agiam de acordo com os interesses dos potentados no sentido de manter o apoio. Mesmo quando a força policial interveio diretamente no conflito, o fez segundo as conveniências políticas dos que lideraram o cenário político.

¹⁷¹ Ibid., Id.

¹⁷² Ibid., Id.

¹⁷³ Ibid., Id.

3. Os Conflitos Pela Memória dos Conflitos: usos e abusos.

*Todas as noites os vizinhos vinham fazer roda em sua calçada, e o assunto principal era a história dos barulhos de Parnaguá e Corrente em que morreram cerca de quatrocentas ou mais pessoas.*¹⁷⁴

William Palha Dias

Foi com festividades e honras de Estado que o governador do Piauí Mathias Olympio de Mello (1882 – 1967) recebeu o Secretário de Estado de Polícia, Tenente do Exército Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1899 – 1976), em 13 de maio de 1925, sobre as águas do Rio Parnaíba, abordo da lancha Curумы.

O Jornal *O Piauí* noticiou aquele fato afirmando que o titular da Pasta da Polícia, Tenente Jacob Manoel Gayoso e Almendra chegava

de volta do sul do Estado, onde fôra e estivera, por alguns meses, comissionado pelo governo, para dar cabo do infreme e pernicioso banditismo que assolava os importantes municípios de Corrente e Parnaguá [...]. A sua recepção foi festiva, tendo o cunho de um verdadeiro acontecimento. Em lancha especial, saíram, ao encontro do vapor “Antonino Freire”, em cujo bordo viajava o ilustre piauiense, vários cavaleiros de representação do nosso meio social e político, inclusive S. Exa., o Dr. Mathias Olympio de Mello, preclaro dirigente do Estado. A certa distância, divisando o “Antonino Freire”, um frêmito de entusiasmo e de alegria sacudiu todos os que iam na lancha “Curумы”, ouvindo-se, então, grandes aclamações ao nome do querido e operoso patrício, aos quais se tornaram maiores quando a embarcação que o trazia, se aproximou da lancha, tendo sido executada, então, uma marcha de saudação, por uma orquestra da banda de música de polícia.¹⁷⁵

Com base no exposto, percebe-se que Gayoso e Almendra foi recepcionado como um herói em Teresina. O herói que havia pacificado os longínquos sertões do extremo sul do estado, que estavam conflagrados há três anos. De acordo com *O Piauí*, periódico oficial que circulava na capital do estado, naquela tarde de maio de 1925, “no porto desta capital [Teresina], já era grande a massa popular que se apinhava, à ‘Praça Marechal Deodoro’, onde estacionavam também inúmeros amigos e admiradores do estimado oficial – figura de alto destaque na administração do nosso Estado”.¹⁷⁶

¹⁷⁴ DIAS, William Palha. *Papo Amarelo*: drástica solução. Teresina: Gráfica Expansão. 2000.

¹⁷⁵ O PIAUHY, ANO XXXVII, nº. 113, 14 de maio de 1925, p.01.

¹⁷⁶ Ibid. Id.

O clima de euforia se verificava também em alguns pontos da capital, onde populares e curiosos se acotovelavam para não perder nenhum detalhe da chegada do homem que havia, segundo o discurso oficial, “extinguido o cangaçeirismo, que tantos e extraordinários males vinha, num já alongado período, causando às populações do sul do Estado, naquelas ubérrimas paragens de Corrente e Parnaguá”.¹⁷⁷ Embora a chegada, ou a partida de embarcações do porto de Teresina sempre fosse motivo de festa, a chegada do secretário se transformou num evento excepcional, dada a missão que havia desempenhado.

As comemorações se estenderam por duas semanas, terminando com um “almoço de cinquenta talhares”, oferecido pelo governador ao secretário de polícia no recém inaugurado “*Clube dos Diários*”, que fora projetado para ser o principal espaço de sociabilidade da elite local. Compareceram ao concorrido almoço toda a cúpula da administração estadual e municipal, desde o próprio governador, deputados, intendente, e alguns secretários. Na ocasião se festejou, “no meio do mais harmonioso convívio”¹⁷⁸, o sucesso da missão do secretário no sul do Piauí, “onde fôra, em honrosa e árdua comissão, encarregado de pôr termo ao cangaço reinante na zona limítrofe da Bahia e Goiás, do que deu esplêndida conta, coroando a sua empresa do maior e mais completo êxito”.¹⁷⁹

Entretanto, enquanto na capital as autoridades piauienses comemoravam a chegada da comissão chefiada pelo secretário estadual de polícia, José Honório Granja acordava com Franklin Lins de Albuquerque, em Pilão Arcado, na Bahia, os detalhes de uma nova investida contra os municípios de Corrente e Parnaguá. A comissão liderada pelo secretário e tenente Jacob Manoel Gayoso e Almendra não foi a primeira e não seria a última medida tomada pelo governo do Piauí no sentido de pacificar a região em face dos conflitos que ali se verificavam. Ainda no governo de seu antecessor João Luiz Ferreira que governou de 1920 a 1924, foram tomadas algumas medidas, porém, sem o resultado esperado.

Em mensagem governamental de 1927 assim expressava-se o Governador Mathias Olympio de Melo:

¹⁷⁷ Ibid., id.

¹⁷⁸ O PIAUHY, ANO XXXVII, n° 122, 24 de maio de 1925, p. 01.

¹⁷⁹ Ibid., Id.

Pela terceira vez senhores membros da Câmara Legislativa, tenho o desprazer de levar ao conhecimento dessa casa do congresso, como uma das mais dolorosas manifestações dos nossos males sociais, as cenas de violência e de barbaridade, - verdadeiro attentado aos nossos foros de civilização e de progresso, - representadas pelo cangaceirismo, favorecido por acidentes estranhos e agentes de varia ordem.

As providências tomadas por três anos a fio, o concurso a que se obrigaram, em convênio, outros Estados limitrophes, nem sempre puderam ferir, de cheio, de chofre, e de prompto, os que, ligados pela solidariedade nefasta do cangaço, tinha perturbado a ordem publicado sul do Piauhy, durante largo espaço de tempo.

Só a persistência das medidas repressivas tomadas pelo Governo Estadual, conseguiu, finalmente, abafar os arremessos periódicos do banditismo na zona sulina, contendo-lhe as expressões malélicas, e procurando por termo às suas investidas.¹⁸⁰

Cinco anos antes, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa o então governador João Luiz Ferreira, reclamava da necessidade de se instalar uma linha telegráfica até Corrente, com a finalidade de garantir a “tranquilidade pública em zona que o flagelo das incursões do banditismo traz em contínuo sobressalto”¹⁸¹. Naquele mesmo ano, o governo enviou para a região “cerca de 40 praças, sob o comando do Tenente da força estadual Bráz José da Costa”.¹⁸² Além dessa medida, João Luiz Ferreira manteve comunicação com a bancada piauiense no Senado e na Câmara Federal, com o objetivo de angariar algum tipo de apoio para resolver o problema de insegurança a que estava submetida a região sul do estado. Segundo o governador, o Juiz de Direito de Corrente Raimundo Lustosa Nogueira, havia reclamada ao presidente da República, garantias de segurança devido à ação de jagunços e bandidos na região. O presidente por sua vez, encaminhou para o governador a solução do problema e que fossem tomadas as medidas cabíveis para resolvê-lo.

Em outro telegrama datado de 1924, o governador solicitou às bancadas federais piauienses na Câmara e no Senado que os mesmos interferissem junto ao governo federal para obter ajuda para a região em conflito. O governador sugeriu que os deputados e senadores articulassem um acordo com os deputados e senadores dos

¹⁸⁰ PIAUÍ, Governador. 1920-1924. (João Luiz Ferreira). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1924. Teresina, 1924. p.11.

¹⁸¹ PIAUÍ, Governador. 1920-1924. (João Luiz Ferreira). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1922. Teresina, 1922. p.11.

¹⁸² Ibid., p. 40.

estados da Bahia, Goiás, Maranhão e Piauí, no sentido de ajudarem mutuamente para combater o *banditismo*.

Alvitro imediato entendimento da bancada com o Sr. Presidente da República, no sentido da celebração de convênio entre os governos da Bahia, Goiás, Maranhão e Piauí, em que se assentam as bases e ação conjunta para a repressão do banditismo. Cada Estado poderá enviar contingente policial, com número de praças que será fixado no referido convênio, comandadas essas forças por um oficial do exército. Experiência tem demonstrado que esforços isolados são inteiramente improdutivos. O Piauí está pronto para contribuir com o acordo em recursos orçamentais, com essa obra inadiável de patriotismo, reparação e humanidade.¹⁸³

Como justificativa para o pedido, o governador alertou que se as medidas não fossem tomadas, a situação tenderia a tornar cada vez mais grave. Segundo João Luiz Ferreira,

“a falta de garantias no sul do estado vai dia a dia se tornando maior, mais inquietante, motivada por repetidas incursões de jagunços da Bahia e Goiás, que praticam toda sorte de crimes, sem que o governo piauiense possa policiar convenientemente a região infestada de malfeitores”.¹⁸⁴

A enorme distância dos municípios de Corrente e Parnaguá em relação a capital do estado de aproximadamente 900 quilômetros, e o fato de essa região fazer fronteira com a Bahia, Goiás e Maranhão, foram colocados pelo governador como agravantes da situação. Para João Luiz Ferreira, as medidas adotadas durante seu mandato não estariam surtindo efeito devido à distância da região em relação à capital, a extensão da zona em conflito, que propiciava facilidade de fuga para os estados vizinhos. Alie-se a isso a “proteção dispensada a bandoleiros por certas influências locais dos municípios limítrofes”.¹⁸⁵

Este último item citado pelo governador, constituiu-se de fato numa prática constante durante o conflito. Ambas as partes envolvidas se queixavam de que as forças oficiais de repressão estavam a serviço de um ou outro potentado local e que, os envolvidos no conflito eram protegidos por autoridades estaduais, ou até mesmo um

¹⁸³ Ibid., p. 41.

¹⁸⁴ Ibid., Id.

¹⁸⁵ Ibid., p. 42.

senador, ou governador. A relação entre os líderes políticos locais e “seus” jagunços era baseada numa teia bastante complexa de afirmação de poder. Essa subordinação da maioria da população aos poderes e a força dos potentados locais fazia desses indivíduos verdadeiros donos da lei. Pra Queirós, naquele mundo “a lei era determinada ou derivada da vontade do chefe do momento”. Os coronéis se articulavam para manter seus contingentes armados sempre prontos a atacar. Para que seus protegidos não sofressem com a ação policial, os chefes locais negociavam com as altas autoridades policiais no sentido de barganhar o apoio de tais forças. Dessa forma, segundo a autora, diante do livre arbítrio de executar em parte suas vontades, naquilo que diz respeito a esses potentados locais, “sua vinculação era menor com o Direito que com a força”. Essa força, para a autora, “se media, em muitos casos, pela capacidade de aliciar e comandar cabras ou jagunços”. É a partir desse ponto que podemos encontrar uma aliança entre os chefes políticos locais e a formação e atuação de bandos armados no extremo sul do Piauí nas décadas iniciais da República

Sobre a temática da ausência do Estado no sertão nordestino, Rui Facó, afirma que de uma maneira geral os efetivos policiais ao se deslocar para regiões do interior do Brasil durante os primeiros anos do século XX, “a primeira coisa que [faziam, era] colocar-se incondicionalmente a serviço de um dos potentados locais, a serviço portanto, de suas intrigas, seus ódios, suas perseguições”.¹⁸⁶ Como se viu, o conflito aqui analisado não foi exceção.

3.1. Ações Governamentais nos Conflitos de Corrente e Parnaguá.

No conflito armado que envolveu os municípios de Corrente e Parnaguá, o governador João Luiz Ferreira (1920 – 1924) foi acusado pelos aliados dos Lustosa Nogueira, do município de Corrente, de ser convivente com o grupo liderado por José Honório Granja. Raimundo Lustosa Nogueira fez constantes acusações ao governador. Para ele, “o governo João Luiz Ferreira [havia] nos abandonado sem garantias de espécie alguma e a agressão se tornava crescente e brutal”.¹⁸⁷ Quando a tropa comandada pelo Tenente Bráz José da Costa esteve na região em 1923, as dificuldades econômicas e estruturais de manutenção da tropa no local fizeram com que a mesma

¹⁸⁶ FACO, Rui. Op. cit. p. 44.

¹⁸⁷ NOGUEIRA. Op. cit. 1942. p. 10.

permanecesse ali por pouco tempo. O juiz Raimundo Lustosa Nogueira alegou que após o tenente ter reclamado dificuldades de pagamento, ele próprio, “tomando a uma pessoa amiga uns dois contos de réis”, acudiu a *soldadesca gente*, mas cheios os bolsos, pouco se demoraram, sob pretextos aliás fúteis”.¹⁸⁸

As críticas dos Lustosa Nogueira de Corrente ao governo João Luiz Ferreira apresentaram ainda uma questão política e não se limitou unicamente às ações do governador em relação ao conflito. Era vice-governador e secretário de governo do estado Pedro Borges da Silva, cuja família era adversária política da família Lustosa Nogueira desde os anos iniciais da República. As rivalidades entre os Borges e os Lustosa Nogueira se agravaram ainda mais depois que o juiz de Direito de Floriano, José Messias Cavalcante casou-se com uma prima do vice-governador. Esse fato significou a aliança entre os Borges e os Cavalcante que tinha ramificação no município de Corrente, pois ambas as famílias eram católicas e apoiavam a causa de José Honório Granja, além de serem os principais adversários políticos dos Lustosa Nogueira no município.

Em Floriano, cidade localizada a 240 quilômetros ao sul de Teresina, circulava um periódico denominado de “O Popular”, cuja propriedade era do juiz de direito daquela comarca, José Messias Cavalcante. Este jornal tornou-se uma espécie de porta voz da oposição aos Lustosa Nogueira, e por outro lado, o defensor do governo João Luiz Ferreira e da causa de José Honório Granja.¹⁸⁹

Em dezembro de 1922, assumiu a pasta de Secretário de Estado da Polícia, Pedro Augusto da Silva Mendes, que organizou uma comissão policial a pedido do governador para atuar nos municípios de Corrente e Parnaguá. Sob alegação de não ter sido atendido o pedido que fez à bancada federal a respeito do acordo interestadual, o governador enviou em junho de 1923 o próprio secretário de polícia, Pedro da Silva Mendes, “acompanhado de forte contingente e autorizado a fazer verificação de praças, em caso de absoluta necessidade”, além de “apurar todas as responsabilidades, no inquérito que vai proceder”.¹⁹⁰

¹⁸⁸ Ibid., Id.

¹⁸⁹ O jornal “O Popular” teve circulação regular na década de 1920, porém os exemplares existentes no Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Britto, estão lacrados e não puderam ser manuseados. Algumas informações e reportagens deste jornal foram encontradas em livro e ou transcritas noutros jornais que circulavam à época em Teresina.

¹⁹⁰ PIAUÍ, Governador. 1920-1924. (João Luiz Ferreira). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1922. Teresina, 1923. p.22.

O envio da comissão liderada pelo secretário Pedro da Silva Mendes foi em resposta à solicitação do juiz de direito de Corrente, Raimundo Lustosa Nogueira, que estivera em Teresina, ocasião em que fez a solicitação. Alegava o juiz que,

pouco antes [de sua solicitação], o governador, João Luiz, dando tempo ao tempo, vinha nos mandando, de longe em longe, os tenentes Almeida, os Vitorinos, os Leais, os Plácidos e quejandos do mesmo estofo, os quais, por seu turno, recebiam ordens no quartel general de Floriano [sede da comarca onde magistrava o juiz José Messias Cavalcante, adversário dos Lustosa Nogueira de Corrente], e aqui, consentiam que a própria força arrombasse nossas casas e depredasse quanto nos pertencia.¹⁹¹

Raimundo Lustosa Nogueira acusou constantemente as tropas oficiais de ingressarem no grupo adversário. Para o juiz, as tropas oficiais acabavam sendo incorporadas ao grupo liderado por José Honório Granja, e ao lado deste, combatiam contra os Lustosa Nogueira de Corrente. Por outro lado, o governador do estado, através do Decreto nº 838, de 27 de outubro de 1924, extinguiu a Comarca de Corrente sob a alegação de que “conforme as averiguações políticas procedidas nos distritos judiciários de Corrente e Parnaguá, as próprias autoridades locais estão envolvidas nos fatos de que resulta a situação de desordem em que se encontra aquela circunscrição judiciária”,¹⁹² na qual se insere o próprio juiz de direito da comarca. Ademais, em 1931, foi apresentada uma denúncia contra o referido juiz ao Interventor do estado Landri Sales, constando “que o mesmo tinha sido reconduzido ao cargo de Juiz de Direito desta Comarca para completar a sua obra de perversidade, pois foi ele o protagonista de toda sorte de crimes e depredações praticadas neste município de 1922 a 1926”.¹⁹³

Fica claro que há uma disputa em torno da legalidade dos fatos ocorridos nos anos do conflito. Ambos os lados envolvidos reclamam para si a legitimidade dos atos praticados ao longo do conflito.

De acordo com Raimundo Lustosa Nogueira, “a atitude do chefe de polícia [Pedro da Silva Mendes], bem como a de quase todos os oficiais e sargentos, foi

¹⁹¹ NOGUEIRA, Op. cit. 1942. p. 16.

¹⁹² Decreto nº 838, de 27 de outubro de 1924, Apud. BARROS, op. cit. 2005. p. 159.

¹⁹³ Ofício enviado ao Interventor do Estado do Piauí (Landry Sales), em 1º de outubro de 1931. Parnaguá. Poder Executivo 1790 – 1936.

simplesmente deplorável”.¹⁹⁴ Para o líder dos Lustosa Nogueira, o secretário de polícia, Pedro da Silva Mendes, não agiu

com a lisura que era de esperar de um plenipotenciário do governo, que devia trazer medidas descricionárias e asseguratórias. Falta de energia deixou-se corromper pelo fermento das paixões malsãs[...]. Seus soldados faziam causa comum com o banditismo e nesse caso contribuía para o roubo, o latrocínio, a anarquia e conseqüente desrespeito ao princípio da autoridade [...], esse chefe de polícia não estava em seu papel para dest’arte compactuar com a cobardia.¹⁹⁵

As acusações proferidas por Raimundo Lustosa Nogueira, a ação do secretário de polícia Pedro da Silva Mendes foi, de fato, controversa. Para Cândido Carvalho Guerra, o governo João Luiz Ferreira, influenciado por seu vice Pedro Borges, era simpatizante da causa de José Honório Granja,

daí, quando o Dr. Raimundo Lustosa Nogueira, magistrado, Juiz de Direito da Comarca de Corrente, solicitava providências ao Governador do Estado para intervir na luta e paziguar a região, este, apesar de mandar a polícia, dizem que os comandantes eram recomendados a não interferir no conflito. Dizem mais até que ele era favorável à causa de José Honório e fornecia até armas e munições a este e não tomava qualquer providência no sentido de dar fim ao conflito.¹⁹⁶

De volta à Teresina, o secretário Pedro da Silva Mendes encaminhou inquérito à autoridade competente para que fosse instaurada a ação penal contra todos os responsáveis diretos pelo conflito. Assim, o Procurador Geral do Estado à época denunciou ao Tribunal de Justiça,

o coronel José Honório Granja e seus amigos Augusto Fábio Lustosa, Mário Lustosa, Condorcet Lustosa de Alencar, Miguel Umbuseiro e Francisco Alves; e bem assim o Dr. Raimundo Lustosa Nogueira, juiz de Direito da Comarca de Corrente e seus amigos Cândido Lustosa de Araújo [delegado de Parnaguá], Areolino Lustosa, José Carlos Lustosa e José Francisco Nogueira Paranaguá, todos eles como responsáveis pela conflagração dos municípios de Parnaguá e Corrente e pelos crimes que aí se cometeram durante essa fase.¹⁹⁷

¹⁹⁴ NOGUEIRA, Op. cit. 1942. p. 17

¹⁹⁵ Ibid., Id. p. 138.

¹⁹⁶ GUERRA, op. cit. 1999, p. 26.

¹⁹⁷ O PIAUHY, 16 de setembro de 1923, nº 691, ANO XXXIV, p. 01. De acordo com Mathias Olympio de Mello, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1920, o processo teria terminado na

Após a substituição do secretário de polícia Pedro da Silva Mendes, o governador nomeou um novo delegado para a região, cuja jurisdição se estendia de Bom Jesus, Santa Filomena, Gilbués, Corrente e Parnaguá. O segundo tenente Plácido Monteiro da Silva, o novo delegado, ficou sendo a autoridade policial máxima de praticamente todo o extremo sul do estado, uma imensa área a ser policiada por um pequeno efetivo policial, o que tornava a missão desafiadora. A atuação do delegado logo desagradou aos Lustosa Nogueira de Corrente, que o acusaram de favorecer José Honório Granja. Sobre esta polêmica, o coronel Abílio Cavalcante Wolney afirmou que a preferência do delegado por José Honório Granja adveio da negação de José Nogueira, partidário da causa de Raimundo Lustosa Nogueira, em fechar qualquer acordo com os adversários. “Daí a falada parcialidade de todos os oficiais que vão para os dois municípios do sul”.¹⁹⁸

De fato, a partir da análise dos documentos obtidos no arquivo Público do Piauí é possível identificar algumas negociações entre as tropas oficiais e os envolvidos no conflito. Troca de favores, ajuda mútua, fornecimento de armas e um conjunto de relações que norteavam os contatos entre a força policial e a força coronelística que disputava o mando político e as riquezas materiais.

Entretanto, as acusações de parcialidade da polícia eram de ambas as partes. Porém, as críticas dos Lustosa Nogueira contra o governo João Luiz Ferreira eram mais agressivas. Segundo Raimundo Lustosa Nogueira, embora reconhecesse que o governo estava tomando algumas providências no sentido de resolver o problema, lamentava que “o próprio chefe de polícia, e todos eles [alguns oficiais], a despeito das ordens do governador, fizeram causa comum com o banditismo prestigiando seu chefe [José Honório Granja] com o qual viveram e vivem na mais franca camaradagem”.¹⁹⁹

Diante do agravamento do conflito no início do ano de 1924, ainda no governo de João Luiz Ferreira, foi organizada uma nova comissão liderada pelo comandante da Força Militar do Piauí, Major Manoel de Oliveira Sousa, “acompanhado de forte contingente”.²⁰⁰ O militar, porém, ficou pouco tempo na região, passando o comando do

seção do Piauí da Justiça Federal. Porém, não foi possível localizar o processo, mesmo, após minuciosa pesquisa no Arquivo Público do Piauí.

¹⁹⁸ “O Popular”, 27 de abril de 1924. IN: BARROS, Jesualdo Cavalcanti. Op. cit. p. 373.

¹⁹⁹ Entrevista concedida por Raimundo Lustosa Nogueira ao “O DIA”, 26 de abril de 1924, nº 78, ANO I, p. 02.

²⁰⁰ PIAUÍ, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1924. Teresina, 1924. p. 22.

batalhão ao capitão Delfino Vaz Pereira de Araújo. A comissão chefiada pelo Major Manoel de Oliveira Sousa foi a segunda a se dirigir para região e não obteve o êxito esperado. Na Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 01 de junho de 1924, o governador João Luiz Ferreira se lamentava de que “infelizmente a situação permanece intranquila, devido a desigualdade dos elementos em luta”.²⁰¹ O governador reiterou o apelo às bancadas federais do Piauí e ao presidente da República para que houvesse uma intervenção federal na região e que se realizasse um acordo com os estados vizinhos. Em sua mensagem de governo, o governador desfia lamentações acerca do abandono federal e das dificuldades locais de resolver os conflitos no sul do estado quando afirma que, “por maiores que tenham sido os esforços empregados para debelar o mal, através de dificuldades de toda monta, não pudemos ainda chegar a um resultado satisfatório, e certo não o conseguiremos sem o apoio do governo federal, ou a ação conjunta das polícias deste [estado do Piauí] e dos estados vizinhos”.²⁰²

Em consequência dos resultados pífios do governo naquela região, João Luiz Ferreira, já no final do mandato em 1924, começou a ser criticado por não ter solucionado o conflito. Da mesma forma que seu antecessor, fez reiterados apelos ao governo federal. Foi a forma que o governador encontrou para minimizar as pressões, Ademais, com essa manobra, deslocava o problema local para a esfera federal, portanto, um problema nacional, ou pelo menos um problema interestadual. O governador tratou também de criar um discurso político no sentido de dramatizar a situação, enfim, criando a ideia de que o problema não era tão simples quanto parecia a princípio.

Tratando-se de combater perniciosos grupos de bandoleiros adventícios, unidos a cangaceiros do Piauí, e a serviço das competições locais, tendo como prêmio o produto do saque, colhido em incursões inesperadas, de nada valerá a ação isolada dos poderes públicos do Piauí. Daí o interessar-me há muito, e ainda hoje, por um convênio entre os estados limítrofes, para repressão do banditismo nos nossos sertões.²⁰³

Porém, o mandato de João Luiz Ferreira acabou sem que fosse resolvido o problema. Ancorado nesse mote, Matias Olympio de Mello que assumiu a chefia do Executivo estadual em junho de 1924, afirmava durante campanha eleitoral que um dos

²⁰¹ Ibid., p. 19.

²⁰² Ibid., Id.

²⁰³ PIAUÍ, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1924. Teresina, 1924. p. 20.

principais objetivos de seu governo seria por fim ao conflito nos municípios de Corrente e Parnaguá. De fato, segundo o escritor Cândido Carvalho Guerra,

quando , o Dr. Matias Olímpio de Melo tomou posse do governo substituindo João Luiz Ferreira, encarou a situação com muita energia e determinação. Mandou uma considerável força policial para a região, comandada pelo então Tenente Jacob Manoel Gayoso e Almendra com ‘carta branca’ para dar fim ao conflito e prender os chefes beligerantes.²⁰⁴

Foi durante esse governo que Jacob Manoel Gayoso e Almendra assumiu a pasta da Secretaria de Polícia do Estado, e nessa condição, liderou a terceira comissão organizada pelo governo. A primeira na gestão de Mathias Olympio de Mello.

O Secretário de Polícia do Estado se dirigiu aos municípios de Corrente e Parnaguá com uma força policial composta de setenta praças para se juntarem ao contingente que já se encontrava na região. De acordo com o historiador Jesualdo Cavalcanti Barros, “tendo a seu comando novo e reforçado contingente policial, Gayoso chegou a Corrente adotando medidas drásticas. E começou pelos chefes. Prendeu logo José Honório Granja e o Dr. Raimundo Lustosa Nogueira, mesmo este alegando a arbitrariedade e ilegalidade de sua prisão, dada a sua condição de juiz de direito”.²⁰⁵ Após permanecer por alguns dias na região, o secretário retornou a Teresina para articular as condições de um acordo que seria assinado em Salvador, entre os estados da Bahia, Piauí e Goiás para que fossem tomadas algumas medidas visando conter a onda de violência na tríplice fronteira entre os estados. No lugar do secretário Gayoso e Almendra, ficou o Capitão Pedro Basílio chefiando a tropa que já se encontrava na região.

A querela social e política que reinava na região ultrapassou seus limites, desembocando na seara política estadual como um todo. A esse respeito, alegando que o inquérito movido contra o juiz de direito da Comarca de Corrente o incriminava e o responsabilizava, o governador Mathias Olympio de Mello extinguiu a Comarca de Corrente. Pelo decreto estadual número 837, ainda autorizava o secretário e tenente Gayoso e Almendra a cumprir a decisão. Em outubro de 1924, o secretário seguiu para Corrente onde fez cumprir a decisão do governador. Nessa quarta comissão, “a força

²⁰⁴ GUERRA, op. cit., 1999, p 26-27.

²⁰⁵ BARROS, Jesualdo Cavalcante. Op. cit. 2005. p. 373.

piauiense ficou composta de sete oficiais e mais de cem praças, com ordens do Comandante de aumentá-la no caso de necessidade”.²⁰⁶ Esta passagem de Gayoso e Almendra pelo sul do Piauí foi rápida, pois precisava estar em Salvador para representar o Piauí no acordo entabulado com os estados da Bahia e Goiás.

Assinado em 10 de dezembro de 1924, em Salvado, pelos representantes dos governos do Piauí, Goiás e Bahia, o acordo tinha por objetivo peremptório “a extinção do banditismo nos seus territórios por meio de providências preventivas e repressivas da ação combinada para o que, visando a garantia da propriedade e vida da população sertaneja e efetiva captura e punição dos criminosos que ameaçavam tais direitos”.²⁰⁷

O convênio interestadual foi resultado de uma série de negociações entre os governadores dos três estados e suas bancadas federais. Além destes, também participaram o ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Luiz Alves e o Ministro das Relações Exteriores, o piauiense Félix Pacheco. Dentre as principais medidas previstas no convênio, estava a permissão de autoridades em perseguição a foragidos ingressarem em território de outro estado, desde que portando mandato ou requisição. Este ponto do acordo evitava um dos principais instrumentos de defesa usados pelos jagunços e coronéis, que era fugir para outro estado onde não cometera crime. No documento constava ainda que os estados deveriam manter correspondência a fim de informarem mutuamente sobre a situação na região e manter um contingente de soldados distribuídos da seguinte forma:

O estado da Bahia manterá na cidade de Barra do Rio Grande um destacamento da força policial composta de cem homens, além dos destacamentos de Barreiras, Campo Largo, São Marcelo, Formosa, Santa Rita do Rio Preto e Pilão Arcado, cada um dos quais se comporá de vinte praças no mínimo, nomeando um delegado regional para a zona; o Estado de Goiás manterá em São José do Duro a quarta companhia da sua força policial com um delegado regional e um destacamento pelo menos de vinte homens em Pedro Afonso, limite do Piauí; o Estado do Piauí, além dos destacamentos locais de quinze homens no mínimo em S. Filomena, limite de Goiás, Gilbués, Corrente e Parnaguá, fronteira da Bahia, manterá uma força policial de oitenta homens em Bom Jesus do Gurguéia.²⁰⁸

²⁰⁶ PIAUÍ, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1924. Teresina, 1924. p. 04.

²⁰⁷ Convênio Celebrado Entre Piauí, Bahia e Goiás Para Combater o Banditismo. IN: PIAUÍ, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1925. Teresina, 1925. p.07.

²⁰⁸ Ibid., Id.

Embora o acordo interestadual possa ser considerado um esforço oficial no sentido de acabar com o conflito armado, os resultados práticos alcançados de imediatos não foram satisfatórios. Mesmo reconhecendo que “não fora o novo governo [Mathias Olympio de Mello] que surgira dentro em breve e estaríamos irremissivelmente perdidos”, Raimundo Lustosa Nogueira classificou o convênio como “um feito nunca feito”.²⁰⁹

Esse gesto tríplice que foi a ação conjunta dos três estados: Piauí, Bahia e Goiás, *versus* banditismo, isto é, contra a praga cancerosa que vinha devastando os nossos sertões *ad instar* do banditismo dos Lampiões, foi a nota predominante e alvissareira que encheu de júbilo os corações das almas benfazejas e patrióticas [...]. Mas tudo foi um sonho.²¹⁰

Na mesma linha de raciocínio o historiador Jesualdo Cavalcante Barros, afirma que “a assinatura do requisitado convênio não alterou substancialmente a situação, posto que o mesmo efetivo policial foi mantido para os exercícios de 1925 e 1926”.²¹¹ Além da ausência de um efetivo policial que pudesse resolver a situação, a própria estrutura em que se organizava o conflito e as forças políticas locais só seriam alteradas com medidas que abalasses a própria estrutura coronelística. “Eram os coronéis do sertão os sustentáculos, com os votos das urnas emprenhadas a bico-de-pena, não só do poder dos governadores, senadores, deputados e chefes de polícia, como também da jagunçada a seu serviço”.²¹²

Após assinar o convênio, Gayoso e Almendra se dirigiu a Corrente, onde promoveu o desarmamento da região e apreendeu quinhentas e noventa e cinco armas – segundo consta em seu relatório enviado ao governador -, sendo cerca de quatrocentos rifles e o restante composto de revólveres, pistolas, fuzis mauser, moquetões, bacamartes, entre outros. O secretário também promoveu a devolução de alguns bens materiais aos legítimos donos, como gado e joias apreendidas pela polícia. Após cinco meses, como resultado de sua participação no conflito, em maio de 1925, vamos encontrar o secretário e Tenente Jacob Manoel Gayoso e Almendra sendo festivamente recebido em Teresina pelo então Governador Mathias Olympio de Mello. As

²⁰⁹ NOGUEIRA. Op. cit., 2005. p. 20.

²¹⁰ Ibid., p. 21.

²¹¹ BARROS, Jesualdo Cavalcante. Op. cit. 2005. p. 375.

²¹² Ibid., p. 376.

comemorações se estenderam por todo o mês de maio daquele ano, realizando almoços e bailes no Clube dos Diários.

Gayoso e Almendra deixou Corrente convicto de que tudo estava resolvido e o tão propalado banditismo extinto. Segundo o governador, o secretário estadual de polícia havia reintegrado “o território sulino conflagrado, no regime pacífico da ordem legal”.²¹³ Acrescenta ainda no documento que “basta que eu vos diga que, tomadas as primeiras deliberações, cessaram os roubos, dantes comum, cometidos indistintamente pela massa campesina, que ao exemplo dos grandes senhores; não encontrou mais frutuoso e honesto comerciar do que a contra-ferra da propriedade alheia”.²¹⁴

Os fatos, porém, mostrariam o contrário. O mesmo governador, na mensagem apresentada a Assembleia no ano seguinte, ou seja, em 1926, assinalava que “José Honório Granja, à frente de seu nefasto bando de cangaço, invadiu a zona sulina do estado[...]. Nessa nova incursão criminosa, destruiu casas da vila de Parnaguá, fez depredações e conduziu rebanhos”.²¹⁵ E ainda na mensagem de 1927, encontramos novas queixas do governador sobre “uma das mais dolorosas manifestações dos nossos males sociais, as cenas de violência e de barbaridade, verdadeiro atentado aos foros da civilização e de progresso, representadas pelo cangaceirismo, favorecido por acidentes estranhos e agentes de várias ordens”.²¹⁶

O governo de Mathias Olympio de Mello, mesmo após a morte de José Honório Granja em novembro de 1926, encontrou dificuldades para pacificar a região do extremo sul do Piauí. O Chefe do Executivo, que havia festejado dois anos antes a vitória sobre o banditismo e o cangaço, reconheceu na mensagem de 1927, os limites das ações militares, judiciais e políticas empreendidas, uma vez que afirmava que as providências tomadas pelos governos constituídos e “a vontade de vencer essa fator de desprestígio regional, nem sempre puderam ferir, de cheio, de frente e de pronto, os que, ligados pela solidariedade nefasta do cangaço, tinham perturbado a ordem pública do sul do Piauí, durante longo espaço de tempo”.²¹⁷

²¹³ PIAUÍ, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1925. Teresina, 1925. p. 20.

²¹⁴ Ibid., p. 11.

²¹⁵ PIAUÍ, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1926. Teresina, 1926. p. 18.

²¹⁶ PIAUÍ, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1927. Teresina, 1927. p. 05.

²¹⁷ Ibid., Id.

Mesmo diante das dificuldades e os insucessos encontrados pelo governo no combate aos grupos beligerantes, as medidas jurídicas tomadas e o constante contingente policial, de algum modo, foram paulatinamente contendo os assaltos e dispersando os grupos armados. Em meados de 1927 já não se verificou nenhum conflito que envolvesse grupos armados. José Honório Granja já havia morrido e os Lustosa Nogueira não investiram mais contra as propriedades dos adversários.

Embora aparentemente pacificada a região, o governo mantinha-se cauteloso diante da situação. Foi mantida em Corrente um batalhão, primeiramente liderado pelo Capitão Pedro Basílio da Silva e depois pelo Capitão Abraão da Costa e Silva. Segundo o relatório do Capitão Costa e Silva, o Silvinha, enviado ao governador e datado de 22 de junho de 1927, houve ainda em Corrente, Parnaguá e Gety apreensões “de diversas armas, como sejam: fuzis mauser, metralhadoras, rifles, revólveres, espada e corneta”.²¹⁸ No mesmo relatório consta que o delegado abriu inquérito policial sobre os acontecimentos e que o mesmo foi remetido à autoridade competente.

Ao retornar a Teresina em abril de 1927, o Capitão Costa e Silva passou o cargo ao segundo sargento Gabriel Arraes, deixando um efetivo policial na região distribuído da seguinte forma: “em Corrente dez praças, em Parnaguá vinte praças, Gety vinte e cinco praças, Gilbués vinte praças, Santa Filomena três praças, Riacho Frio dois praças, Olho D’água dois praças”.²¹⁹ Assim, estava determinado que o destacamento policial na região a partir de março de 1927 se formaria com oitenta e seis soldados, mais o efetivo permanente dos locais para onde as tropas tinham que deslocar. Com essa medida o governo do Piauí estava cumprindo a parte referente a permanência do contingente policial na região e que ficara acordado no convênio de Salvador, assinado em dezembro de 1924.

3.2. A Violência Como Regra: autoridades e jagunços com práticas afins.

As comissões policiais que se fizeram seguir para Corrente e Parnaguá nos anos de 1922 a 1926 foram marcadas pela ação violenta e pelo abuso de poder. Variando em

²¹⁸ Relatório apresentado pelo Capitão da Força Militar no Estado e delegado regional no sul do estado, Abraão da Costa e Silva, ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado Mathias Olympio de Mello. Teresina, 22 de junho de 1927.

²¹⁹ Telegrama enviado ao governador do estado do Piauí pelo secretário de Polícia, Capitão Abraão Costa e Silva em 15 de março de 1927.

maior ou menor intensidade, a marca da ação policial adquiriu contornos de extrema violência e, não raro, a população temia a força policial no mesmo nível de temor que tinha dos próprios jagunços, quando não agiam lado a lado, num imbricamento em que a única distinção entre ambos, era o uso da farda.

Nos ermos sertões do extremo sul piauiense ainda persiste a má fama dos “homens de bota” ou “samangos” como eram conhecidos os soldados da Polícia Militar. O escritor Cândido Carvalho Guerra que nasceu, segundo informa, “na época em que a região sul do estado vivia um verdadeiro inferno, convulsionada pela luta armada entre José Honório Granja e as famílias Lustosa e Nogueira, de Parnaguá e Corrente”²²⁰, registrou com sensibilidade a visão que o sertanejo criara acerca da ação policial na região.

Os jagunços de ambos os lados eram homens impiedosos, truculentos e malvados e não aceitavam a neutralidade, assaltando as pessoas e os lares. A polícia mandada para garantir as famílias, era constituída de elementos iguais ou piores do que os jagunços. Eram farinha da mesma saca. Mesmo depois de apaziguada a região, os soldados que por aqui chegavam, tinham a mesma formação do jagunço.²²¹

Ainda de acordo com o escritor, o jagunço era um elemento social que se destacava pela crueldade e pela capacidade de saquear fazendas e roubar gados, era logo identificado como “cabra bom pra ser soldado”. Completa o auto em um tom crítico que “todo destacamento [policial] que vinha para cá [Corrente e Parnaguá] era constituído dos piores elementos, da borra da corporação”.²²² Portanto, não é sem causa as reiteradas queixas da população contra os abusos praticados pelos soldados e oficiais que estiveram comissionados na região do conflito.

Outro que atesta o mesmo cenário é Rui Facó, para quem,

Por todo este interior do Brasil, onde quer que a polícia tenha chegado para perseguir cangaceiros ou “fanáticos”, praticou contra as populações rurais crimes mais hediondos do que os cangaceiros mais sanguinários [...]. As andanças dos destacamentos policiais eram verdadeiras expedições punitivas, atingindo indistintamente culpados ou supostos culpados e até inocentes, inclusive mulheres e crianças.²²³

²²⁰ GUERRA, Cândido Carvalho. *Contos, Crônicas e Causas*. Teresina: Ponto e Traço Gráfica e Editora. [199?] p. 46.

²²¹ Ibid., Id.

²²² Ibid. p. 48.

²²³ FACÓ, Rui. Op. cit. 1991. p. 44.

A lista de atrocidades e crimes cometidos pelos destacamentos policiais que se dirigiam ao extremo sul piauiense é grande e variada. A fama da valentia e crueldade da ação de alguns capitães que lá estiveram persiste até os dias se seguem, através da tradição oral. A comissão liderada pelo Tenente Jacob Manoel Gayoso e Almendra, em que figurava também o capitão Pedro Basílio da Silva, ficou marcada na memória dos remanescentes pela crueldade com que agia.

Na literatura local este traço de truculência oficial também é uma presença. No romance histórico “Papo-Amarelo: drástica solução”, Palha Dias narra as aventuras de Zequitino, que havia se aliciado como jagunço ao lado do grupo dos Lustosa Nogueira de Corrente para lutar contra os comandados por Granja. Conta o autor que no dia seguinte às prisões de José Honório Granja e Raimundo Lustosa Nogueira, realizadas pelo Tenente Gayoso, Zequitino e outros nove camaradas, que também haviam sido presos dez jagunços, cinco de cada lado beligerante, foram “amarrados uns aos outros, enfileirados e postos à margem da grande lagoa de Parnaguá. Depois de todos alinhados na beira da mesma, numa cerimônia dantesca, ao som metálico de um velha corneta, saiu a ordem para a execução. Tudo foi imediato – um tiro de fuzil varou nove dos dez que estavam enfileirados”.²²⁴

Vale dizer, entretanto, que não foi encontrada nenhuma referência oficial sobre esse fuzilamento na vasta documentação analisada, porém, histórias dessa natureza ainda são comuns na região que atualmente compreende os municípios do extremo sul piauiense. Embora o texto de Palha Dias seja uma obra de ficção, aqui e ali corresponde à tradição oral da comunidade em que o autor esta inserido. No caso específico, o autor viveu sua infância na região, portanto é herdeiro da memória e das tradições ali construídas ao longo das décadas.

O caráter violento da repressão policial ainda está arraigada no imaginário popular do extremo sul piauiense e vêm sendo transmitido oralmente geração após geração. Segundo Eunice Gertrudes Nogueira Maciel, o Capitão Fialho, que participou da comitiva liderada pelo tenente Gayoso em 1924, “chegou fazendo muitas coisas que não era para fazer. Ele atemorizando o povo, e chegou ao ponto de um soldado matar um homem bem aqui na Fazenda de Cima [zona rural do município de Corrente], que era até conhecido nosso, e sua mulher se chamava Milucha, e era mulher muito fina. E

²²⁴ DIAS, William Palha. Op. cit., 200. p. 85.

ele [Capitão Fialho] não apaziguou nada, voltou e não fez do mundo nada”.²²⁵ Também Raimundo Lustosa Nogueira registrou, que quando a comissão liderada pelo secretário estadual de polícia, Capitão Pedro Augusto da Silva Mendes, esteve na região em 1925, teria ocorrido alguns atos de crueldade praticada pelos soldados comissionados. Nesse rol de violência policial destaca-se a “morte trágica e sensacional de Adelino de tal por seu cozinheiro ou bagageiro, soldado Preto Rubem de Macedo, dentro da própria casa da vítima quando esta festejava o aniversário natalício de um de seu inocente filhinho!”.²²⁶

A violenta repressão militar liderada pelo Tenente Gayoso e Almendra ao conflito armado no sul do Piauí iria repercutir por um longo período de tempo. Na Segunda metade da década de 1940, quando Gayoso e Almendra já investia na vida política partidária, surgiram algumas discussões sobre sua atuação na liderança da comissão policial de 1924. Em reportagem publicada em Teresina no jornal “O Piauí” de 22 de dezembro de 1946, o periódico da “União Democrática Nacional – UDN”, na coluna assinada pelo jornalista Eurípedes Aguiar notificou que:

Como Chefe de Polícia [Jacob Manoel Gayoso e Almendra] foi ao sul do estado, com a missão de pacificar os municípios de Parnaguá e Corrente, onde sangrenta luta se travava entre a família Nogueira e Honório Granja. Acusam a tropa, sob o comando do jovem tenente, de ter praticado naqueles longínquos rincões, muitas atrocidades e dezenas de assassinatos. Dessa força faziam parte o famigerado sargento Pinta Manta e outras feras fardadas. Contam que Pinta Manta, incumbido de escoltar oito presos, os trucidou, dizendo que os infelizes se evadiam.²²⁷

Na mensagem anual apresentada à Assembleia Legislativa de 1929, quando era governador João de Deus Pires Leal, o chefe do Executivo estadual lamentava que a forma como havia atuado, e ainda atuavam as forças policiais, maculando a credibilidade da polícia estadual. Para o governador:

O desprestígio da força estadual na opinião pública era traduzida pelos protestos quase diários contra atentados de toda ordem, por ela cometidos contra a vida, a liberdade e propriedade. Deles avultou,

²²⁵ MACIEL, Eunice G. Nogueira. Op. cit., 2006.

²²⁶ NOGUEIRA, Raimundo Lustosa Nogueira. IN: “O DIA”, 26/04/1924, n° 78 ANO I, p. 02.

²²⁷ O PIAUÍ, 22 de dezembro de 1946, ANO LVIII, n° 170, p. 01.

pela monstruosidade das circunstâncias que o rodearam, o fuzilamento dum preso, feito por um tenente, às portas desta capital.²²⁸

As consequências sociais e econômicas do longo e sangrento conflito armado foram danosas para a região. Cândido Carvalho Guerra avalia que “mais de quatrocentas pessoas foram assassinadas, milhares de gado foram roubados e a intranquilidade imperou desde 1922, quando começou o conflito, até 1925[6], quando terminou”.²²⁹ Embora não tenha números precisos da quantidade de gado levada para a Bahia, não raro “teve fazenda que bateu o pau da porteira e ficou sem nenhum bezerro”.²³⁰

Ainda comentando as consequências econômicas dos conflitos armados, Agenor Augusto de Miranda, no livro “O Rio São Francisco”, afirma que “as lutas (...), arruinaram a vida desse grande e rico município (...). Nestas lutas o móvel é o roubo.”²³¹ E acrescenta que teria recebido uma carta do ex-senador piauiense, Joaquim Nogueira Paranaguá na qual este,

informava haver sua família perdido mais de 1.500 cabeças de gado vacum, além de avultado prejuízo de muar e cavalariagem, incêndio em duas fazendas, que ficaram sem casas e benfeitorias. Os prejuízos totais foram a mais de 10.000 cabeças de gado roubado e depois vendidos em Bahia em outros municípios do estado do Piauí.²³²

Do mesmo modo, acrescenta Agenor Miranda que empreendeu viagem pela região no ano de 1931, que “todas as cidades, vilas e povoações desses sertões estão em grande decadência, especialmente de Remanso a Carinhanha, na Bahia, e no antigo e afamado sertão dos Rodeleiros, no sul do Piauí, Parnaguá e Corrente apresentam-se em muito pior estado.”²³³

Além dos prejuízos materiais, houve uma diminuição populacional na região em decorrência das mortes e fugas do conflito. Se nas duas primeiras décadas do século XX

²²⁸ PIAUÍ, Governador. 1928-1930. (João de Deus Pires Leal). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1929. Teresina, 1929. p. 25.

²²⁹ GUERRA, Cândido Carvalho. *O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí*. Corrente: Ed. e Gráfica Ribeiro, 1999, p. 28. Em entrevista concedida após a publicação do livro “O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí”, o autor declarou que sua estimativa foi um pouco exagerada, e que o número de mortos não teria chegado aos quatrocentos, porém, reiterou que não foi “menos de duzentos mortos”.

²³⁰ GUERRA, Cândido Carvalho. Op. cit., 2006.

²³¹ MIRANDA, Agenor Augusto de. *O Rio São Francisco Como Base do Desenvolvimento Econômico do Nosso Vasto Interior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1936. p. 102.

²³² Ibid., Id.

²³³ Ibid., Id.

houve um acréscimo populacional na região devido à exploração da borracha de maniçoba, com a eclosão do conflito armado e a crise da borracha nos anos iniciais da década de 1920, ocorreu uma diminuição populacional.²³⁴

Segundo dados levantados pela historiadora Teresinha Queiroz, nos primeiros vinte anos do século XX o crescimento populacional na área produtora de maniçoba foi 82,2% superior à média de crescimento populacional do estado do Piauí.²³⁵ No município de Parnaguá este crescimento teria sido da ordem de 31,7%, número questionado por Agenor Augusto de Miranda, que acredita ser este percentual muito maior.²³⁶

Ainda de acordo com Teresinha Queiróz,

Considerados os limites dos dados, a distribuição populacional do Piauí, configurada em 1920, mostra que os municípios que compunham a área de extração mais intensiva de maniçoba haviam passado por período de adensamento populacional. Com efeito, seu crescimento foi superior à média do estado [...]. Dessa forma, à exploração da maniçoba estão ligados a ocupação e o incremento populacional em vastas áreas do Piauí.²³⁷

No entanto, embora não tenhamos acesso a dados demográficos precisos dos anos finais da década de 1920, afirma Agenor de Miranda, que à época dos conflitos armados trabalhava na região construindo uma linha telegráfica, afirma que “a população, no tempo dessas calamidades periódicas (conflitos armados) no sertão, espalha-se pelos municípios vizinhos”.²³⁸

No imaginário popular, a memória se articula com a literatura. Para aquele as consequências sociais e econômicas atingiram a região em várias frentes. De acordo com Eunice Gertrudes Nogueira Maciel, o conflito “atrasou muito o comércio”.²³⁹ Enfim, o sentimento geral é de que o conflito teria interrompido um período de prosperidade porque passava a região, especialmente em face da exploração da borracha de maniçoba. Do mesmo modo, a instalação do Instituto Batista Industrial em 1920 apresentava-se como a principal alternativa para o desenvolvimento da região, uma vez

²³⁴ No que pese a desconfiança acerca dos dados demográficos levantados pelos Censos no início do século XX, os mesmos servem para apontar diversos aspectos da dinâmica populacional das diversas regiões do Brasil.

²³⁵ QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. op. cit., 1994, p. 97

²³⁶ MIRANDA, op. cit., 1936, p. 103.

²³⁷ QUEIROZ, op. cit., 1994, p. 99-100.

²³⁸ MIRANDA. op. cit., 1936, p. 103.

²³⁹ MACIEL, Eunice G. Nogueira, op. cit., 2006.

que intencionava constituir um polo educacional e industrial na região voltado para a formação de mão-de-obra qualificada para explorar as riquezas naturais da região e o vasto rebanho bovino disponível. Esse sentimento de que o conflito armado teria gerado um atraso econômico ficou arraigado na tradição popular. Muitos são descendentes de antigos beneficiários do extrativismo, empobrecidos e desamparados com o declínio da exploração da borracha de manicoba, que após um período de expressiva exploração no início do século XX, partir de meados da década de 1910, entrou em acentuado e definitivo declínio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história que acabo de narrar, procurei percorrer os caminhos trilhados pelos homens que, de armas em punho, se enfrentaram mutuamente nos longínquos municípios de Corrente e Parnaíba, situados no extremo sul piauiense, ao longo dos anos de 1922 a 1926. Lançando mão de farta e variada documentação – oficial, literária, oral, etc –, a pesquisa buscou contemplar as diversas falas dos sujeitos envolvidos, numa tentativa de ouvir as vozes daqueles que foram silenciados e promover um debate entre as diversas “verdades” construídas em torno dos eventos narrados ao longo destas páginas.

Uma nova ordem política foi instaurada no país nos anos finais do século XIX com a proclamação da República, e no bojo das mudanças introduzidas pelo novo regime, outros atores sociais começaram a protagonizar as cenas que passariam a imprimir a nova fisionomia política do país. No Piauí não foi diferente. Os protagonistas do regime recém-instalado passaram então a construir um modelo político que contemplasse suas ideologias e programas de governo. Assim, tornou-se inevitável o choque de interesses num momento de afirmação do novo ordenamento político.

Os conflitos armados entre coronéis nas primeiras décadas após a instalação da República, como o que ocorreu nos municípios piauienses de Corrente e Parnaíba, foram eventos característicos da reconfiguração de forças no contexto político local. O processo de consolidação das instituições republicanas foi marcado por impasses e disputas de forças internas entre os sujeitos que se colocavam como agentes do Estado.

Os entendimentos e desentendimentos que levaram um juiz de direito, um delegado de polícia, um capitão da guarda nacional, entre outros agentes do Estado, a lançarem mão da luta armada para resolver suas divergências, fora do ordenamento jurídico estatal, são significativos para caracterizar um momento de instabilidade política, típica nos processos de transição de um regime para outro. Concomitantemente a uma situação socioeconômica grave pela qual passava aquela região do estado.

No caso dos conflitos armados entre José Honório Granja e alguns membros da família Lustosa Nogueira residentes nos municípios de Corrente e Parnaíba, a ineficiência do aparelho de Estado, onde seus próprios agentes utilizavam de suas prerrogativas legais para benefício próprio, somado a outros fatores pontuais – como

conflitos por terra, litígio religioso, disputas políticas, etc. –, colaborou decisivamente para a eclosão dos mesmos.

As relações de dominação política, típicas da estrutura coronelista, serviram para sedimentar as forças oposicionistas que se enfrentaram no evento que ora analisamos. A contestação promovida por um agente externo – personalizado em José Honório Granja –, da concentração fundiária, do monopólio dos cargos públicos, do domínio sobre as fontes de renda e sobre a burocracia estatal exercido por membros da família Lustosa Nogueira, resultou no uso da força armada entre os grupos divergentes.

Coube ao Estado promover ações para pôr fim ao conflito. No entanto, devido à ineficiência e inércia do Estado, por um lado, e as relações que este mesmo aparelho estabelecia com os personagens envolvidos no conflito, por outro lado, as ações empreendidas pelas forças governistas nunca alcançariam plenamente os objetivos almejados. Os compromissos e comprometimentos políticos das autoridades governamentais para com os coronéis envolvidos no conflito, limitaram as ações do Estado, que se limitava a adotar medidas paliativas, visando somente dar satisfação a um conjunto mais geral da população, que na maioria dos casos não estava diretamente envolvida no conflito.

Muitos são os exemplos do comprometimento daqueles que ocupavam cargos eletivos no Estado com os líderes dos conflitos armados ocorridos nos municípios de Corrente e Parnaíba. Denúncias sobre o uso do aparelho estatal em benefício próprio foram frequentes durante todo o conflito. E mesmo a organização do Estado nos anos iniciais do século XX era incapaz de ficar indiferente diante da influência dos coronéis que dominavam o cenário político nos pequenos municípios distantes do centro das decisões governamentais. José Honório Granja esteve preso na delegacia de Corrente por ordem do Secretário de Polícia do Estado do Piauí, e pouco mais de seis meses depois, se encontrava liderando um “batalhão patriótico” combatendo a Coluna Prestes. Da mesma forma, o Juiz de Direito da Comarca de Corrente, Raimundo Lustosa Nogueira, foi preso nas mesmas circunstâncias de Granja e logo depois alçado à condição de intendente municipal.

Os ditos “barulhos de zonoro”, expressão tão frequente na linguagem dos habitantes do local, interromperam um período de prosperidade nos municípios de Corrente e Parnaíba. No primeiro município havia instalado em 1920 o Instituto Batista Industrial, que despontava como importante instituição de ensino e promotor de técnicas

agropecuárias inovadoras para a época. A pilhagem de propriedades e o roubo de gado para a Bahia foram eventos que provocaram grande prejuízo aos municípios do extremo sul piauiense, que à época eram os principais fornecedores do produto para a região do Médio São Francisco.

Após o fim dos conflitos armados em 1926, iniciou-se outra modalidade de disputas em torno dos eventos ocorridos na região. Desta vez, um conflito em torno das versões, discursos e “verdades”, ou seja, uma legítima guerra pela memória dos “barulhos de zonoro”. Assim, pudemos identificar pelo menos três discursos memorialísticos em torno dos conflitos armados. O primeiro deles refere-se a uma “memória popular”, construída e transmitida através da tradição oral dos moradores da região diretamente afetada pelo conflito. O segundo seria uma “memória oficial”, elaborada pelo Estado através das correspondências oficiais e dos órgãos de comunicação impressa que seguiam a orientação política do chefe do Poder Executivo estadual à época. Por fim, há uma memória desenvolvida por membros da família Lustosa Nogueira, que tem sido reconstruída e mantida pelos descendentes diretos do clã, em publicações de livros e pela oralidade.

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes

Documentos Oficiais.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil Realizado em 01 de Setembro de 1920: relação dos proprietários rurais recenseados no estado do Piauí. [S. I., s. n.].

Contrato Celebrado entre José Honório Granja e alguns membros da Família Lustosa Nogueira. Corrente, 07 de janeiro de 1923.

PIAUI, Governador. 1920-1924. (João Luiz Ferreira). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1922. Teresina, 1922.

_____. Governador. 1920-1924. (João Luiz Ferreira). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1923. Teresina, 1923.

PIAUI, Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1924. Teresina, 1924.

_____. Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1925. Teresina, 1925.

_____. Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1926. Teresina, 1926.

_____. Governador. 1924-1928. (Mathias Olympio de Mello). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1927. Teresina, 1927.

PIAUI, Governador. 1928-1930. (João de Deus Pires Leal). Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa do Piauí em 01 de junho de 1929. Teresina, 1929.

Fontes Hemerográficas

Jornal *O Piauí* (1922 – 1926)

Jornal *O Piauí* (1946)

Jornal *O Popular* (1924)

Jornal *O Dia* (1922 – 1926)

Jornal *Jornal do Comércio* (1924 – 1926)

Jornal *Diário de São Luiz do Maranhão* (1926)

Fontes orais

GUERRA, Cândido Carvalho. *Entrevista Concedida a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

NOGUEIRA, Benjamim José. *Entrevista Concedida a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

MACIEL, Eunice G. Nogueira. *Entrevista Concedida a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

MARTINS, Justo Carlos. *Entrevista Concedida a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

OLIVEIRA, Arlindo Januário de. *Entrevista Concedida a Laécio Barros Dias*. Corrente, jan. 2006.

Referências

BARROS, Jesualdo Cavalcante. *Memória dos Confins: a saga de vaqueiros, heróis e jagunços nos ermos sertões onde começou o Piauí*. Teresina: Gráfica do Povo, 2005.

BONFIM, Washington Luís de Sousa e JÚNIOR, Raimundo Batista dos Santos. *Formação política*. In: FUNDAÇÃO Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Fundação CEPRO). *Piauí: formação, perspectivas, desenvolvimento*. Teresina, 1979.

BOSI, Ecléa. *O Tempo vivo da memória*. Ensaio de Psicologia Social. São Paulo. Ateliê Editorial, 2004.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Chico. *A Coluna Prestes no Piauí: a República do vintém*. Brasília: Senado Federal, 2008.

COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ed. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1999.

COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Artenova. Rio de Janeiro. 1994.

CUNHA, Higino. *História das Religiões no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924.

DIAS, Laécio Barros. *Mocó versus Guará: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira de Corrente e Parnaguá entre 1922 e 1926*. 2006. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal do Piauí. 96 f. 2006.

DIAS, William Palha. *Papo Amarelo: drástica solução*. Teresina: Gráfica Expansão. 2000.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Aurélio do Século XXI: dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GUERRA, Cândido Carvalho. *O Terremoto que Abalou o Sul do Piauí*. Corrente: Ed. e Gráfica Ribeiro, 1999.

_____. *Contos, Crônicas e Causas*. Teresina: Ponto e Traço Gráfica e Editora. [199?].

_____. *Boiadas*. Corrente: COMEPI, 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUINZBURG, Carlos. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. IN: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad, de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos: estudos sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

_____. *Bandidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Caatingas e Chapadões: notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro 1912-1919*. Vol. 2. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1951.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos T. da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos In: *Fontes Históricas*. PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

NEIVA, Artur & PENA, Belisário. *Viagem Científica Pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás*. Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. Os desafios da história oral – Ensaio Metodológico In: PINHEIRO, Áurea Paz; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (Org.). *Cidade: História e Memória*. Teresina: EDUFPI, 2004.

NOGUEIRA, Edy Guerra. *Maravilhosa e Abençoada História: Igreja Batista de Corrente, 100 anos a serviço do senhor da seara*. Teresina: Halley, 2003.

NOGUEIRA, Raimundo Lustosa. *E Assim Veio o Banditismo no Estado da Piauhy*. Salvador: Imprensa Vitória, 1942.

MACEDO, Nertam, *Abílio wolney: um coronel da Serra Geral*. Goiânia: Legenda Editora, 1975.

MIRANDA, Agenor Augusto de. *O Rio São Francisco Como Base do Desenvolvimento Econômico do Nosso Vasto Interior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1936.

_____. *Estudos Piauienses*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Crise Agrária e Lutas de Classes: o Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889*. Brasília: Horizonte, 1980.

PANG, Eul-soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARANAGUÁ, Augusto W. Nogueira. *De Jacaré à Grilo: história da sesmaria de Jacaré nos sertões de Parnaguá*. Teresina: ?, 1985.

PARANAGUÁ, Correntino. *Terra de Um Paladino*. Brasília: Senado Federal, 1980.

PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. *Do Rio de Janeiro ao Piauí Pelo Interior do País: impressões de viagem*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1984.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos. Vol. 05. N. 10. Rio de Janeiro, 1992.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Quinta-Feira Sangrenta*. Gráfica Editora Líder. Goiânia. 1975.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Uma Epopeia Brasileira: a Coluna Prestes*. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*. IN: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*. Tomo III, 01Vol. 2ed. São Paulo: DIFEL, 1977.

QUEIROZ, Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

RAPOSO, Fernando Cascón. *História Eclesiástica da Diocese de Bom Jesus do Gurguéia*. Teresina: ADUFPI, 1997.

SAES, Décio. *Coronelismo e Estado Burguês: elementos para uma reinterpretação*. IN: _____. *Estado e Democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994.p. 75-119 (Col. Trajetória 01).

SILVA, Célia Nonata da. *Territórios de mando – banditismo em Minas Gerais, século XVIII*. Belo Horizonte: Crisálida, 2007.

VOLTAIRE, W. Aires. Abílio Wolney: suas dores, suas glórias... (A saga de jagunços e coronéis)

ANEXOS

ANEXO 01

Acordo Celebrado Entre Piauí, Bahia e Goiás Para Combater o Banditismo.

Aos dez dias do mês de dezembro de 1924, na cidade de São Salvador, Capital do Estado federado da Bahia, no gabinete do dr. Secretário da Polícia e Segurança Pública, no edifício da respectiva Secretaria, à praça 13 de Maio, presente o dr. João Marques dos Reis, Secretário da Polícia e Segurança Pública deste Estado, o 1º tenente Jacob Manoel Gayoso e Almendra, Secretário da Polícia do Estado do Piauí, e o Desembargador João Alves de Castro, representante do Estado de Goiás, todos devidamente autorizados pelos respectivos Governadores dos três referidos Estados, foi pelos mesmos largamente debatido o assunto da extinção do banditismo nos seus territórios por meio de providências preventivas e repressivas de ação combinada para o que, visando a garantia da propriedade e vida da população sertaneja e efetiva captura e punição dos criminosos que ameaçam tais direitos, convencionaram o seguinte:

1º - As autoridades policiais e os comandantes de forças em municípios e distritos limítrofes dos Estados convenientes prestar-se-ão mútua assistência na perseguição e captura dos bandidos e criminosos quando pronunciados, mediante exibição de mandados ou requisições de autoridade competente, ou quando perseguidos pelo público clamor ou pela autoridade, dentro do prazo para o flagrante;

2º - Para tal fim poderão as autoridades limítrofes, os comandantes de forças em perseguição começada dentro do Estado a que pertencam, entrar no território limítrofe comunicando-o imediatamente à respectiva autoridade local e o mais possível ao chefe da polícia do seu Estado;

3º - Realizada qualquer prisão por força ou por autoridade de um Estado em território de outro, será o detido imediatamente entregue ou apresentado à autoridade policial do local que pelo mesmo responderá, até que seja regularmente requisitado;

4º - Só em ausência absoluta de segurança, o que será por escrito declarado ao condutor do detido, ficará este em poder do mesmo condutor, providenciando a

autoridade para o mais breve recebimento daquele;

5º - Cada um dos Estados agora presentes responderá pelos danos e excessos praticados por suas forças no território de outro;

6º - Os referidos Estados apresentarão, semestralmente, por intermédio dos respectivos chefes de polícia, a lista dos pronunciados e condenados não capturados, devendo constar da mesma, além do nome, filiação, idade e sinais característicos, o artigo do código em que se acham aqueles incurso com a data da pronúncia e condenação. Permutarão, outrossim, com a máxima regularidade, as fichas datiloscópicas dos criminosos e malfeitores identificados nos respectivos gabinetes;

7º - As requisições entre os Estados para a captura e entrega de criminosos poder-se-ão fazer por despachos telegráficos, respeitadas as disposições do decreto nº 39, de 30 de janeiro de 1892, correndo as despesas de condução e entrega por conta do Estado requisitante;

8º - Para correspondência oficial da polícia os respectivos chefes poderão usar de um código especial, sendo as mudanças e alterações previamente combinadas;

9º - Os chefes de polícia dos Estados acordantes providenciarão para que se tornem efetivas as disposições do Código Penal contra os asiladores de bandidos ou malfeitores e os receptadores de roubos e furtos;

10º - Os Estados acordantes manterão, nas respectivas fronteiras e nos pontos adiante mencionados, forças volantes que em caso de necessidade se poderão todas reunir sob a direção do oficial presente mais graduado, prevalecendo a antigüidade ou idade no caso de igualdade de patentes. Em tal caso o comandante das forças ficará subordinado ao chefe de polícia do Estado onde se acharem em operação as mesmas forças, enquanto ali permanecerem;

11º - O Estado da Bahia manterá na cidade de Barra do Rio Grande um destacamento da força policial composta de cem homens, além dos destacamentos de

Barreiras, Campo Largo, São Marcelo, Formosa, Santa Rita do Rio Preto e Pilão Arcado, cada um dos quais se comporá de vinte praças no mínimo, nomeando um delegado regional para a zona; o Estado de Goiás manterá em São José do Duro a quarta companhia da sua força policial com um delegado regional e um destacamento pelo menos de vinte homens em Pedro Afonso, limite do Piauí; o Estado do Piauí, além dos destacamentos locais de quinze homens no mínimo em S. Filomena, limite de Goiás, Gilbués, Corrente e Parnaguá, fronteira da Bahia, manterá uma força policial de oitenta homens em Bom Jesus do Gurguéia;

12º - Os Estados, além das medidas aqui adotadas, poderão, mediante aviso, empregar as que forem mais convenientes às circunstâncias ocasionais sem ofensa ao presente convênio;

13º - Este terá a sua execução incumbida aos chefes de polícia dos Estados, acordando entender-se que a referência a tais titulares, em todo o texto do presente acordo, abrange quem suas vezes fizer;

14º - Qualquer Estado acordante poderá retirar-se do presente convênio, suspendendo-o provisoriamente ou definitivamente.

E por estarem todos os representantes acordes, lavrou-se o presente convênio que entrará em vigor dentro de um mês da sua assinatura, lavrando-se o mesmo em livro competente da Secretaria da Polícia e Segurança Pública do Estado, servindo de Secretário eu, Álvaro de Oliveira e Silva, Diretor interino da Secretária da Polícia e Segurança, subscrevo. (Assinados). João Marques dos Reis, Jacob Manoel Gayoso e Almendra, João Alves de Castro.

ANEXO 02

Contrato Celebrado entre José Honório Granja e alguns membros da Família Lustosa Nogueira em 07 de janeiro de 1923.

Aos sete dias do mez de janeiro de mil novecentos e vinte e treis, no INSTITUTO BAPTISTA INDUSTRIAL, no município de Corrente do Estado do Piauhy, nós abaixo assignados, primeiros e segundo signatários, contractamos o seguinte: que os primeiros signatários não darão força armada para permanencia do Dr. Raymundo Lustoza Nogueira, na Villa de Parnaguá, de forma alguma; darão ao segundo signatário, Coronel José Honório Granja, para indenização de seus prejuízos e restabelecimento da paz, mil e quinhentas cabeças de gado vacuum, da era de mil novecentos e vinte e um para traz, nesta comarca, entregando em lotes, a medida que for fazendo, do dia sete de fevereiro próximo, em diante entregando até maio vindouro, mil cabeças; e quinhentas em janeiro de mil novecentos e vinte e quatro; que estará terminada desde já, a lucta armada entre as partes litigandes e seu pessoal. Que o pessoal do segundo signatário, volte do lugar onde se acha, sem penetrar na villa. Que o pessoal dos primeiros signatários, seja tambem dispensado logo que o do segundo se retire. Combinamos mutuamente não continuarmos com a lucta armada, bem como não lançarmos mão de objeto algum, a não ser entregues pelos donos ou encarregados, desta data em diante; e se o fizermos levados pela necessidade, indenizamos aos donos. Se este contracto rescindir de algum defeito, que este fique sanado. Combinamos mais que, caso seja este contracto violado por qualquer das partes, ficará o violador obrigado a cumpri-lo dentro do regimen das leis do nosso paiz. E porque assim combinamos, sem coasão alguma mandamos passar o presente em duplicata que ficará um em poder de cada uma das partes interessadas, no qual assignamos com as testemunhas prezenciaes.

Assignado - Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, Cantidiano Lustosa Nogueira, José Honório Granja, José F. Nogueira Paranaguá, Antonio Augusto Lustoza Nogueira. Como testemunhas - Manoel Cavalcante Pacheco, Eutímio Messias Cavalcante, José Cavalcante Pacheco, Francisco das Chagas Manca, Manoel da Cunha Ribeiro, Manoel Pacheco da Rocha, João Pacheco Cavalcante, José Ayres Cavalcante, Modesto Nogueira Cavalcante, Martinho Lisboa de Freitas, João Lourenço de Souza, Miguel Umbuzeiro de Sousa.

Fonte: Acervo particular de Ceres Fonseca Paranaguá

ANEXO 03

TELEGRAMA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO GOVERNADOR DO PIAUÍ

RIO, 15. – Governador. Theresina.

Agradeço muito o telegrama do prezado amigo sobre os resultados profícuos da missão do chefe de Polícia ao sul do Estado.

É mais um relevante e meritório serviço prestado ao Piauhy pelo seu atual Governador, sempre preocupado com os interesses da paz e do progresso da terra que lhe foi berço.

A extirpação do banditismo no interior de nossos sertões longínquos, não é só um trabalho de polícia, pois resulta, igualmente, num dever de assistência, trazendo ao bom caminho do labor pacífico muita gente capaz de ser útil.

Admirei muito a capacidade de ação, o tacto e a energia de seu digno emissário e operoso colaborador, ao qual peço que faça extensivas as minhas congratulações, que muito de alma, envio ao chefe do Poder Executivo do Piauhy. Saudações afetuosas.

Félix Pacheco

Transcrito de “*O Piauhy*”, 05 de junho de 1925. N°128. ANO: XXXVII. p.01.

ANEXO 04

TELEGRAMA DO GOVERNADOR DA BAHIA AO GOVERNADOR DO PIAUÍ.

Dr. Mahtias Olympio, Governador do Estado. Theresina.

Tenho a satisfação de acusar o recebimento do telegrama de V. Exa., anunciando o regresso do Secretário da Polícia de seu Governo, comissionado para a extinção do banditismo, de acordo com o Convênio celebrado, e congratulo-me com V. Excia. Pelo êxito que vão tendo as acertadas providências de seu governo.

O Governo do Estado da Bahia tem também procurado cooperar nessa obra patriótica de saneamento de sertão, desses maus elementos, e, agora mesmo, acaba de expedir ordens sobre a comunicação de v. Excia. de terem ingressado os bandidos no território bahiano, afim de que sejam dadas acertadas providências. Cardeais saudações. F. M. de Góes Calmon, Governador da Bahia.

Transcrito de "*O Piauí*", 05 de junho de 1925. N°128. ANO: XXXVII. p.01.

ANEXO 05

Transcrito de “*O PIAUHY*”, 16. Set. de 1923. n° 691. ANO XXXIV. p.01.

CONFLAGAÇÃO DE PARNAGUÁ E CORRENTE.

Ao Tribunal de Justiça, o procurado geral do Estado denunciou o coronel José Honório Granja e seus amigos Augusto Fábio Lustosa, Mário Lustosa, Condorcet Lustosa de Alencar, Miguel Umbuseiro e Francisco Alves; e bem assim o Dr. Raimundo Lustosa Nogueira, juiz de direito da Comarca de Corrente e seus amigos Cândido Lustosa, Areolino Lustosa, José Carlos Lustosa e José Francisco Nogueira Paranaguá, todos eles como responsáveis pela conflagração dos municípios de Parnaguá e Corrente e pelos crimes que ali se cometeram durante essa fase. A denúncia está instruída dos inquéritos que o governo mandou abrir sobre as ocorrências, um dos quais foi presidido pelo Exm. Sr. Dr. Secretário de Estado da Polícia. O procurador Geral foi de parecer que os denunciados coronel José Honório e os seus amigos são passíveis da pena do crime de sedição e dos de ferimentos, mortes e depredações que d'aquelle crime resultaram; e que o dr. Raimundo Nogueira e seus amigos são passíveis de pena de ajuntamento ilícito e das de ferimentos, mortes e depredações que resultaram igualmente do ajuntamento.

Transcrito de “*O PIAUHY*”, 16. Set. de 1923. n° 691. ANO XXXIV. p.01.

ANEXO 06

TELEGRAMAS DO SECRETÁRIO DA POLÍCIA.

“Theresina, 03 setembro de 1924.

Official Dr. Chefe Polícia

Bahia

Acabo receber do Major Manoel de Sousa, delegado regional sul Estado seguinte telegrama dois pontos aspas. Tendo Coronel José Honório sido preso em Santa Ritta seu pessoal armado municionado retirou-se município Parnaguá para o de Pilão Arcado aonde aguarda ordem referido coronel que já foi posto liberdade e segundo consta ameaça prosseguir luta sul nosso Estado rogo entender-se com Doutor Chefe Polícia Bahia fim prohibir vinda material bélico de Pilão Arcado município tem sido um dos maiores auxiliares da revolução sediciosa se opera sul Piauhy aspas Rogo V. Exa. tomar as providências solicitadas pelo delegado regional a bem da tranqüilidade sul deste Estado. Saúdo.

Francisco Parentes

Secretario Polícia Interino

ANEXO 07

FORÇA MILITAR DO ESTADO DO PIAHY

Batalhão de Infantaria

Quartel de Therezina, 16 de junho de 1924

Objeto: Fazendo sua solicitação:

O commandante interino da força militar do Estado ao Exmo. Senhor Dr. Governador do Estado.

Exmo. Senhor Dr. Governador do Estado.

Solicito a V. Excia. as providências necessárias no sentido de ser entregue ao 1º Tenente Intendente deste Batalhão Torquato Pereira de Araújo, a quantia de cento e trinta e dois mil réis (132\$000) da ajuda de custo a que tem direito o 2º Tenente Joaquim Manuel da Silva, pela viagem que vai empreender da villa de Santa Philomena a do Corrente, deste Estado, em comissão do Governo.

Saúde e Fraternidade.

Delfino Vaz Pereira de Araújo

Capitão Comandante Interino

ANEXO 08

18ª CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO MILITAR

2ª SECÇÃO Nº 150

Theresina, 14 de maio de 1924.

OBJECTO: Transmitindo uma ordem do commando da 8ª Região Militar pedindo providência sobre anormalidade em municípios do sul do Estado.

Ao Senr. Dr. Governador do Estado do Piauí, o Chefe da 18ª circunscrição de Recrutamento.

Senr. Governador:

Tendo esta chefia em offício nº 112, de 21 de março do corrente anno, por cópia junta, enviado ao Senr. Commandante desta Região Militar uma justificação da Junta de Alistamento Militar de Parnaguá alegando os motivos porque não havia feito o alistamento nesse município em 1923, e no mesmo officio lereado ao conhecimento da mesma autoridade que em vista de se achar, não só o município de Parnaguá, como os de Corrente e Caracol invadidos por bandoleiros desses município e dos Estados da Bahia e Goyaz, não poderia ser feito este anno o alistamento nesses Districtos, foi por ella determinado que pedisse providência ao vosso Governo para que cesse a anormalidade existente nos ditos municípios e possa ser feito o alistamento com regularidade, como vereis do despacho, por copia junta. Cumprindo a determinação alludida, submetto-a a nossa consideração, pedindo as providências que julgares acertada.

Saúde e Fraternidade

Antônio José Villa Nova

Major Chefe de Recrutamento

ANEXO 09

Relatório apresentado pelo capitão da força militar no Estado e delegado regional do Estado, ABRAHÃO DA COSTA E SILVA, ao Exmo. Snr. Dr. Governador do Estado, Mathias Olympio de Mello.

Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., este pequeno relatório dos acontecimentos mais em evidências no sul do Estado, durante a minha serventia como Delegado Regional.

Estando em Aparecida, [Atual Bertolínea] dali segui de ordem superior para Corrente, e chegando em Santa Philomena, em dias de outubro do anno próximo passado, ali fui informado de que a 16 léguas distante dessa vila, se achava o célebre bandoleiro Godofredo Parentes, cognominado “Pedro Nunes”. Fiz seguir imediatamente uma escolta composta de 02 praças afim de captura-lo, porém, referido bandoleiros, oppondo-se a prisão, combate com as praças, resultando a sua morte.

No dia 10 de novembro do mesmo anno, cheguei à villa de Corrente, onde passoume o Commando da Força ali destacada, o meu collega Capitão Pedro Basílio da Silva, então Delegado Regional. Procede ali regorosa inquérito sobre os acontecimentos de Parnaguá e do povoado Gety, apurando a cumplicidade do Snr. Capm. Manoel Claro Figueredo, por crime de homicídio. Fi-lo apresentar-se preso ao Juiz de Direito de Parnaguá, para ser processado, visto como, não havia processo de natureza alguma contra o mesmo.

Nada mais digno de menção se deu naquela zona sulina, sob a minha vigilância, daquele lapso de tempo a abril deste anno, quando deixei Corrente com destino a esta capital, de ordem superior, passando o Commando da Força ao 2º Sargento effectivo, Gabriel Arraes.

Accresce, que chegando em Bom Jesus, no dia 26 de abril, ali effectucei a prisão do célebri assassino – Aristeu Vieira De Sousa, conhecido pela alcunha de “Engole –Cobra”, foragido da cadeia de Iguatú, do Estado Ceará, onde se achava homisiado, comprindo pena por crimes de homicídios, e, como soubesse que o terrível assassino havia commetido crimes de igual natureza neste Estado, no logar TINGUIs, do município de JEROMENHA,

fi-lo seguir para aquela cidade, onde se acha recolhido a cadeia, à disposição das autoridades judiciárias deste e do Estado do Ceará.

Ainda em viagem para esta Capital, fui informado de que na villa de Canto do Burity, se achavam 05 indivíduos suspeitos de serem jagunços do famigerado Lampeão. Para ali me dirigi e effectuei a prisão dos alludidos indivíduos, transportando-os para FLORIANO, onde se apurou a inculpabilidade dos mesmos, visto serem ali bem conhecidos.

Outro sim, procedi também rigoroso inquérito sobre o arrasamento da villa de Parnaguá, o qual remetti para a Secretaria de Estado da Polícia.

Anexo a este, encontrará V. Ex., uma relação dos animais entregues de ordem superior, não o fazendo dos animais em soltas, porque de mais de quinhentas (500), que arrecadei com os meus agentes, foram entregues muitos aos seus legítimos donos, outros furtaram das sôltas, e alguns morreram devido o estado demagrem em que se achavam, porém, passo afirmar que ainda existem para mais de 100 animais, entregues a pessoas de minha confiança.

Foram apprehendidas diversas armas, como sejam: fuzis mauser e metralhadora, rifles, revolver, espada e cornêta, deixando de relacionar os porques não tenho actualmente o número preciso.

Não podendo neste ligeiro relatório, por força de circunstâncias, prestar todos os esclarecimentos e obrigações do meu cargo, deixo para fazê-lo pessoalmente a V. Exma., em tempo oporterno.

Saúde e Fraternidade

CAP. ABRAHÃO DA COSTA E SILVA

Theresina, 22 de junho de 1927.

ANEXO 10

REPARTIÇÃO GERAL DE TELEGRAPHOS.

Nº 142, Therezina, 13 de março 1927

Capitão Abrahão Costa e Silva

Ordem superior poderá regressar Batalhão passando directoria escrivão delegacia substituto legal destacamento, deverá afim ficar Corrente dez praças, Parnaguá vinte praças, Jety vinte e cinco praças, Gilbués vinte praças, Sta. Philomena três praças, Riacho Frio dois praças, Ialgo D'água dois praças, Macapá dois praças, Cantinho dois praças, parte dos animais arrebanhados se acham seu poder entregou trinta Cel. José Nogueira, restante deveis providenciar transporte esta capital.

Saudações,

Comandante Polícia.